



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PPGCS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CULTURA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO

MÁRIO CÉSAR ROCHA DAMÁSIO

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO
TERRITÓRIO DE IRECÊ – BA

CACHOEIRA-BA
2016

MÁRIO CÉSAR ROCHA DAMÁSIO

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO
TERRITÓRIO DE IRECÊ – BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

CACHOEIRA-BA
2016

MÁRIO CÉSAR ROCHA DAMÁSIO

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ – BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

Área de concentração: Sociologia
Data de defesa: 09 de setembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilson Weisheimer (orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Antônio Eduardo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Luís Flávio Godinho
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera. ” Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Tudo que preciso agora é agradecer imensamente a minha saudosa mãe o colo e cuidados, sem os quais não me traria até aqui. Um não lugar, que me desloca sempre para algum lugar.

A July minha companheira. Amor é isso, uma ciência de afetos. Obrigado pelo e auxílio de muitas madrugadas, paciência e cuidado.

Ao Meu Orientador Dr. Nilson Weisheimer, que foi bússola para indicar o melhor caminho e orientar a caminhada.

Ao NEDET e toda equipe que colaborou para o desenvolvimento da pesquisa, em especial a professora Dra. Rosana Mara Chaves.

Aos colaboradores Kowly Ron e Amia Spinelli pela parceria.

Aos mestres de muitas disciplinas que contribuíram para a reflexão. Aos colegas de mestrado com quem partilhei frustrações, dividi impressões, angustias, saberes e celebrei muitas conquistas. A maior delas foi a amizade conquistadas nessa etapa, em especial Zeca, Zuza, Mari, Flávia, Cacau, Alessandra, Erika, Vonaldo, Reinaldo e Lú. Essa gente foi construtora de alegrias... UFRB histórias, estradas e pontes que espero cruzar novamente, assim como inesperadamente aconteceu. Cachoeira, eterna.

Obrigado a todos e todas!

RESUMO

Essa pesquisa social empírica discorre sobre os processos sociais dos agricultores familiares no contexto do Semiárido baiano, a partir da caracterização do processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê. Foi construída a partir da interpretação dos resultados de pesquisa de campo desenvolvida junto a 330 agricultores e agricultoras familiares do referido território, amostra extraída a partir da quantidade de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Discute categorias importantes como agricultura familiar, reprodução social e sucessão geracional, realiza a caracterização da agricultura familiar a partir de dados secundários das estatísticas recenes e do processo de trabalho desenvolvido nas unidades produtivas familiares. Para dar conta da problemática utilizou-se uma abordagem predominantemente quantitativa, utilizando-se do banco de dados construído a partir de aplicação de questionário padronizado para apuração dos dados. Os resultados permitem concluir que o processo de trabalho familiar, tal como é definido, ocorre no Território de Irecê com a participação prioritária da família, sem relações de assalariamento para os resultados do trabalho, sendo que esses resultados são menores para mulheres e jovens. É possível concluir que o processo de trabalho familiar ocorre sob baixas condições materiais e que as famílias do campo necessitam de investimentos para melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Processo de Trabalho Familiar, Reprodução Social.

ABSTRACT

This empirical social research discusses the social processes of family farmers in the context of the Bahian semi-arid, from the characterization of the farm family work process in Irecê Territory. It was built from the interpretation of the research results developed with 330 family farmers that territory, sample extracted from the number of people employed in family farming. Discusses important categories such as family farming, social reproduction and generational succession, conducts the characterization of family farming from secondary data from recenes statistics and the work process developed in family production units. To account for the problems we used a predominantly quantitative approach, using the database built from standardized questionnaire to determine the data. The results suggest that family work process, as defined, is in Irecê Territory with priority participation of the family without wage ratios for the job results, and these results are lower for women and youth. It is possible to conclude that the family work process occurs at low material conditions and that rural families need investment to improve the quality of life.

Keywords: Family Farming, Family Work Process, Social Reproduction

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01	Composição Municipal.....	56
Figura 02	Localização de Assentamentos e Comunidades Quilombolas.....	61
Quadro 01	Fórmula para dimensionamento amostral	21
Quadro 02	Detalhamento da Amostra.....	21
Quadro 03	Número de Agricultores familiares a partir da DAP.....	22
Quadro 04	Quadro 04 -Estratificação da amostra por Cidade.....	23
Quadro 05	Quadro 05 – Modelo analítico.....	24
Quadro 06	Transformações no rural a partir da reestruturação capitalista.....	35
Quadro 07	Evolução da População no período de 1991 a 2009.....	58
Quadro 08	Caracterização da População.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Sexo dos entrevistados/as da pesquisa.....	25
Gráfico 02	Faixa etária dos entrevistados/as da pesquisa.....	26
Gráfico 03	Grau de escolaridade dos entrevistados/as da pesquisa.....	27
Gráfico 04	Estado civil dos entrevistados/as da pesquisa.....	28
Gráfico 05	Número de filhos/as dos entrevistados/as da pesquisa.....	28
Gráfico 06	Lugar de moradia entrevistados/as da pesquisa.....	29
Gráfico 07	Auto identidade dos entrevistados/as da pesquisa.....	30
Gráfico 08	Relação de agricultores, famílias assentadas e pescadores.....	60
Gráfico 09	Relação entre população e nº de pessoas CAD-Único/Bolsa Família.....	62
Gráfico 10	Nº de homens e mulheres com atividade principal é agricultura.....	64
Gráfico 11	Nº de estabelecimentos no ramo da agropecuária.....	64
Gráfico 12	Estoque de emprego formal na agropecuária.....	65
Gráfico 13	Renda Média do trabalhador na agropecuária.....	66
Gráfico 14	Produção de Feijão no Território Irecê.....	71
Gráfico 15	Produção de Milho no Território Irecê.....	71
Gráfico 16	Número de residentes nas unidades produtivas familiares do TI.....	77
Gráfico 17	Condição legal do produtor da propriedade da Terra.....	83
Gráfico 18	Modelo de produção desenvolvido na UPF.....	86
Gráfico 19	Produtos produzidos nas UPF's.....	87
Gráfico 20	Destino dos produtos das UPF's.....	88
Gráfico 21	Políticas públicas acessadas nas UPF's.....	92
Gráfico 22	Definição do sucessor/a da UPF.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População e densidade demográfica do Território no período.....	59
Tabela 02	Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).....	62
Tabela 03	Estabelecimentos por grupo e área ocupada.....	73
Tabela 04	Estratificação dos Estabelecimentos rurais.....	73
Tabela 05	Produção agrícola no Território de Identidade de Irecê 2013.....	74
Tabela 06	Grau de Parentesco dos residentes nas UPF's.....	78
Tabela 07	Divisão por sexo dos residentes nas UPF's.....	78
Tabela 08	Divisão por faixa etária dos residentes nas UPF's.....	79
Tabela 09	Estratificação faixa etária e sexo dos residentes das UPF's.....	80
Tabela 10	Nível de escolaridade dos residentes nas UPF's.....	80
Tabela 11	Nível de escolaridade por sexo dos residentes nas UPF's.....	81
Tabela 12	Nível de escolaridade por faixa etária dos residentes nas UPF's.....	82
Tabela 13	Área total das UPF's.....	84
Tabela 14	Forma de obtenção das terras das UPF's.....	85
Tabela 15	Forma de uso das terras das UPF's.....	85
Tabela 16	Benfeitorias disponíveis nas UPF's.....	88
Tabela 17	Serviços disponíveis nas UPF's.....	89
Tabela 18	Participação nas organizações coletivas.....	91
Tabela 19	Participação nas organizações coletivas.....	91
Tabela 20	Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola.....	94
Tabela 21	Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola por sexo.....	95
Tabela 22	Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola por geração.....	95
Tabela 23	Origem das Rendas das UPF's.....	97
Tabela 24	Volume total das Rendas das UPF's.....	98
Tabela 25	Volume total das Rendas das UPF's por sexo.....	98
Tabela 26	Volume total das Rendas das UPF's por geração.....	99
Tabela 27	Volume da Renda agrícola por sexo.....	100
Tabela 28	Volume da Renda agrícola por geração.....	101
Tabela 29	Filhos que trabalham nas UPF's.....	102
Tabela 30	Expectativa sobre a sucessão nas UPF's.....	103

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
DAP - Declaração de Aptidão PRONAF
FCP - Fundação Cultural Palmares
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAF - Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
OMC - Organização Mundial do Comércio
PIMC - Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPT - Probabilidade Proporcional ao Tamanho
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território de Irecê
SIT - Sistema de Informações Territoriais
STTR - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE - A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UPF - Unidades Produtivas Familiares

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2 HIPÓTESES.....	17
1.3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	17
1.4 METODOLOGIA	18
1.4.1 Plano Amostral.....	19
1.4.2 Modelo de análise.....	23
1.4.3 Perfil dos Entrevistados/as	24
1.5 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	29
2. O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA DO PONTO DE VISTA TEÓRICO	31
2.1 A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E OS IMPACTOS NO MUNDO RURAL	31
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	36
2.3 O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA.....	40
2.4 TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA E REPRODUÇÃO SOCIAL	48
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ E O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR	52
3.1 CONCEITUANDO TERRITÓRIO	52
3.2 TERRITÓRIO DE IRECÊ: LOCALIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	54
3.3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A AGRICULTURA DO TERRITÓRIO DE IRECÊ	65
4. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ	75
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES DO TI	75
4.1.1 Características dos residentes na propriedade	76
4.1.2 Condições materiais das Unidades Produtivas Familiares	82
4.1.3 Participação e acesso a políticas públicas	90
4.2 PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA.....	93
4.2.1 Desenvolvimento do trabalho pelos membros da família	93
4.2.2 Renda obtida nas UPF's	96
4.2.3 Sucessão geracional nas UPF's.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre a temática da agricultura familiar, especificamente sobre o Processo de Trabalho Familiar Agrícola, tal como se desenvolve no Território de Irecê – BA. Resulta de uma pesquisa social empírica sobre os processos sociais que caracterizam os agricultores familiares no contexto do Semiárido baiano a partir da dinâmica desse processo, analisando a composição e organização da força de trabalho familiar na agricultura, o objeto desse, meios de trabalho disponíveis e a geração e divisão das rendas obtidas com o processo de trabalho.

O intuito é contribuir com a construção do conhecimento sociológico sobre a agricultura familiar baiana e suas condições de reprodução social. Nesse estudo observa-se esse processo no contexto do Semiárido com a análise do universo representativo dos agricultores familiares do Território de Irecê¹, localizado no noroeste baiano, a cerca de 400 km de Salvador, capital do estado da Bahia.

Partimos do pressuposto de que a intervenção do modo de produção capitalista na agricultura familiar provocou algumas transformações nas relações de produção camponesas, tornando-a uma categoria de análise relevante para compreender a reprodução social dos grupos familiares, uma vez que é possível afirmar, a partir de Abramovay (1998) que as características gerais da agricultura familiar residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção encontram-se sob a responsabilidade da família e por relações não-salarias.

Segundo Abramovay (1998), nas circunstâncias de um mercado capitalista plenamente desenvolvido, é mais adequado pensar as formas de configuração e reprodução da agricultura familiar, correspondendo a situações em que a propriedade dos meios de produção e a organização do processo de trabalho encontram-se assentadas em bases de relações familiares. O autor destaca que no capitalismo “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão

¹ Com clima semiárido e integrando o Bioma da Caatinga, o Território de Irecê apresenta chuvas durante 3 a 4 meses e 8 a 9 meses de estação seca. A pluviosidade média varia entre 500 mm a 700 mm por ano, mas as chuvas são muito irregulares, podendo variar entre 200 mm e 1000 mm por ano. Observa-se nos últimos anos uma diminuição das chuvas, seguramente uma das consequências do desmatamento que erradicou na maior parte do território a vegetação nativa da Caatinga. Esse Território abrange uma área de 27.490,80 km², o que corresponde a aproximadamente 5% da superfície estadual. Segundo os dados da contagem populacional de 2010 feita pelo IBGE, a população do território chegava a 381.535 habitantes, dentre eles 42,38% residentes na zona rural. Seu IDH Municipal médio é de 0,60, cujo município de menor IDHM apresenta 0,56 e o de maior, 0,64. Com relação à população ocupada na agricultura familiar, ao todo são 44.640 mil famílias. (MDA, 2015)

se estruturam tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não-contratada seja tão importante” (ABRAMOVAY, R. 1998, p. 209) como na agricultura familiar.

Ainda segundo Abramovay (1998) a integração da agricultura de base familiar ao mercado capitalista implicou mudanças na vida social, na racionalidade econômica e nos processos produtivos dos agricultores, que culminam na sua reprodução. Weisheimer (2009) aponta que no interior das unidades produtivas famílias e por relações de parentesco o grupo doméstico e de consumo, realiza a reprodução geracional do processo de trabalho e a transmissão do patrimônio familiar para a reprodução plena da categoria.

A existência dos agricultores familiares ao longo da história e a adaptação que estes tiveram que fazer para sobreviver ao avanço do modo de produção dominante, buscando ao mesmo tempo, preservar o caráter familiar do processo de trabalho, fazem da agricultura familiar um setor único na economia. Sua reprodução social depende da reprodução do trabalho familiar agrícola, de tal modo que este processo de trabalho já é ele um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção sendo simultaneamente um processo de produção e reprodução (WEISHEIMER, 2009, p. 106).

O desenvolvimento da pesquisa torna-se relevante também pelo fato do estado da Bahia ocupar uma posição de destaque em nível nacional pelo volume da população ocupada na agricultura familiar, ao todo são 665.831 empreendimentos familiares, mas também ocupar lugar de destaque em concentração da pobreza rural, fruto de um processo histórico de exclusão relacionado ao modelo de desenvolvimento que concentrou regionalmente a produção da riqueza nacional, que se arrastou por décadas e condicionou a Região Nordeste, principalmente o Semiárido a vivenciar essa intensificação da pobreza.

A opção pelo desenvolvimento industrial no início do século passado aliado à “modernização” ocorrida no campo a partir dos anos 1960, que, combinando uma estrutura agrária concentrada, políticas agrícolas e padrão tecnológico excludentes, produziu o empobrecimento de milhares de famílias de pequenos e médios agricultores, expulsão de uma enorme população do campo e das pequenas cidades, favelização, perda de biodiversidade e contaminação dos solos e das águas pelo uso de agrotóxicos. Apesar dos últimos 13 anos de experimentação de políticas públicas com foco no público da agricultura familiar, os dados sobre a pobreza rural ainda são alarmantes no estado e também no Território de Irecê, levando

a necessidade de realização de pesquisas que possam trazer à tona a conjuntura atual das famílias ocupadas na agricultura.

Nesse sentido, o contexto do problema de onde parte esta investigação está estruturado historicamente na construção do rural como um não lugar, em especial no Nordeste Semiárido brasileiro, onde está situado o Território de Irecê, que provocou mudanças significativas na organização da vida das famílias agricultoras. Segundo Wanderley (1996) “no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido e foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. (WANDERLEY, 1996, p. 08)

O fato desta investigação se concentrar no Semiárido nos conduz a explicar as especificidades desta Região, que possui distribuição de chuvas diferenciada e que sofreu processos de exclusão política e social, gerou um passivo com o fenômeno do êxodo rural e a expulsão de trabalhadores rurais para os grandes centros, na busca por trabalho e melhores condições de vida. Isso impactou na vida das famílias e conseqüentemente na forma de realizar a agricultura familiar e o processo de trabalho ao longo do tempo.

O lócus da pesquisa passou por processos de mudanças, quando o apogeu da Revolução Verde² começou a fazer efeito, com grandes transformações nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas nas décadas de 70, 80 e 90. Nesse período houve um aumento significativo na produção de milho, feijão e algodão do estado e a referida região ficou conhecida como “terra do feijão” pela fertilidade dos solos e a existência de um lençol aquífero subterrâneo que garantia produção em larga escala.

Por estímulo das dinâmicas a partir da modernização da agricultura, as Unidades Produtivas Familiares (UPF's) do Território de Irecê desenvolveram por décadas a agricultura de sequeiro (milho, feijão e mamona) como atividade produtiva predominante, razão pela qual foi se estruturando toda a economia do Território. A atividade produtiva é primária, com

² A Revolução Verde ocorreu no Brasil a partir da década de 1960 para garantir a modernização da agricultura, baseada no incremento tecnológico visando a produção em grande escala. Consistiu no desenvolvimento biotecnológico para gerar uma variedade maior de cereais em escala mundial. Nesse período iniciou também a utilização de fertilizantes para um melhor rendimento dos vegetais.

baixo nível tecnológico empregado e sujeito às variações climáticas, em especial à seca, que se tornou frequente nos últimos anos. Este modelo implantado na revolução verde está em declínio, com sérios impactos em diversos setores.

Além dos problemas supracitados, algumas das famílias de agricultores, por estarem em sua situação de pobreza e extrema pobreza, quando participam da agricultura, estão inseridos no contexto de trabalho em monoculturas de sequeiro e nas irrigações dos empresários rurais dos municípios de incidência da ação e sofrem com a exploração do trabalho, com baixa organização sindical, perseguição política e baixo acesso aos serviços sociais básicos e políticas estruturantes. Além disso, existe pouco acesso aos meios de produção no campo.

Um problema que nos dirige para a proposta de investigação coaduna com o pensamento de Camarano e Abramovay (1998), quando afirmavam: “temos um problema sério a ser enfrentado: o meio rural está envelhecendo e masculinizando. Os agricultores têm mais de 55 anos, tem baixa escolaridade, tem dificuldade de produzir renda regular, sendo este um dos tantos fatores que geram dificuldades para fazer com que os filhos permaneçam nas propriedades”. Para os autores, os/as jovens da geração atual, filho/as dos agricultores, cresceram com uma cultura diferente dos pais e incorporaram parte do modo de vida urbano, principalmente pelas mudanças ocorridas no mundo da informação, além de não terem sido preparados para a gestão das propriedades frente aos desafios da produção e mercados da atualidade e veem poucos atrativos para continuar a profissão dos pais, mas também tem poucas perspectivas em outros projetos de vida, pela situação de pobreza em que se encontram. (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1998). Já se passaram quase 20 anos desde essa afirmativa e é perceptível que muitos desses problemas ainda não foram resolvidos.

Outros aspectos de vulnerabilidades da situação dos agricultores familiares do Território, que apontam para a necessidade de uma caracterização das condições materiais da agricultura familiar do Território, são o ineficaz acesso à documentação básica (RG, CPF e Carteira de Trabalho) e de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). O índice de analfabetismo com a existência de poucas escolas nas comunidades rurais, ainda com salas multisseriadas e ensino descontextualizado, bem como o baixo acesso às políticas públicas, aprofundam os problemas.

Observa-se que a crise econômica no território não se configura apenas pelos efeitos da seca – apesar da estiagem seguir causando grande impacto. A descapitalização e a dificuldade

na obtenção de crédito, dentro de uma nova ótica econômica voltada para o mercado, são grandes questões enfrentadas pelos agricultores familiares do território. Isso demonstra que o modelo de economia implantado na área não está adequado às novas exigências econômicas.

Com a economia local centrada em atividades agropecuárias e alternativas de emprego insuficientes e existentes nas maiores cidades como Irecê, continua extremamente grave o quadro de pobreza na região. Do ponto de vista socioeconômico, o baixo desenvolvimento econômico se deve tanto a pouca diversificação das atividades produtivas quanto à permanência de relações de exploração do trabalho.

A partir de 1960 a região teve um grande crescimento e sofreu mudanças importantes na sua economia com o financiamento da agricultura, principalmente para o cultivo de feijão, pelos bancos oficiais através do crédito rural e associado à assistência técnica governamental.

Os resultados do estímulo eufórico à produção de feijão podem ser observados nos dias de hoje. Para citar os mais óbvios, tem-se o aumento da insalubridade do ecossistema, em decorrência do uso intensivo de agrotóxicos, devastação da fauna e flora da caatinga, concentração fundiária, compactação e salinização do solo, áreas com foco de desertificação, endividamento dos agricultores/as, desestruturação da diversidade da agricultura familiar praticada na região, destruição cultural das práticas tradicionais de convivência com o semiárido como, por exemplo, conservação de alimentos, armazenamento de água e práticas de trabalho em mutirão.

Ao final dos anos 80 e início dos anos 90, a agricultura regional passou a conhecer uma nova fase de desenvolvimento, traduzida por uma redução significativa da oferta do crédito rural e dos serviços prestados pelos órgãos estaduais de apoio agrícola na área. O principal efeito desta efetiva redução do apoio estatal, no processo de produção agrícola regional, foi a progressiva diminuição do volume do produto especialmente na zona rural. O processo de exclusão social e empobrecimento que atinge, sobretudo, os pequenos agricultores, e reforça a concentração de renda e da terra, fez e faz crescer as favelas nas cidades da região.

Portanto, dada as condições históricas do desenvolvimento da agricultura familiar, com forte influência da modernização conservadora da agricultura que produziram desigualdades junto à população do Território, que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza chega-se ao problema de partida da investigação.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Tomando como unidade de análise as Unidades Produtivas Familiares do Território de Irecê, o trabalho buscou responder a seguinte questão geral: Como se caracteriza o processo de trabalho família agrícola no Território de Irecê?

Essa questão geral pode assim ser subdivida:

1. O que é o Território?
2. O que é o processo de trabalho familiar agrícola?
3. Qual é o perfil socioeconômico da agricultura familiar no Território segundo fontes estatísticas atuais?
4. Quais as características do Processo de Trabalho Familiar Agrícola a partir da análise das UPF's do Território de Irecê?

1.2 HIPÓTESES

As hipóteses desenvolvidas para a investigação são:

1. As precárias condições materiais da agricultura familiar do Território em questão condicionam negativamente o processo de trabalho familiar;
2. O modelo adotado historicamente no Território modificou as relações no interior das unidades produtivas familiares, mas não alterou o fato do desenvolvimento do processo de trabalho familiar agrícola ocorrer com a mão de obra familiar;
3. A renda oriunda do processo de trabalho familiar agrícola não garante a sustentabilidade da UPF.

1.3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Como objetivo geral esta pesquisa pretende “Identificar como se caracteriza o processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê”, a partir da reconstrução sociológica dos processos sociais que caracterizam os agricultores familiares no contexto do semiárido baiano, mais especificamente no Território de Irecê. Entendendo que o agricultor familiar é a

personificação do processo de trabalho que realiza interessa-nos identificar a dinâmica desse processo.

Seguindo esta linha, foram traçados três objetivos específicos:

1. Descrever a formação do Território de Irecê e seu perfil;
2. Traçar o perfil socioeconômico atual da agricultura familiar do Território de Irecê;
3. Caracterizar aspectos do processo de trabalho familiar agrícola, a partir da análise das UPF's do Território;

1.4 METODOLOGIA

Esta investigação tem como objetivo geral identificar como se caracteriza o processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê” e percorre um caminho metodológico que envolve pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise de dados secundários e primários, sendo os últimos extraídos por meio de pesquisa de campo realizada através da técnica *survey* e com a utilização de questionário padronizado.

A pesquisa bibliográfica consistiu no aprofundamento das dimensões teóricas da Agricultura Familiar e do Processo de Trabalho Familiar Agrícola estabelecidos como esteira teórica da pesquisa. Por pesquisa bibliográfica entende-se um apanhado geral, a respeito dos principais trabalhos realizados os quais podem fornecer informações atuais e relevantes, sobre a temática.

A pesquisa documental foi empreendida com materiais dotados de informações para propiciar o entendimento e análise do objeto em questão, mais precisamente sobre a conjuntura do Território de Irecê e da agricultura familiar. Segundo Oliveira (2007) a análise documental ocupa um papel fundamental nas pesquisas sociais e está baseada no recolhimento e interpretação de dados obtidos a partir de registros diversos, com destaque para os documentos escritos, contemporâneos ou retrospectivos. Entre os documentos analisados destacamos: Memória do Território de Irecê (2006); Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território de Irecê – PTDRS (2009); Registros do Polo Sindical de Irecê; Registros da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF); Registros do Centro de Assessoria do Assuruá (CAA).

A análise de dados secundários para organizar a caracterização da agricultura familiar a partir das estatísticas recentes foi realizada com interpretação dos dados dos Censos Demográficos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ano 2006, Censo Demográfico (IBGE) anos 2000 e 2010, Sistema de Informações Territoriais (SIT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território de Irecê (PTDRS); Mapa de Oportunidades do Território de Irecê (2010), Banco de Dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) do Governo Federal e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Dados da Previdência (2014).

Por fim, foi realizada a pesquisa de campo a partir da técnica survey, que consiste na realização de entrevistas pessoais, com aplicação de questionários estruturados e padronizados, junto a uma amostra representativa do público em estudo sobre o processo de trabalho familiar agrícola, a partir de amostragem estratificada para universo finito descrita no plano amostral. O questionário é um instrumento de pesquisa social que permite a construção de informações de modo padronizado, sendo adequada às abordagens extensivas e objetivas da metodologia quantitativa. Foi utilizado para a formação do banco de dados desta pesquisa o questionário com perguntas fechadas para produção dos dados primários.

1.4.1 Plano Amostral

O público pesquisado é formado por agricultores familiares com DAP Ativa. A pesquisa foi realizada entre os dias 15 de maio e 30 de junho de 2015 através de uma parceria firmada entre o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) do Território de Irecê, vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVI), projeto apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF), vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A cooperação, que consiste no desenvolvimento de pesquisas que tenham como objeto a produção de dados e informações científicas sobre as temáticas Agricultura Familiar, garantiu o apoio financeiro e logístico para a realização da pesquisa de campo e montagem do Banco de Dados Caracterização do Trabalho Familiar Agrícola do Território de Irecê (2016).

Para viabilizar a coleta de dados, a amostragem foi do tipo aleatória e estratificada, utilizando o método Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT), onde cada cidade representou um estrato proporcional a quantidade de agricultores e agricultoras no município. O intervalo de confiança estimado é de 95% (noventa e cinco por cento) e um erro de estimação de 5,0 pontos percentuais para mais ou para menos no universo.

Quadro 01 – Fórmula para dimensionamento amostral com população finita

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Onde:

- n = Número de indivíduos na amostra
- $Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.
- p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.
- q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar ($q = 1 - p$).
- E = Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL (p).
- N = Número de indivíduos na população

Após a aplicação da fórmula no total de 44.850 agricultores com DAP ativa foi obtido o número da amostra. O número total de agricultores foi calculado com base no banco de dados do MDA, sendo o registro realizado no dia 15 de março de 2015.

Quadro 02 – Detalhamento da Amostra

População Estimada	44.850 Agricultores
Data Referência	15/03/2015
Média de agricultores /cidade	2.243 Agricultores
Amostra	330 Agricultores

Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015

A pesquisa foi realizada no Território de Irecê-BA, envolvendo os 20 municípios que o compõe. Abaixo (Quadro 03) foi realizada a especificação do número de agricultores por cada município do território para na sequência calcular o número de questionários respeitando a proporcionalidade do número de agricultores em cada um deles. Segundo Mota (2015), a decisão de realizar a pesquisa nos 20 municípios do Território se deu em função de ter a representação geral e que a concentração da pesquisa não ficasse nos municípios mais próximos da sede, garantindo a proporcionalidade a partir do número de agricultores por município.

Quadro 03 – Número de Agricultores familiares a partir da DAP

Município	DAP Ativa
América Dourada	2.791
Barra do Mendes	1.881
Barro Alto	1.819
Cafarnaum	2.568
Canarana	2.552
Central	2.578
Gentio do Ouro	1.172
Ibipeba	1.826
Ibititá	3.338
Ipupiara	1.521
Irecê	805
Itaguaçu da Bahia	1.804
João Dourado	2.368
Jussara	2.361
Lapão	3.438
Mulungu do Morro	1.927
Presidente Dutra	2.542
São Gabriel	2.584
Uibaí	1.673
Xique-Xique	3.302
Total	44.850

Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015

Após a definição do número da amostra e da estratificação por município do Território, a partir da proporcionalidade do número de agricultores familiares existentes com DAP ativa em cada um foi definido o número de questionários a serem aplicados por município (Quadro 04).

Quadro 04 -Estratificação da amostra por Cidade

Localidade	Amostra
América Dourada	21
Barra do Mendes	14
Barro Alto	13
Cafarnaum	19
Canarana	19
Central	19
Gentio do Ouro	9
Ibipeba	13
Ibititá	25
Ipupiara	11
Irecê	7
Itaguaçu da Bahia	13
João Dourado	17
Jussara	17
Lapão	25
Mulungu do Morro	14
Presidente Dutra	19
São Gabriel	19
Uibaí	12
Xique-Xique	24
TOTAL	330

Fonte: KR Pesquisas/NEDET/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB 2015

Para a execução da pesquisa de campo e entrevista, utilizou-se a amostragem bola de neve, onde o entrevistador estabelece contato inicial com alguns sujeitos previamente identificados como membros do grupo que se pretende estudar e estes sujeitos põem o investigador em contato com outros membros desse grupo e assim sucessivamente (Bracarense, 2009). Segundo Mota (2015), as organizações executoras disponibilizaram as listas de beneficiários e pontos amostrais para busca ativa, onde foi solicitado apoio dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Organizações não Governamentais que atuam na agricultura familiar e órgãos de governo que detinham lista de agricultores familiares com DAP para identificar endereços das propriedades rurais. A parceria do NEDET NEAF/UFRB garantiu os recursos necessários para a constituição de uma equipe de colaboradores vinculados ao núcleo, além de garantir todos os dispêndios necessários ao trabalho de campo nos 20 municípios que compõe o Território de Irecê.

1.4.2 Modelo de análise

No âmbito desta pesquisa, os dados coletados em 2015 foram tabulados para montagem do Banco de Dados Caracterização do Processo de Trabalho Familiar Agrícola do Território de Irecê NEDT/CNPQ/MDA e NEAF/UFRB. O foco da análise é caracterizar o processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê. No quadro abaixo (Quadro 05), a síntese das dimensões da análise e as respectivas categorias:

Quadro 05 – Modelo analítico para caracterização da agricultura familiar do Território de Irecê

DIMENSÃO DA ANÁLISE	CATEGORIAS
1) CARACTERÍSTICAS DAS UPF'S DO TERRITÓRIO	Características dos residentes na propriedade
	Forma de obtenção das terras
	Forma de uso das terras
	Definição da atividade principal
	Produtos produzidos na UPF
	Modelo desenvolvido na propriedade
	Área total
	Área aproveitável
	Condição legal do produtor
	Forma de utilização das terras
	Destino das atividades produzidas na UPF
	Benfeitorias disponíveis na UPF
2) PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NA UPF	Número de residentes que trabalham na propriedade
	Jornada de trabalho na UPF
	Jornada de Trabalho estratificada entre homens e mulheres
	Jornada de Trabalho estratificada entre adultos e jovens
	Origem da renda
	Rendas Total
	Renda total estratificada entre homens e mulheres
	Renda total estratificada entre adultos e jovens
	Renda agrícola
	Renda agrícola estratificada entre homens e mulheres
	Renda agrícola estratificada entre adultos e jovens.
	Participação dos jovens no Trabalho familiar agrícola
	Expectativa sobre a sucessão na UPF
Identificação do sucessor/a na UPF	

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa CNPQ/NEDET/MDA e NEAF/UFRB 2016

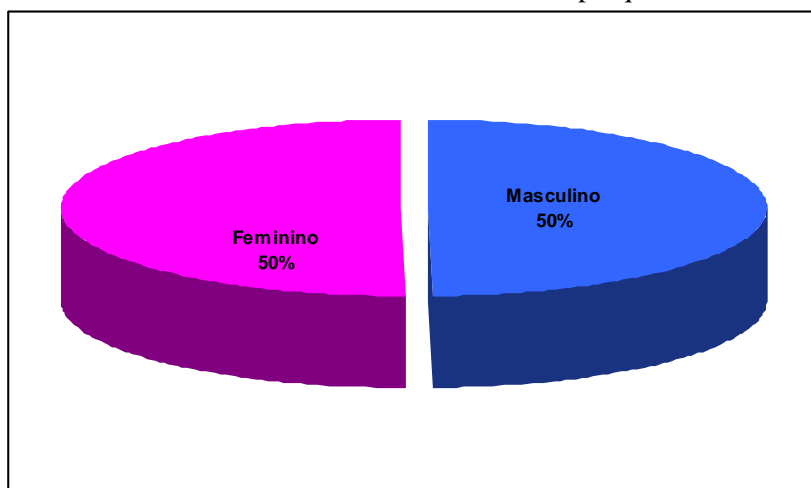
Os resultados da análise com base no roteiro acima, estão descritos no Capítulo 4 deste trabalho, ocasião onde são realizadas as interpretações sobre as dimensões e categorias elencadas e os objetivos geral e específicos da pesquisa.

1.4.3 Perfil dos Entrevistados/as

O perfil dos 330 entrevistados/as foi traçado a partir das variáveis: 1) sexo; 2) faixa etária 3) grau de escolaridade; 4) estado civil; 6) número de filhos/as; 7) local de residência e; 8) auto identidade étnico-racial. Os dados são importantes para compreender as características básicas dos sujeitos da pesquisa e organizar de forma preliminar as informações sobre o objeto do trabalho. Nesse sentido, descrevemos essas categorias

O resultado equivalente (Gráfico 01), onde apresenta o sexo dos entrevistados com 50% para homens e 50% para mulheres, se deu de maneira espontânea, visto que não houve no processo metodológico da pesquisa, uma predefinição para representar o universo pesquisado nesse formato. Essa configuração equilibrada dos entrevistados, no que tange as questões de gênero, configura uma representação ajustada, na medida em que contempla a diversidade das opiniões, reconhecendo esse equilíbrio como importante de ser observado, num espaço sempre visto como masculinizado ainda hoje se ver, ouve e se discute o espaço das mulheres.

Gráfico 01 – Sexo dos entrevistados/as da pesquisa



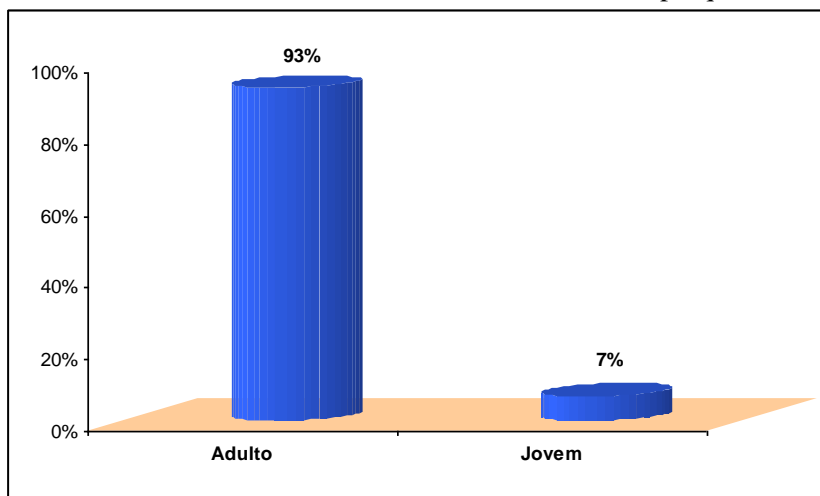
Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A faixa etária dos entrevistados/as foi sistematizada a partir das categorias adultos e jovens, tendo em vista o entendimento de que essa diferenciação é uma questão cara para a

pesquisa e que merece atenção no que tange as questões geracionais no campo de maneira mais geral. Os resultados apontados no Gráfico 02 revelam uma acentuação elevada de adultos (93%) e uma pequena margem para jovens (7%), e que nos leva a problematizar de que, se as gerações futuras, no caso do debate sobre a reprodução do processo de trabalho familiar agrícola, não apresentam indício de uma possibilidade real que sustente o modo de vida do agricultor/a familiar nesse território, muito pelo contrário, indica uma baixa possibilidade de reprodução social, qual será o futuro da agricultura familiar.

A discussão sobre sucessão geracional torna-se imprescindível quando nos deparamos com dados dessa proporção, já que é a possibilidade real de novos atores reproduzir os modos de vida, com os meios pelos quais se possa garantir a sustentabilidade de viver. Essa é uma questão de ordem estrutural, no que se refere a dicotomia campo/cidade que desloca toda população para os centros urbanos e entende o meio rural como um lugar para produção de alimentos, onde os jovens não enxergam o campo como lugar de oportunidades, formação, trabalho e dignidade. Todo esse debate está revelado na baixa presença de jovens entrevistados/as.

Gráfico 02 – Faixa etária dos entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

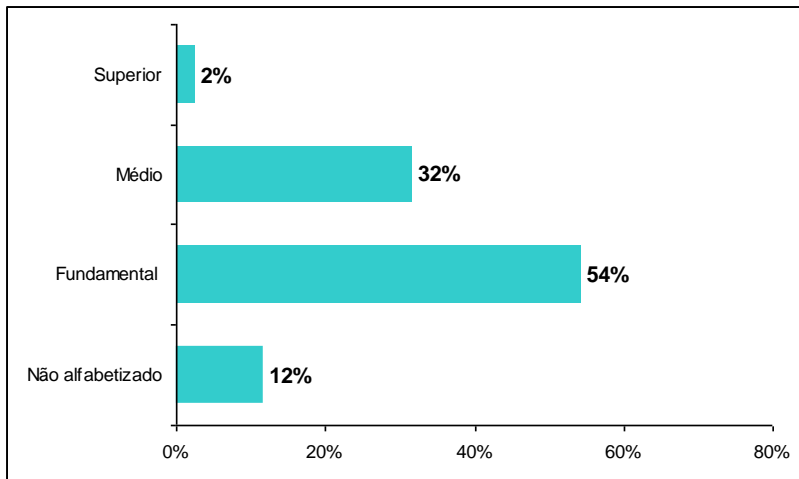
Somente a interpretação literal dos dados sobre escolaridade (Gráfico 03), poderia nos dar margem para interpretar de maneira descritiva a questão da educação, em particular, da formação que é ofertada para os sujeitos do campo.

O que está posto denuncia a baixa escolarização onde uma pequena parcela tem acesso ao ensino superior (2%), provavelmente são pessoas que saíram de seu endereço residencial e voltaram para seu lugar de origem posteriormente. Visto que, no campo, quando tratando

desse essencial direito humano, o que se verifica é a falta de aparelhos escolares em quase todas as etapas. 32% dos entrevistados fizeram ensino médio e o percentual mais elevado (54%) ocorreu para o ensino fundamental. Esse dado se dá pela responsabilidade do ensino ficar a cargo do poder público municipal e as unidades escolares do campo ofertarem essa etapa de ensino.

Vale ressaltar que as escolas no campo no Território de Irecê são as com condições mais precárias em todos os sentidos. Todo esse quadro tem produzido o analfabetismo funcional para muitos usuários das escolas disponíveis. O número de analfabetos ainda é preocupante (12%), lamentável e excludente lugar que fixa obrigatoriamente esses indivíduos a subjugação e exploração que essa condição tem como oferta.

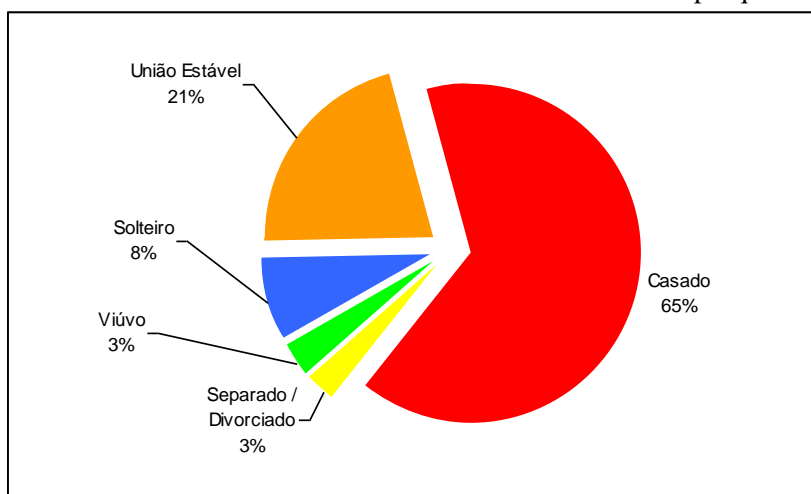
Gráfico 03 – Grau de escolaridade dos entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Do ponto de vista do estado civil (Gráfico 04), a representação em sua grande maioria é de casados com 65%, seguidos de 21% com união estável, 8% de solteiros, uma pequena parcela de 3% entre separados e divorciados e 3% de viúvos, que refletem uma forma familiar com características tradicionais por parte dos entrevistados/as. Isso é importante para a interpretação da articulação do trabalho no interior das unidades produtivas, já que a base da mão de obra é familiar.

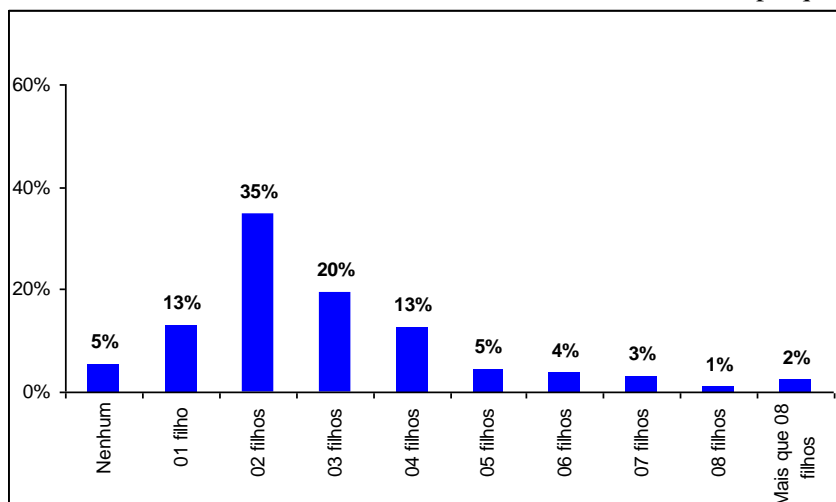
Gráfico 04 – Estado civil dos entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Com relação ao número de filhos (Gráfico 05), os dados apontam que as famílias no campo seguem um perfil geral, com gradativa redução desse número nas últimas décadas. Um percentual considerável de 35% possui dois filhos, o que diminuiu significativamente a extensão das famílias. Na sequência temos 20% dos entrevistados/as com três filhos, 13% com apenas um filho, também 13% com quatro filhos. Os modelos de famílias mais populosas, com cinco filhos, que era uma realidade do campo em décadas anteriores, agora somam apenas 5%, com seis filhos 4% e ente oito e mais de oito filhos ocupam a casa das exceções entre 2% e 1%.

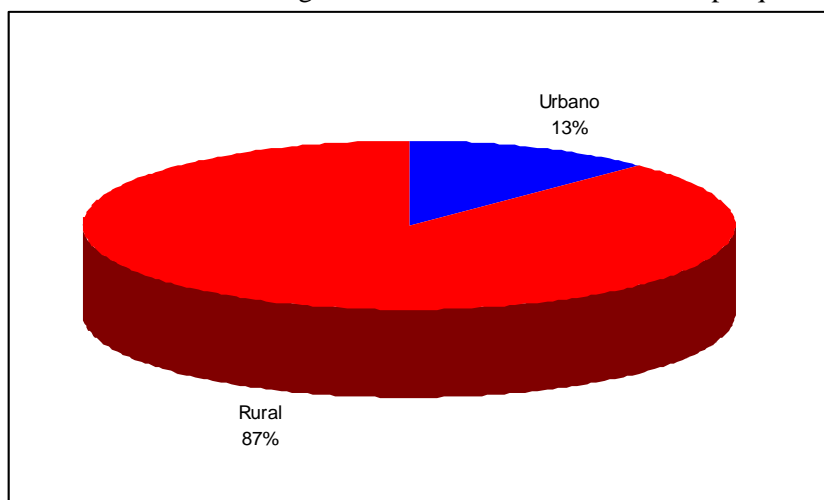
Gráfico 05 – Número de filhos/as dos entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A discussão sobre rural e urbano nesse Território (Gráfico 06) é uma questão bastante complexa, por isso, os entrevistados/as foram questionados sobre o lugar de moradia a partir das categorias rural e urbano. O percentual que apontaram que residem na zona rural foi de 87%, enquanto que 13% afirmaram que residem na zona urbana. O fato da categoria pesquisa ser de agricultores e agricultoras a partir das unidades produtivas familiares responde exatamente ao dado coletado na pesquisa.

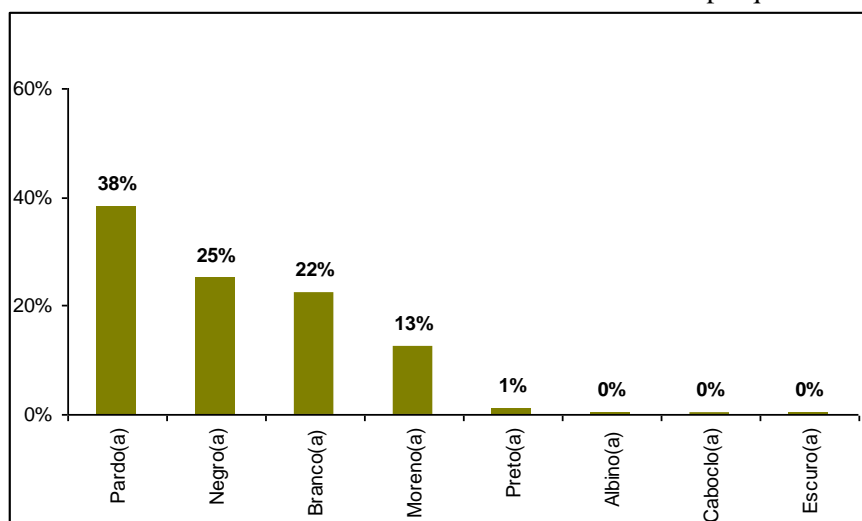
Gráfico 06 – Lugar de moradia entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Para finalizar o perfil do público da pesquisa, foi questionado sobre a auto identidade étnico-racial (Gráfico 07). Está foi uma das questões abertas do questionário que, portanto, expressa a forma como se autodeterminam. Reconhecerem-se pardos (38%) são muito comuns nos registros de nascimento com referência a mestiços nesse território, seguido de negro (25%), branco (22%), moreno (13%) e preto (1%). Levando em consideração de que pardos, negros, morenos e pretos são escalas reconhecidamente dirigidas a afrodescendentes, pode-se afirmar categoricamente que é com essa carga étnico racial que os entrevistados, uma representação do campo do Território de Irecê é formada.

Gráfico 07 – Auto identidade dos entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Esse perfil inicial nos ajuda a pensar e interpretar a realidade dos agricultores e agricultoras do Território de Irecê, identificando esses sujeitos, as características principais para organizar a análise do conjunto de dados sobre o processo de trabalho familiar agrícola e sua reprodução nas UPF's desse Território. Desse modo, como resumo do perfil dos entrevistados/as podemos considerar que os dados apontam para presença das mulheres nas unidades produtivas familiares, já que os dados apresentaram paridade no número de homens e mulheres, revela uma presença massiva de adultos, com escolaridade nos níveis fundamental e médio e tendo entre 1 e 4 filhos em sua maioria. A moradia da maior parte é na zona rural e a auto identidade revela que a maioria são afro descendentes. No próximo tópico descrevemos o resumo dos capítulos subsequentes da apresentação deste trabalho.

1.5 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho será dividido em quatro capítulos, incluindo esta introdução. Além disso, compõe a pesquisa um tópico com Considerações Finais e também Referências Bibliográficas.

O segundo capítulo trata do processo contemporâneo de desenvolvimento do capital, que teve forte influência na agricultura e no mundo rural, bem como a teoria da agricultura familiar, apresentando-se como esteira teórica desta investigação. Na primeira seção analisam-se os condicionantes mais gerais do processo de reestruturação da economia e da sociedade, buscando identificar as relações decorrentes da reestruturação do capitalismo

contemporâneo e seus impactos no mundo rural, bem como os impactos no trabalho. Na segunda seção trata da agricultura familiar e a base teórica que sustenta essa categoria, bem como realiza um resgate do modelo da modernização conservadora aplicado na agricultura brasileira que impactou na vida dos agricultores e agricultoras familiares. Por fim, na última seção articula o conceito de Processo de Trabalho Familiar Agrícola, com a perspectiva dialética em Marx, discutindo esse modo familiar de produção e reprodução.

O terceiro capítulo será dedicado a apresentar o Território de Irecê, sua formação atual, bem como a caracterização da agricultura familiar, trazendo elementos históricos das décadas de 60 e 70 e os impactos do processo de modernização nas formas de vida e trabalho no campo. Ainda neste capítulo é dedicada uma seção sobre o perfil da agricultura familiar do Território a partir de dados secundários das estatísticas recentes. O quarto e último capítulo apresenta o resultado sobre a caracterização do processo de trabalho familiar agrícola e a síntese da análise a partir da interpretação dos dados primários elencados como prioritários nessa pesquisa.

2. O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA DO PONTO DE VISTA TEÓRICO

Este capítulo trata do processo contemporâneo de desenvolvimento do capital, que teve forte influência na agricultura e no mundo rural, bem como a teoria da agricultura familiar, como base teórica da pesquisa. Na primeira seção analisam-se os condicionantes mais gerais do processo de reestruturação da economia e da sociedade, buscando identificar as relações decorrentes da reestruturação do capitalismo contemporâneo e seus impactos no mundo do trabalho com as especificidades das áreas rurais. Na segunda seção discute a teoria da agricultura familiar, bem como o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira que modificou as relações de vida e trabalho no campo. Na terceira seção articula o conceito de Processo de Trabalho Familiar Agrícola, com a perspectiva dialética em Marx, discutindo um pouco das características desse modo familiar de produção e reprodução.

2.1 A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E OS IMPACTOS NO MUNDO RURAL

“Há uma lógica natural de funcionamento do capitalismo, na fase atual dominado pelo capital financeiro, que atua também sobre a agricultura” Stédile (2013, p.19). A reestruturação do capitalismo contemporâneo está assentada em um processo histórico, econômico e social. As transformações estruturais do capitalismo iniciadas no final da década de 1970 nos países capitalistas desenvolvidas e que se internacionalizaram com mais intensidade a partir da década de 1990, após os eventos políticos da queda do Muro do Berlim, provocaram mudanças em todas as esferas da sociedade, incluindo a agricultura e o mundo rural. Este tópico debate o cenário que envolve o processo de internacionalização do capital e os impactos na agricultura.

A expansão mundial do capitalismo sob a hegemonia americana mudou substancialmente a divisão internacional do trabalho e o esquema centro-periferia. O capital financeiro americano, com o seu padrão monetário, foi responsável pelo processo de mundialização do capital, que ocorreu através da liberalização comercial e financeira e do investimento direto.

Esse processo de internacionalização do capital, com maior expansão a partir de 80 configurou-se, segundo Tavares e Belluzo (2005), como uma última etapa do sistema

capitalista, denominada de globalização financeira. Historicamente, isso ocorreu juntamente com o maior e mais duradouro ciclo de crescimento da economia americana no pós-guerra.

A globalização americana ensejou, de forma inédita, a articulação estrutural entre o sistema de crédito, a acumulação produtiva das empresas, o consumo privado e a gestão das finanças privadas do Estado. Essa fusão de funções reafirmou o caráter essencialmente coletivista da nova dinâmica de reprodução do capitalismo central. Para Tavares e Belluzo (2005) uma exibição prática da “macroeconomia política” do poder e da riqueza americanos, fundados nas relações entre hegemonia monetária, expansão do crédito, valorização de ativos e crescimento econômico.

O fenômeno da globalização, portanto, deu uma maior sustentação ao processo de internacionalização do capital, uma vez que este não foi um processo apenas econômico, mas social, político e cultural. Atrás das múltiplas referências da globalização existe um conjunto de tendências que tem aparecido e que vem se acentuando nas décadas mais recentes.

Essas transformações podem ser explicadas pela teorização da transição do regime fordista para o regime de acumulação flexível realizada por David Harvey. Para o autor, a expressão do recuo do regime fordista, modelo baseado na ampliação da produtividade dos fatores de produção e no papel regulatório do Estado e dos organismos multinacionais, cedeu lugar para o surgimento de uma nova etapa, caracterizada pela flexibilização dos processos produtivos, descentralização das unidades de produção e informalidade das relações de trabalho, reduzindo-se substancialmente o papel do Estado e das instituições regulatórias.

De acordo com Harvey (1992) o modelo de acumulação flexível apoia-se na flexibilidade de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial e tecnológica. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas. Ela também envolve um novo movimento denominado pelo autor de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista.

A transição do fordismo para a acumulação flexível foi marcada por novas técnicas e novas formas organizacionais de produção. As economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Esses sistemas de produção flexível

permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. O tempo de giro foi reduzido de forma dramática pelo uso de novas tecnologias produtivas e novas formas organizacionais, com impactos e consequências significativas em todas as esferas da sociedade.

Outra característica que Harvey (1992) aponta é que para reduzir o giro da produção foi acompanhado na redução do tempo o giro do consumo. A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível reduziu em mais da metade.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidas de uma estética pós-modernista que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 1992, p.148)

No campo do trabalho os poderes aumentados de flexibilidade e modalidade dessa nova forma de acumulação permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes do controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida. A acumulação flexível implica em níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical, uma das colunas políticas do regime fordista.

De acordo com Harvey (1992) seja qual for a explicação completa, para tratar da transformação das economias capitalistas avançadas a partir de 1970, é preciso considerar cuidadosamente essa marcada transformação da estrutura ocupacional com o incremento da capacidade de dispersão geográfica de produção em pequena escala e da busca de mercados de perfil específico, ao contrário do fordismo, que tinha distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes.

O poder da informação e de tomar decisões rápidas nesse ambiente de diversas incertezas e competitividade a corporação, ao invés de findar, teve muitas vantagens sobre os pequenos negócios. A desregulamentação significou muitas vezes um aumento da monopolização, ou seja, a acumulação flexível também levou a maciças fusões e diversificações corporativas. Porém no outro extremo da escala, os pequenos negócios, as estruturas organizacionais patriarcais e artesanais também floresceram. As tensões que sempre

existiram no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico se manifestaram no modo de acumulação flexível de forma nova.

No que diz respeito à agricultura e ao mundo rural, os efeitos da reestruturação econômica, produtiva e institucional podem ser percebidos através de múltiplas facetas. Schneider (2004) ao tentar reunir os principais impactos das transformações ocorridas no contexto da reestruturação capitalista no meio rural identificou na literatura cinco processos e seus autores:

Quadro 06: Transformações no meio rural a partir da reestruturação capitalista

(Reardon e Berdegué, 2003 apud Schneider, 2003).	Abrem-se os mercados, aceleram-se as trocas comerciais e intensifica-se a competitividade, agora tendo por base poderosas cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista em escala global, restringindo a participação nestas relações de troca de imensas regiões produtoras, o que vale inclusive para alguns países e mesmo parcelas continentais.
(Goodman e Watts, 1997 apud Schneider, 2003).	Paralelamente ao processo contínuo de aprofundamento do progresso tecnológico (agora via biotecnologias, engenharia genética, etc), assiste-se ao aparecimento de iniciativas, dos mais variados matizes, que contestam e criticam o padrão técnico dominante.
(OCDE, 1996; Echeverría, 2001; Graziano da Silva, 1999; Schneider, 2003 apud Schneider, 2003).	As modificações nos processos de produção pós-fordistas levam à diluição das diferenças setoriais (agribusiness é visto pelo encadeamento de vários setores) e espaciais. O rural deixa de ser o lócus específico das atividades agrícolas e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não-agrícolas permite que a renda de muitas famílias que residem no meio rural se estabilizem ao longo do ano e que os filhos não precisem mais deixar o meio rural para achar emprego.
(Boisier, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 2000 apud Schneider, 2003).	Modifica-se o papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais, o centralismo cede espaço à parceria e à participação da sociedade.
(Ploeg e Renting, 2000).	A dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais deixam de ser vista como um aspecto secundário e um argumento de minorias e passa a ser um fator de competitividade, um elemento de estímulo à ampliação do consumo, uma vantagem econômica comparativa e um pré-requisito para obtenção de créditos e acesso aos fundos de investimento, especialmente os de fontes públicas.

Fonte: Quadro adaptado de (SCHNEIDER 2004, p. 08)

Stédile (2013) confirma essa posição de que nas últimas duas décadas vivencia-se uma nova fase do capitalismo dominada pelo capital financeiro globalizado, onde a acumulação de capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro, que precisa controlar a produção de mercadorias em todos os setores, inclusive na agricultura, além do comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral.

Na perspectiva de Stédile (2013, p.21-26), o capital financeiro internacionalizado passou a controlar a agricultura através de vários mecanismos: 1) Excedente de capital financeiro, onde os bancos passam a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura e, a partir do controle da maior parte das ações, promoveram um processo de concentração das empresas que atuavam na agricultura, que tiveram crescimento do seu capital e passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, a exemplo do comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, etc. Um capital acumulado fora da agricultura, mas que aplicado nela, aumentou rapidamente a velocidade dos processos de crescimento e concentração; 2) Dolarização da economia mundial, que permitiu que as empresas se aproveitassem de taxas de câmbio favoráveis, entrassem nas economias nacionais e pudessem comprar facilmente empresas e dominar os mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas; 3) Regras do Livre Comércio, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos a liberalizarem o comércio desses produtos, permitindo a entrada das transnacionais para controlar os mercados nacionais dos produtos e insumos agrícolas; 4) Crédito Bancário, que agravou a dependência dos países para o desenvolvimento da produção agrícola e permitiu financiar a ofensiva do modo de produção da agricultura industrial e suas empresas produtoras de insumos; 5) Abandono das políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa, já que liberalizaram os mercados e aplicaram políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista. (STÉDILE, 2013, p. 21-22).

O Brasil sentiu a euforia do processo de globalização em meados da década de 90, com as chamadas políticas neoliberais de ajustamento estrutural sob a guarda do FMI, um período em que se consolida o recuo do Estado no que tange as políticas agrícolas e deteriora-se o próprio ambiente social e produtivo (Navarro, 2000) do setor rural.

Os desafios impostos aos agricultores foram imensos. Essas ideias se difundiram no Governo Collor e mais intensamente no Governo Fernando Henrique Cardoso, de modo que a regra básica passou a ser desregulamentar para que o mercado possa liberar-se cada vez mais. As consequências dessas mudanças, foco do nosso interesse, afetaram o conjunto das estruturas econômicas e causaram fortes impactos sociais: 1) opera-se uma reestruturação dos sistemas de produção em nome da competitividade e da qualidade globais; 2) em virtude dessa reestruturação que pautou a globalização, produz-se o aumento da pobreza em escala mundial; 3) os sistemas de proteção social são desmantelados e tornam-se ineficazes no enfrentamento das novas iniquidades sociais (pobreza e exclusão que são produzidos) e; 4) a concentração de capitais opera-se em escala sem precedentes.

A partir desse período uma parte da agricultura brasileira foi inserida nas chamadas dinâmicas da globalização, enquanto outros setores foram precarizados ou simplesmente excluídos, visto que para competir num mercado cada vez mais aberto os setores inseridos nas dinâmicas de globalização foram desafiados a mudar de patamar de modernização e a lidar com as novas tecnologias. Um exemplo claro é o papel da biotecnologia no sistema de produção que passou a vigorar e, em consequência disso, a agricultura foi obrigada a operar mudanças na própria organização social do trabalho, com novas estruturas, tipos e formas de trabalho e novas formas de produzir, além de enfrentar o forte desafio de inventar novos tipos de produtos e processos de produção para acompanhar a heterogeneidade dos mercados.

Diante do exposto, os impactos da reestruturação do capitalismo em escala mundial sobre a agricultura foram sentidos no Brasil com maior evidência no início dos anos 90, com os processos de globalização e liberalização da economia, e, conseqüentemente da agricultura. Também foi nesse período que a agricultura familiar se configurou como nova categoria síntese dos movimentos sociais no campo, bem como ganhou espaço no debate acadêmico.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção traz um debate conceitual sobre a agricultura familiar a partir de autores que estudaram o tema tentando explicar a permanência dessa forma de produção e de vida.

De acordo com Abramovay (1997) “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento.

“Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 03)

Lamache (1998) tem sido uma referência relevante às discussões teóricas acerca das formas sociais de produção. Sobretudo no que tange a Agricultura familiar nesse contexto de transformações em que pesam a integração mercantil ou modos de vida camponesa, sobre o qual põem em suspeição os modelos baseados nas estruturas de produção individuais ou coletiva (empresas, empresa familiar, camponês ou de subsistência e agricultura familiar moderna) que definem e organizam o trabalho e os meios de produção.

Nesse sentido, o autor supracitado propõe como questão central um modelo que resulta de interações entre indicadores políticos e culturais presentes em sociedades com desenvolvimento avançado (Canadá e França) na lógica do capital, assim como também o nosso caso de sociedade dependente (Brasil); E ainda, uma referência ex socialista (o caso Polonês) e; em via de desenvolvimento (no caso a Tunísia). Para fins investigatórios, Lamache não se limita as observações restritas a produção agrícola, utiliza-se da perspectiva metodológica Weberiana de tipificação ideal, da dimensão política/reflexiva, sugerindo o que esses agentes sociais têm em relação ao lugar, a si mesmos e em relação ao Estado.

A agricultura familiar segundo sua ótica é definida como uma categoria sociológica construída, que mescla o modelo empresa, principalmente quanto a função da família nessas unidades produtivas; enquanto o camponês, situa-se em relações de dependência. Consta-se (1998) que a agricultura familiar moderna é um modelo Expressivo no caso brasileiro, visto que 43% de suas unidades de produção são concentradas no sul do país, devido a contextos político. Entretanto, o autor faz contundentes indagações sobre as formas como esse modelo brasileiro prospecta o futuro, uma vez que o modelo no espaço brasileiro tende a sofrer mudanças profundas sob as influências do grande capital, transitando para modelos tipo empresas (32%); sendo que 38 de 59 empresas familiares, enquanto apenas 18% representam o tipo camponês.

Lamache ressalta que a agricultura familiar brasileira em seu caso específico interliga operacionalizações de todos os modos o que indica para a manutenção a pré-existência do modelo camponês, complementados de mais tecnologias que conectam as necessidades das

transformações mundiais em vigor e a carência de políticas efetivas de Estado adequados as necessidades adequando os quadros sociais e de produção que necessitam de apoio e fomentos. “A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção”. (Lamache, 1993, p.20)

José de Sousa Martins refletindo sobre comunidade Rural camponesa, chega a seguinte definição: a comunidade rural é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e por outro lado, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre historicamente determinadas. Encontram-se ligados por disciplinas coletivas e designam- tanto tempo quanto a comunidade guarda uma vida própria- mandatários responsáveis para dirigir a realização dessas tarefas de interesse geral. (MARTINS,1981, p.157).

Pensando acerca do parentesco como princípio organizatório central da reprodução social camponesa Martins (1981) recupera a ideia de compadrio que em síntese que para o autor não tem nada de relação pessoal entre indivíduos. Embora, as relações sejam feitas entre personagens sociais, elas são pré-definidas por uma totalidade, vista como um conjunto de relações individuais que sugere a ‘pessoa moral’ e que se sobrepõe aos indivíduos. Parafrazeando Hammel, o autor demonstra que é uma aliança entre grupos de descendência. Martins sugere que as discussões sobre campesinato, negligenciaram as questões de parentesco, não percebendo o componente básico de sua reprodução social.

Ainda perseguindo a ideia do parentesco como chave que articula e sustenta a linha de raciocínio, para validá-la como pressuposto de reprodução social, Chayanov em Teorias do Campesinato pondera sobre grupos domésticos como uma unidade econômica discreta e isolada, cuja produção é o retorno indizível da família. Ou seja, indissociável da atividade familiar. O que se constitui como fundamental para compreendê-la pelas relações de parentesco. Para Chayanov a família é uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção. Segundo ele, a família é um núcleo hierarquizado e organizado em torno de valores culturais. As relações estão como centralidade, uma espécie de finalidade. Entretanto, há um tipo de moralidade que formula as regras da Economia camponesa.

Galeski (1975) interpreta o termo ‘familiar’ apenas as pessoas entre si, ligados pelos laços da consanguinidade, desenvolvendo uma economia doméstica comum. A subordinação

dos indivíduos a representação familiar nesse contexto é predominante. Tepicht (1973) propõe que a família se encontra no seio da economia camponesa. Como se fora uma simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica. Também reconhece um traço de subordinação severa do Eu sob o Nós. Ou seja, A subordinação dos destinos das pessoas individualmente ao projeto da pequena empresa familiar. A reprodução da família é percebida através da produção. Que comparativamente se diferencia no tratamento dado por Chayanov quando acentua a importância do parentesco como fundamental para a reprodução social da família e do patrimônio através da Geração.

Um aspecto bastante relevante no que tange as diferenças comparativas das leituras reside na distinção conceitual entre forças plenas e forças marginais que discriminam a viabilidade de certas atividades laborais no empreendimento camponês como não qualificadas e que não são passíveis de valorização pelo caráter indivisível da atividade doméstica por exemplo. O papel social do trabalho feminino e a hierarquia na divisão social dessas atividades, que de modo ideológico orientam e subordinam dicotomias que estruturam inexoravelmente esses papéis produtivos entre os mais produtivos e os improdutíveis.

Mendras (1971) outro importante estudioso das questões teóricas sobre o campesinato, é um dos que refuta a interpretação pela ótica do parentesco. Por que? Segundo a sua abordagem sobre o tema, o parentesco é irrelevante no que se refere ao estudo do campesinato. Segundo ele, isso limita as discussões sobre sucessão, descendência e trocas matrimoniais pelo fato de só ser possível perceber a reprodução social a partir da produção e não das relações sociais.

Uma coletividade rural apresenta uma dupla natureza funcional. Ela é, por um lado, um estabelecimento humano de valorização de um meio natural. A população local utiliza o território para sua subsistência; por outro lado, é também uma unidade de habitação, de residência, um modo de vida familiar e social de um gênero particular, caracterizado notadamente, por sua fraca dimensão e por sua estabilidade populacional. (Joliver e Mendras, 1971, p.209)

Nazareth Wanderley (2001, p.21), que também possui estudos sobre a agricultura familiar afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural”. Na concepção da autora, esta categoria ganha um significado e abrangência no Brasil numa perspectiva de novo personagem diferente do agricultor de subsistência e do que se entende como camponês tradicional, assumindo a condição de produtor moderno. Para Wanderley, a agricultura familiar como uma categoria genérica é entendida como aquela em que a família, proprietária

dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A autora admite que a modernização transformou o campesinato em agricultor. Em outras palavras, o saber tradicional camponês, passado de geração em geração, uma das bases fundamentais de sua identidade social, em função da introdução das novas tecnologias e das novas maneiras de se produzir determinadas pelo novo contexto, já não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico das famílias na agricultura. No entanto, na visão da autora, este processo não se deu de forma homogênea, já que não foram todos os camponeses que passaram por esses processos.

Portanto, Wanderley (2001) considera que a lógica da agricultura familiar não diz respeito somente à atividade de produção de alimentos. Podemos dizer que a agricultura familiar é multifuncional. Ao mesmo tempo em que viabiliza a vida das famílias no campo, com a produção de alimentos e outras matérias-primas para o seu consumo e venda dos excedentes, perpetua uma cultura extremamente rica, com festas tradicionais e artesanato próprio. Além disso, a agricultura familiar contribui decisivamente na manutenção dos conhecimentos tradicionais, preservação das sementes crioulas, proteção dos bens naturais necessários à vida (água, terra e biodiversidade), e pode ainda favorecer o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo, a educação popular etc.

Neste tópico apresentamos os marcos conceituais que sustentam a noção de agricultura familiar com foco no debate sobre o modo de produção, a fim de interpretar e analisar o processo de trabalho familiar agrícola. Na próxima seção faremos um debate conceitual sobre esse processo de trabalho.

2.3 O PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA

“Processo de trabalho é aquele segundo o qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as a seu controle e transformando-as em certos valores de uso, ou seja, dando forma útil à sua vida” (WEISHEIMER, 2009, p. 105). Deriva daí o conceito de Processo de Trabalho Familiar Agrícola. Na agricultura familiar o processo de trabalho se caracteriza pela realização de um processo singular no modo de produção capitalista, denominado como processo de trabalho familiar agrícola (WEISHEIMER, 2009). Os processos de transformação pelos quais têm passado a agricultura e os espaços sociais agrários no Brasil, conforme vimos no tópico anterior configuraram a agricultura familiar como uma categoria social que vem transformando sua própria existência ao longo da

história, adaptando-se ao modo de produção dominante e buscando, ao mesmo tempo, preservar o caráter familiar do processo de trabalho.

O conceito de Processo de Trabalho Familiar Agrícola, parte das principais características desta forma de trabalho definidas por Weisheimer (2009, p. 102): 1) Encontra-se subordinando ao modo de produção capitalista; 2) A relação de trabalho com base em obrigações familiares (reciprocidade) e não pelo assalariamento; 3) Objetiva a reprodução social da família e da unidade de produção familiar; 4) Apresenta variações conforme a composição e ciclo demográfico da família; 5) Apresenta uma divisão do trabalho por gênero e gerações e; 6) É meio objetivo de inserção das novas gerações no trabalho, possibilitando a transmissão do saber agrícola de geração a geração. O autor avalia que as características gerais da agricultura familiar residem no fato de que a gestão do trabalho e da propriedade dos meios de produção encontram-se sob a responsabilidade da família, entendida como grupo doméstico e de consumo, que realiza a reprodução geracional do processo de trabalho e a transmissão do patrimônio familiar.

Para Abramovay (1998) a integração da agricultura de base familiar ao mercado capitalista implicou mudanças na vida social, na racionalidade econômica e nos processos produtivos que caracterizavam o campesinato. Segundo demonstrou este autor, uma agricultura familiar altamente integrada no mercado, capaz de incorporar os avanços técnicos e a responder às políticas governamentais, não pode ser pensada como camponesa. Segundo esta proposta, no capitalismo o trabalho agrícola realizado com base em relações familiares e não-salariais denomina-se agricultura familiar, ou seja, circunstâncias de um mercado capitalista plenamente desenvolvido é mais adequado pensar as formas de configuração e reprodução da agricultura familiar, correspondendo a situações em que a propriedade dos meios de produção e a organização do processo de trabalho encontram-se assentadas em bases de relações familiares.

Na sociedade contemporânea, o processo de estratificação social tornou-se mais complexo, especialmente sobre as novas formas que o trabalho vem assumindo e uma explicação baseada na polarização de classes parece não ser mais suficiente, embora ainda sejam fundamentais para se entender as relações sobre as quais o capitalismo estabelece a regulação da sociedade contemporânea.

Para o pensamento sociológico crítico, no entanto, essas transformações recolocam o poder explicativo da dialética porque é justamente ela que se deve recorrer para tentar

entender o processo de articulação, integração e exclusão das formas sociais que não assumiram as características das relações capitalistas clássicas, que não apenas continuam a existir como parecem estar se difundindo, como é o caso do processo de trabalho familiar agrícola e da categoria agricultura familiar no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Pelo exposto, as contradições inerentes da matriz capitalista, apesar das características do processo familiar agrícola não ser completamente adesivo aos setores produtivos, tendo em vista as características *sui generis* do sistema familiar agrícola. É possível dizer que a partir dos conflitos estabelecidos pela exploração do homem no campo e pensando numa perspectiva dialética que, a realidade empírica suscita de observações específicas, seria um equívoco apontar dicotomicamente as estruturas para resolver os dilemas dos camponeses e agricultores familiares, ou por outro lado, a ação dos indivíduos como tomada de posição para investigar os fenômenos. Portanto, a utilização materialista histórica dialética torna-se relevante para dar conta das múltiplas determinações que evocam o método capaz de equacionar ação e estrutura de modo a resolver os dilemas empíricos do real concreto.

É sobre as dinâmicas promovidas pelo modo de produção capitalista na agricultura e as transformações das relações de produção e do processo de trabalho familiar agrícola que concentraremos nossa discussão ao longo deste tópico para explicar que o Processo de Trabalho Familiar Agrícola está assentado na dialética de Karl Marx.

No debate marxista a tensão ação-estrutura aparece já na sua discussão sobre o mundo material como condição fundamental para compreender a realidade dos homens. E, é sob essa condição empírica que se revelam as maneiras com as quais, os homens, com técnicas, a partir de suas condições materiais, organizam a divisão social do trabalho.

São essas relações de produção que geram antagonismos de interesses e divisões em classes que determinam as relações sociais. Tavolaro (2007, p. 103) explica que Marx em sua 6ª Tese sobre Feuerbach, argumenta não haver uma essência humana abstrata inerente a cada indivíduo singular. Para ele, a chave está em ver tal essência como o conjunto das relações humanas. E em ‘A Ideologia Alemã, essa postura reafirma a direção que os estudos de Marx em torno das “ancoragens materiais” da consciência já vinham indicando: a noção de que nada há de individual no cerne dessa consciência; ao contrário, ela “é, desde o início, um produto social, e permanece assim enquanto os homens existirem” (MARX & ENGELS, 1970: 51 apud TAVOLARO, 2007, p. 103).

A prioridade do “social” sobre o “individual” é, pois, justificada de maneira contundente. Isso não quer dizer, porém, que a sociologia que se delineava em meio às reflexões filosóficas de Marx estivesse imune à tensão “ação – estrutura”. Parece justo afirmar que um dos momentos em sua obra em que a tensão revela-se em toda sua plenitude seja a famosa passagem em ‘O 18 Brumário de Luís Bonaparte’. Em que Marx afirma que: “os homens fazem sua própria história, mas não o fazem conforme sua vontade; não o fazem sob circunstâncias de sua própria escolha, mas em circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas do passado. (TAVOLARO, 2007, p. 103-104)

Objetivando responder a processos dinâmicos e desafios da sociedade contemporânea e as lutas de classe como motor da história, em que a realidade não se deixa conhecer imediatamente e de modo crítico, faz-se necessário refletir sobre a realidade demoradamente. O pensamento, do ponto de vista dialético, não é a gênese do real, nem o real é a gênese do pensamento, mas o real antecipa o teórico e que a teoria é um produto real.

De acordo com Marx as relações são recíprocas já que nenhum fenômeno pode ser compreendido fora da realidade empírica, o dado primeiro é o material e a condição surge no mundo dos homens reais. O mundo material na visão marxista está em constante movimento que são tangíveis nas mudanças históricas e nas contradições que surgem pelo antagonismo dos interesses de classe.

Para Marx são nas relações de produção que se revelam, a partir das condições materiais, quando essas usam técnicas e organizam a divisão social do trabalho, que se deflagra uma articulação conflituosa pelas desigualdades nas relações sociais de produção da força de trabalho do homem por outro homem, ou seja, a exploração dos donos dos modos de produção sobre o trabalho assalariado que produz mais-valia, alienação, fetichismo e contradição.

Dito isso, o pensamento dialético representa síntese em que a infraestrutura indica a tese e a superestrutura antítese, organizadas metodologicamente no materialismo histórico dialético. A luta de classes revela a contradição inerente aos conflitos de interesses que é o motor pelo qual se constrói a história.

A hipótese fundamental na dialética é a de que nada existe de eterno e fixo, tudo está em plena transformação, tudo está sujeito a dinâmica da história. A dialética é um método de compreender as realidades complexas e polissêmicas, os movimentos das totalidades humanas reais que objetiva a demolição de toda cristalização de conceitos adquiridos como dado e utiliza o elemento da negação para fins de contra simplificação à estabilidade.

Segundo Gurvitch apud Ianni (1985) nem a dialética marxiana daria conta de estabelecer paralelos entre o método e a realidade social em todas os seus aspectos, ou seja, só na

experiência do real “empírico” e a dialetização da experiência pode construir mecanismos para fins explicativos porque a realidade é complexa e deriva de múltiplas determinações, podemos assim dizer que toda experiência é diacrônica e sincrônica como movimento que suscita questões de causalidade histórica ou sociológica, causalidade singulares das totalidades humanas concretas.

Portanto, para se compreender a discussão sobre dialética nas ciências sociais é fundamental entender o pensamento de Marx, que é uma profunda reflexão sobre o capitalismo. Para o autor a realidade não se deixa conhecer imediatamente, a realidade social é complexa, contraditória, e é construída por nexos relacionais, processos e estruturas que não se deixam conhecer pela observação empírica convencional apenas. É preciso refletir demoradamente sobre o real (IANNI, 141).

O trabalho enquanto constitutivo do homem é o elemento chave que Marx utilizou para compreender a realidade social em termos de uma dialética de dependência recíproca e por intermédio das desigualdades que se identificam os processos de alienação e fetichismo para forjar o seu pensamento e dessa maneira superar as operações binárias entre material, ideal, objetivismo, subjetivismo, estrutura e ação. Dessa forma, no próximo ponto explicaremos a o processo de trabalho familiar agrícola que está assentado na dialética marxista.

Dito isso, utilizaremos o debate marxista sobre a agricultura e as relações sociais por ela engendradas, que permanece circunscrito no seu papel econômico no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo. Schneider (2003, p. 26) aponta para a necessidade de reconhecer na abordagem marxista o “mérito de mostrar como determinadas formas sociais são superadas ou eliminadas, à medida que avança o processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista e indicar como aparecem novas categorias em seu lugar”. Para ele, nenhuma outra tradição teórica do pensamento social foi capaz de produzir interpretações tão vigorosas e abrangentes sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as transformações nas sociedades rurais e agrárias como as de Karl Marx.

Segundo Gorender (2013, p.20) “o conceito de capitalismo de Marx é rigorosamente unívoco; não dá margem para tergiversações ou subterfúgios”. Para este autor, é preciso se posicionar ao definir o conceito de capitalismo a ser utilizado e, por isso, define à luz de Marx:

“Eu defino o que é capitalismo seguindo aquele que me inspira e que não tenho nenhum receio de declarar, que é Marx. Defino o capitalismo como modo de produção em que operários assalariados, despossuídos dos meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia; em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de

um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isto é, não de mero patrimônio, mas de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado [...]”. (GORENDER, 2013, p. 20-21)

A principal questão perseguida pela maioria dos autores marxistas consiste em investigar se a instauração do modo de produção capitalista acarreta ou não determinadas formas de propriedade e modifica as relações sociais com a divisão social do trabalho. Para os marxistas, a agricultura e o mundo rural foram tratados entre meados da década de 1920 e 1960 como questão agrária, expressão que rotulou o debate acerca dos rumos e especificidades da penetração do capitalismo na agricultura, sob o ponto de vista do processo de acumulação do capital e de formação da estrutura de classes.

Os camponeses aparecem na teoria marxista como uma exploração parcelar, ou seja, que produz uma parcela restrita de terra e que são integrados parcialmente ao processo de divisão social do trabalho. São trabalhadores e proprietários dos meios de produção, configuram uma situação atípica no capitalismo, resquícios de um modo de produção pré-capitalista. São descritos como uma forma de produção simples de mercadorias, uma vez que eles não correspondem propriamente a nenhuma das três classes fundamentais do capitalismo na agricultura: o capitalista industrial, o proprietário fundiário e o trabalhador agrícola assalariado. “A cada uma delas corresponderia respectivamente, uma das três formas de divisão do valor: o lucro, a renda da terra e o salário”.

É possível, portanto, analisar as dinâmicas de concentração do capital e as transformações sociais produzidas pelo modo de produção capitalistas forjados por Marx adaptando aos estudos das práticas produtivas da agricultura familiar, o que implicará a transposição de seu sentido original, porém preservando a lógica dialética.

A dialética é a base que permite interpretar o trabalho familiar agrícola como um processo da transformação da natureza para obtenção de produtos agrícolas realizados por pessoas que mantém entre si laços de parentesco, como é o caso dos agricultores e agricultoras familiares. “É possível perceber que este processo de trabalho já é ele um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção sendo, portanto, simultaneamente, um processo de produção e reprodução do trabalho familiar agrícola” (WEISHEIMER, 2009, p. 105).

Lembramos que o conceito de trabalho é fundamental no materialismo marxiano. Mais do que isso, seguindo Lukács, o conceito de trabalho é fundamental na ontologia do ser social implícita na obra de Marx. A natureza do conceito de trabalho em Marx não pode ser reduzida ao fato de que é necessário produzir valores de uso para a reprodução do ser humano. Desse ponto de vista, o trabalho consiste em um intercâmbio com a natureza, uma afirmação do caráter objetivo do homem; de acordo com essa definição mais geral, o trabalho consiste em uma "necessidade natural e eterna".

Harvey (2013) discorre de modo didático as considerações feitas por Marx sobre o processo de trabalho. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, converte-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez trocadas pelo fogo do trabalho (e aqui Marx volta a enfatizar a centralidade do trabalho como processo), apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e vocação, exercem no processo laboral, elas (as máquinas) serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção. (Harvey, 2013, p. 260-261). Segundo Harvey sobre o processo de trabalho Marx diz:

É evidente orientar a produção de valores de uso, apropriação do elemento natural para as necessidades humanas, condição necessária do metabolismo entre homem e natureza e, por conseguinte, independentemente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. Por essa razão, não nos foi necessário apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e seus materiais, de outro. Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem os plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se revela (MARX apud HARVEY, 2013, p.198-9).

Para Harvey, o que Marx realiza sobre o tema é apresentar dissecações e descrições universais do processo de trabalho, independente de qualquer formação social, despido de qualquer significado social particular, onde o capitalista une o processo de trabalho e o processo de formação de valor.

Marx (1968) afirma que pressupõe o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem.

A aranha realiza operações que lembram o tecelão, e as caixas suspensas que as abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere de início da mais hábil das abelhas, pelo fato de que antes

de fazer uma caixa de madeira, ele já o construiu mentalmente. No final do processo do trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios, e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade. (MARX, 1968).

Para Marx é essa capacidade de realizar um trabalho consciente, ou seja, de planejar e imaginar previamente aonde quer chegar com seu trabalho, que tipo de objeto quer produzir, que faz a diferença entre os seres humanos e os animais. Foi por isso que Marx afirmou não poder comparar o pior arquiteto com a melhor das abelhas, devido as diferenças entre o trabalho consciente e o instintivo, os homens contraem determinados vínculos e relações uns com os outros, e é através desses vínculos e relações sociais que se estabelece a sua ação sobre a natureza, que se efetua a produção.

Na produção, os homens agem não só sobre a natureza, mas ainda uns sobre os outros. Não podem produzir sem colaborar de maneira determinada e sem estabelecer um intercâmbio de atividades. Para Marx (1987) no intuito de produzir os homens contraem determinados vínculos e relações uns com os outros, e é através desses vínculos e relações sociais que se estabelece a sua ação sobre a natureza, que se efetua a produção

Como o próprio autor afirma em a crítica da economia Política (1968) categoricamente concorda que em todas as épocas pode-se identificar elementos comuns na produção, no sentido em que o homem como ser genérico pode forjar a natureza e transforma-la. O conceito de produção e reprodução são importantes para evidenciar esses traços em todos os períodos históricos e de que maneira, se de modo dinâmico ou não, os indivíduos produzem meios para reproduzir-se em sociedade.

Para Marx, o que caracteriza o trabalho como atividade especificamente humana é o fato de que este se constitui em uma atividade consciente. A forma final do objeto é prefigurada na mente do trabalhador, antes mesmo da realização do processo de trabalho. A atividade produtiva humana é assim atividade subordinada a um fim, atividade teleológica.

Pelo exposto, as contradições inerentes da matriz capitalista, apesar das características do processo familiar agrícola não ser completamente adesivo aos setores produtivos, tendo em vista as características sui generis do sistema familiar agrícola. É possível dizer que a partir dos conflitos estabelecidos pela exploração do homem no campo e pensando numa perspectiva dialética que, a realidade empírica suscita de observações específicas, seria um equívoco apontar dicotomicamente as estruturas para resolver os dilemas dos camponeses e

agricultores familiares, ou por outro lado, a ação dos indivíduos como tomada de posição para investigar os fenômenos. Portanto, a utilização materialista histórica dialética torna-se relevante para dar conta das múltiplas determinações que evocam o método capaz de equacionar ação e estrutura de modo a resolver os dilemas empíricos do real concreto.

2.4 TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA E REPRODUÇÃO SOCIAL

É possível considerar que trabalhadores são todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho nos setores formais ou informais da economia (DIAS, 2006). Na agricultura familiar, é possível identificar que o processo de diferenciação social e econômica, onde ocorre uma divisão na estrutura das propriedades entre latifúndios e minifúndios provoca mudanças na forma de ocupação.

De acordo Buainain e Dedecca (2008), o mercado de trabalho agrícola brasileiro carrega elevada heterogeneidade em sua estrutura ocupacional, marcada por uma presença limitada das relações de trabalho assalariado que convive com uma diversidade de outras formas de relações de trabalho, caso daquelas atividades que se destinam à sobrevivência dos próprios trabalhadores. A agricultura familiar está associada à realidade do fator trabalho na mesma medida em que se integra ao fator capital, conforme debatemos no seu próprio conceito.

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável até famílias com grande dotação de recursos como terra, capacitação, organização, conhecimento, entre outros. No Território de Irecê, campo empírico desta investigação, predomina o minifúndio e parte das 44 mil famílias ocupadas estão em situação de pobreza rural. Esses dados serão tratados no capítulo seguinte.

Por isso, é importante perceber que os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação ao tamanho da terra e capacidade de produção, mas também em relação às condições de acesso à tecnologia, infraestrutura e nível de organização” (SOUZA FILHO et al., 2004, p. 2).

Na agricultura familiar, o próprio trabalho da família é responsável pela geração de valor, o que a diferencia da agricultura patronal, na qual há uma relação típica de exploração de trabalho alheio de empregados ou trabalhadores assalariados. A agricultura familiar é,

também responsável pela maior parte da produção de alimentos, principalmente por sua característica de integrar a produção e o consumo.

A agricultura e o meio rural da região Nordeste, como explica Wanderley (2008) passaram por profundas transformações desde a década de 1970. Para ela, elementos característicos da “pequena agricultura” e/ou da agricultura camponesa foram sendo substituídos por novas práticas e meios de produção. O empobrecimento da população e os resultados dos pacotes da revolução verde trouxeram impactos para o desenvolvimento e reprodução social.

O autoconsumo permanece como uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades. Destacam que a atividade para autoconsumo faz parte de um modo de organizar a atividade produtiva e reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores. Esta atividade tem grande relevância como fonte de renda não-monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural.

De acordo com Brumer (2004), diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por gênero na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Os jovens, segundo Brumer (2004), são considerados parte da ajuda familiar, trabalhando como os outros e tendo suas necessidades básicas atendidas no mesmo nível que os demais membros da família, mas devem pedir dinheiro aos pais quando pretendem ter alguma atividade de lazer fora do lar ou quando necessitam comprar algum objeto de uso pessoal. É comum perceber que os homens (jovens) exercem suas atividades com os pais, participando juntamente com eles ou substituindo-os em algumas de suas responsabilidades, e as mulheres exercem suas atividades junto com as mães, acompanhando-as no trabalho produtivo e nos afazeres do lar ou substituindo-as nas tarefas domésticas. Em alguns casos, como aponta a autora, os produtores atribuem aos jovens um pedaço de terra, para que eles produzam na mesma de forma independente e usufruam seus benefícios, mantendo-os ao mesmo tempo como mão-de-obra auxiliar no restante da terra sob sua administração. Outros ainda, conforme descreve Brumer (2004), criam uma espécie de “parceria familiar”, por meio

da qual o filho ou os filhos (geralmente casados) que trabalham na propriedade familiar recebem uma parcela da produção.

Nesse sentido, os jovens no interior das unidades produtivas experienciam os mesmos problemas históricos concretos, fazem parte da mesma geração. Nessa perspectiva trazemos o pensamento de Mannheim, que usou como base diversos autores para as suas reflexões sobre gerações.

Este autor considerou que as gerações como dimensão analítica profícua para o estudo da dinâmica das mudanças sociais (sem recorrer ao conceito de classe e ao núcleo da noção marxista de interesses econômicos), de "estilos de pensamento" de uma época e da ação. Estes, de acordo com Mannheim, foram produtos específicos - capazes de produzir mudanças sociais - da colisão entre o tempo biográfico e o tempo histórico. Ao mesmo tempo, as gerações podem ser consideradas o resultado de descontinuidades históricas e, portanto, de mudanças. Em outras palavras: o que forma uma geração não é uma data de nascimento comum - a "demarcação geracional" é algo "apenas potencial" (Mannheim, 1952) - mas é a parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe de fato compartilham (a geração atual).

Há dois componentes centrais nesta partilha para o surgimento do laço geracional: por um lado, a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o antes e o depois na vida coletiva; de outro, o fato que estas descontinuidades são experienciadas pelos membros de um grupo etário em uma conexão constitutiva particular, quando o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos ou - como coloca Mannheim - quando essas experiências históricas são "primeiras impressões" ou "experiências juvenis".

A perspectiva de Mannheim na "unidade geracional", por seu turno, elaboram-se vínculos de diferentes maneiras e formas de acordo com os grupos concretos aos quais seus membros pertencem. Através do conceito de geração, os longos tempos da história são fixados em relação aos tempos da existência humana e entrelaçados com a mudança social.

A perspectiva adotada neste tópico, bem como no decorrer deste Capítulo partiu do pressuposto de que, para explicar as formas familiares de produção, ou seja, a categoria teórica da Agricultura familiar e sua sobrevivência na sociedade moderna é preciso entendê-la no processo geral de acumulação do capital, sua reestruturação contemporânea e as transformações ocorridas nos espaços rurais. O nosso objetivo foi realizar uma revisão teórica

sobre Agricultura Familiar, Processo de Trabalho Familiar Agrícola e Reprodução Social, a fim de organizar a fundamentação teórica que sustenta o objeto de investigação deste trabalho.

Esses temas dialogam com a proposta da pesquisa de realizar a caracterização do processo de trabalho familiar agrícola a partir da análise das Unidades Produtivas Familiares. Para um aprofundamento desse processo, bem como a discussão do contexto do Território e as principais características da agricultura familiar, especificando o contexto histórico e também os dados que apontam como ela é desenvolvida, apresentamos na sequência o Capítulo 3 deste trabalho.

3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ E O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo apresenta uma breve caracterização da agricultura familiar do Território, a fim de identificar nas estatísticas recentes um retrato do Território de Irecê no que se refere à esta categoria, levando em consideração algumas variáveis específicas para revelar os principais aspectos relevantes, contornando assim a realidade do trabalho familiar dos agricultores e agricultoras familiares residentes nas unidades produtivas. Ao trazer os dados abaixo descritos procuramos reconhecer a importância dessa categoria e suas condições de vida e trabalho no campo. Os elementos específicos e os resultados decorrentes da interpretação desses dados nos auxiliam posicionar o debate sobre o processo de trabalho familiar agrícola para a reprodução social da agricultura familiar. Por fim é realizada a síntese dos resultados e feitas considerações preliminares sobre os temas abordados.

3.1 CONCEITUANDO TERRITÓRIO

O conceito de Território, no âmbito deste trabalho está estritamente ligado ao componente da abordagem territorial e pode ser interpretado como o resultado das dinâmicas territoriais nele incidentes e na própria delimitação de um espaço físico, geograficamente definido, que reflete o "jogo dos atores sociais". Esse sentido coaduna com a noção de "territórios dados" e "territórios construídos", apresentados por Pecqueur (2005). "Dados" porque são delimitações de áreas geográficas apenas para fins de ação do Estado; e os "construídos" referem-se ao território como construção social e formador de uma identidade coletiva.

Considerando o território como um espaço, sobretudo, de representações e apropriações simbólicas, as dinâmicas territoriais podem ser definidas como as evoluções e as traduções, num espaço geograficamente definido, dos projetos dos atores sociais. Dos projetos resultam interações que envolvem as múltiplas dimensões do desenvolvimento territorial. Assim, os territórios se formam a partir dessas dinâmicas, que, por sua vez, são o reflexo das ações no território, implicando analisar as representações econômicas, sociais, políticas e culturais das ações dos atores e das relações entre eles - normalmente relações de interações (cooperação) e de conflito pela disputa de poder e imposição de uma visão de mundo.

O conceito de território, adotado pelos formuladores de políticas públicas com abordagem territorial, amparados pela produção teórica sobre o tema transcende várias áreas do conhecimento, como ciência política, antropologia, sociologia, economia e outras ciências sociais. No âmbito desta pesquisa, em função do objeto referir-se a caracterização do processo de trabalho familiar agrícola, a terminologia está presente primeiro pelo objeto do trabalho está contido no Território, bem como as relações e identidade que o público pesquisado, os agricultores e agricultoras familiares possuem entre si.

Originário do latim *territorium* significa derivado da terra. Segundo o senso comum diz respeito a um espaço marcado e definido; espaço de sobrevivência de um grupo ou pessoa. Logo, daí o equívoco em confundir o espaço com o território. Aquele é mais amplo, abarca-o como envolve áreas ainda não territorializadas. Vejamos o território na visão deleuze-guatarriana conforme foi apropriada pela Geografia:

[...] Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes a aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guatarri e Rolnik, 1986, p. 323)

A centralidade em torno do debate sobre território foi assumida pelos geógrafos Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2002), Marcos Aurélio Saquet (2004), Milton Santos (2004) entre muitos, assumindo concepções e abordagens diferentes. Um dos precursores na discussão, Raffestin (1993) explica que território precede o espaço geográfico e sobre ele se constitui. Dá destaque ao seu caráter político-administrativo e ao poder relacional desempenhado por pessoas ou grupos nele presentes. A abordagem de Haesbaert considera três dimensões para análise do território: jurídica-política – o espaço e controlado pelo poder estatal; cultural – destaque as relações simbólicas e subjetivas e a dimensão econômica que vê a perspectiva material. Por sua vez, aponta Saquet (2004) que na abordagem territorial existem vários conceitos, que tentam contemplar as relações entre as dimensões da economia, política e cultura, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, como Raffestin (1993) e Saquet (2003), ora culturais e políticos, como Haesbaert (1997) e outros.

Nessas concepções a relação entre os agentes sociais do território, a ideia de relações e de poder, a abordagem não só econômica, como, social, cultural, jurídico-política entram em cena. Seu caráter histórico e processual dão uma compreensão renovada no território, influenciando a concepção adotada pelo Governo brasileiro, a partir de 2003, com a criação de um Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, bem como o desenho de uma política pública específica. A definição seguida pelo governo, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário para cunhar aporte conceitual e normativo para a categoria território assim como Santos (2002), não considera território apenas um chão, uma superfície da terra reconhecida juridicamente, sem atores sociais, sem trocas materiais e imateriais; deve ser compreendido como território usado e não território em si, como parte de uma totalidade espacial e como espaço de uma ação coletiva, construído e desconstruído conforme organizações por relação de poder dos que nele estão envolvidos. Santos define território como:

[...] o lugar e em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todas os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...] (SANTOS, 2007, p. 13).

Assim, a abordagem territorial segundo o MDA, consistiu no agrupamento de políticas públicas federais com enfoque territorial voltadas para o desenvolvimento rural. Convém lembrar que a nova ótica para propor uma política nacional foi resultado de lutas e reivindicações de setores públicos, da sociedade civil e movimentos sociais no contexto de crise do modelo de desenvolvimento e do processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo como discutimos ao longo do capítulo anterior e na emergência da agricultura familiar enquanto categoria, que tem o trabalho familiar agrícola como uma das ações concretas que permitem a reprodução social.

3.2 TERRITÓRIO DE IRECÊ: LOCALIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Com uma área de 26.638,40 Km², o Território de Irecê localiza-se na região centro-oeste do estado, integrando o Semiárido baiano. Faz divisa ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina e a leste com o Território Piemonte da Diamantina, tendo como principais vias de acesso as rodovias BA 052 (Estrada do Feijão), BA 131, BA 160 e BA 432.

Totalmente inserido no semiárido baiano, integra o Bioma Caatinga, sendo possível distinguir três subsistemas: o Platô de Irecê, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando 60% da região e com solos extremamente férteis, mas com limitada oferta de água de chuva e água subterrânea; os vales do Rio Verde e Jacaré, que contornam o platô no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, porém com solos fracos e; a Chapada Diamantina, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade. (PTDRS, 2009). O Território Irecê, composto por 20 municípios se originou de desmembramentos dos municípios de Irecê, Central, Xique-Xique e Morro do Chapéu. Fazem parte do Território atualmente os municípios de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentil do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique. Desses, cerca de 10 localizam-se ao redor de Irecê, o município mais urbanizado e considerado o núcleo dinâmico do Território por abrigar os bancos, universidade, hospitais de média complexidade, entre outros serviços.

Figura 01- Composição Municipal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Os municípios que integram o Território possuem características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes, apresentando áreas de mineração, de exploração da

pecuária extensiva, de agricultura de subsistência e, a partir da década de 1970, com o avanço e predomínio da modernização da agricultura com a famosa Revolução Verde, de uma agricultura comercial, capitalizada, com uso intensivo de tecnologias e agroquímicos.

Por integrar o Semiárido, o Território apresenta limitações hídricas, com chuvas irregulares em períodos de 03 a 04 meses por ano, variando entre 500 a 700 mm/ano e 08 meses de estiagem. A situação ambiental é crítica com relação à preservação dos rios temporários e suas matas ciliares, que cederam espaço às irrigações com uso desordenado de agrotóxicos. Os esgotos são lançados indiscriminadamente nos rios e a abertura de poços artesianos como fonte de água para irrigação de forma exacerbada (sem autorização dos órgãos regulamentadores) vêm prejudicando os lençóis freáticos do Território. (PTDRS, 2009). O abastecimento com água de consumo humano é realizado pela barragem de Mirorós, localizada no município de Ibipecta e em 2013, frente ao colapso do sistema, o Governo do Estado implementou a Adutora do Feijão, que traz água do Rio São Francisco para complementar o sistema Mirorós. Esses dois sistemas juntos não cobrem a população total, em especial nas áreas rurais que dependem de tecnologias complementares, como é o caso das Cisternas de Placas.

Com relação à população da microrregião de Irecê, esta foi se configurando como resultado da intensificação das atividades agropecuárias, apresentando a maior concentração de centros urbanos, o que possibilitou o surgimento de cidades como América Dourada, João Dourado, Irecê, São Gabriel, Jussara, Lapão, Canarana, Ibititá, Ibipecta, Barro Alto, Barra do Mendes, Itaguaçu da Bahia, Mulungu do Morro e Presidente Dutra, totalizando 73,7 % das sedes municipais do Território.

Conforme os dados dos últimos Censos Demográficos, a população do Território passou de 381.535 em 2000 para 402.828 habitantes em 2010, registrando um aumento de 5,5% no período. A densidade demográfica média é de 15,12 hab./km². O território é formado, em grande parte, por municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, à exceção dos cinco a seguir: Canarana, Irecê, João Dourado, Lapão e Xique-Xique. (IBGE, 2010)

Quadro 07 - Evolução da População no período de 1991 a 2009

Município	1991	2000	2009	Variação 1991-2009
América Dourada	15.965	15.959	16.787	5,1
Barra do Mendes	14.193	13.610	14.459	1,8
Barro Alto	12.059	12.099	14.172	17,5
Cafarnaum	17.415	16.059	18.314	5,2
Canarana	18.879	21.665	25.935	37,4
Central	18.057	16.792	18.022	0,0
Gentio do Ouro	11.093	10.173	11.988	8,0
Ibipeba	17.725	15.362	17.666	-0,3
Ibititá	17.285	17.905	19.410	12,3
Ipupiara	8.034	8.541	9.325	16,0
Irecê	50.908	57.436	66.061	29,8
Itaguaçu da Bahia	13.258	11.309	13.260	0,0
João Dourado	19.211	21.056	21.990	10,8
Jussara	15.862	15.339	15.204	-4,3
Lapão	20.913	24.727	26.616	15,2
Mulungu do Morro	13.741	15.119	13.879	-1,0
Presidente Dutra	12.012	13.730	14.306	19,1
São Gabriel	17.884	18.412	19.099	6,6
Uibaí	14.300	13.614	14.203	-0,7
Xique-Xique	40.373	44.718	47.470	17,6
Total	369.167	383.625	418.166	13,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A composição e a formação da população atuam diretamente nas características socioeconômicas de um território, bem assim de outros fatores como infraestrutura, serviços e políticas públicas. De acordo com SEI (2007) na qualidade de grande produtor de feijão, o Território de Irecê conta com investimentos na área de irrigação, além de possuir boa estrutura de comércio e serviços, motivo pelo qual as pessoas encontraram espaço de emprego nos diversos setores do comércio, serviços e agricultura. Trata-se de um Território historicamente construído sobre o apogeu e declínio de monoculturas como algodão, feijão e mamona, que trouxeram importantes consequências tanto para atração quanto para expulsão de habitantes.

Conforme os dados dos últimos Censos Demográficos (Tabela 01), a população do Território passou de 376.335 em 2000 para 402.828 habitantes em 2010, registrando um aumento de 7,4% no período. A densidade demográfica média é de 32,81 hab./km². O território é formado, em grande parte, por municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, à exceção dos cinco a seguir: Canarana, Irecê, João Dourado, Lapão e Xique-Xique. Dados demográficos do Censo 2010 também indicam que o município de Irecê possui a maior população do Território, 66.181 habitantes, e uma das menores superfícies, concentrando o

maior contingente populacional por área, com uma densidade de 207,45 hab/km², seguido pelo município de Presidente Dutra com 84,07 hab/km². No extremo oposto, Ipujiara é o município do Território com menor população, 9.285 habitantes. As densidades demográficas mais baixas são encontradas em Gentio do Ouro (2,87 hab/km²), Itaguaçu da Bahia (2,97 hab/km²) e Xique-Xique (8,28 hab/km²). Os municípios que tiveram queda na quantidade de habitantes foi Mulungu do Morro, que passou de 15.119 em 2000 para 12.249 em 2010, com redução de 2.870 pessoas e América Dourada, que teve uma pequena redução de 65 habitantes no referido período.

Tabela 01 - População e densidade demográfica do Território no período de 2000 a 2010

Município do Território	População 2000	População 2010	Densidade Demográfica
América Dourada	15.959	15.961	19,05
Barra do Mendes	13.610	13.987	9,08
Barro Alto	12.098	13.612	32,68
Cafarnaum	16.059	17.209	25,49
Canarana	21.665	24.067	41,76
Central	16.792	17.013	28,24
Gentio do Ouro	09.973	10.622	2,87
Ibipeba	15.362	17.008	12,29
Ibititá	17.905	17.840	28,63
Ipujiara	08.541	09.285	8,75
Irecê	57.436	66.181	207,45
Itaguaçu da Bahia	11.309	13.209	2,97
João Dourado	18.967	22.549	24,65
Jussara	10.339	15.052	15,87
Lapão	24.727	25.646	42,38
Mulungu do Morro	15.119	12.249	21,64
Presidente Dutra	13.730	13.750	84,07
São Gabriel	18.412	18.427	15,36
Uibaí	13.614	13.625	24,73
Xique-Xique	44.718	45.536	8,28
Total	376.335	402.828	--

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000 e 2010

Ao todo existem 41.011 estabelecimentos da agricultura familiar, 18 assentamentos da reforma agrária, 6.222 pescadores, concentrados na sua grande maioria, nas margens do Rio São Francisco, no município de Xique-Xique e mais de 112 comunidades quilombolas distribuídas entre 17 municípios do Território, sendo que desse total, somente 45 foram reconhecidas pela Fundação Palmares. (MAPA DE OPORTUNIDADES, 2011)

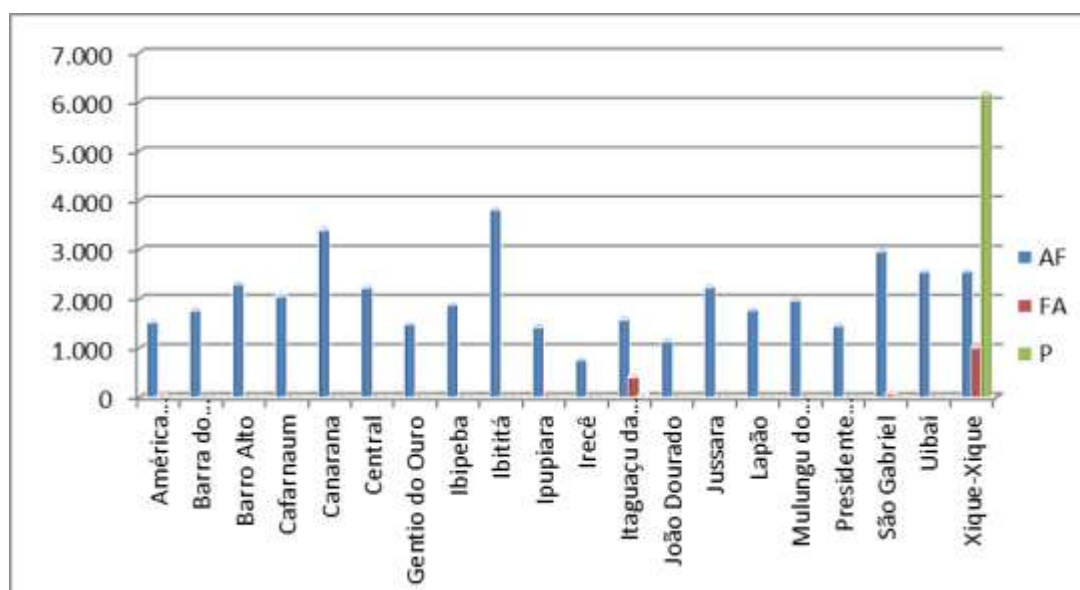
Quadro 08 - Caracterização da População

TERRITÓRIO IRECÊ POPULAÇÃO	Nº de Municípios	População Total	População Rural	População Urbana	Agricultores Familiars	Famílias Assentadas	Pescadores	Quilombolas	Indigenas
TOTAL IRECÊ	20	402.828	155.528	247.300	41.011	1.532	6.222	26	0
TOTAL BAHIA	417	14.016.906	3.914.430	10.102.476	665.831	40.053	102.752	329	24
PARTICIPAÇÃO TOTAL BAHIA %		3	4	2	6	4	6	8	0

Fonte: SIT/SDT 2011

Do conjunto dos 20 municípios que compõem o Território Irecê, os que apresentam maior número de agricultores familiares são os municípios de Ibititá, Canarana e São Gabriel. Em relação às famílias assentadas, o município de Xique-Xique é o que abriga o maior número de famílias e o que detém o total dos pescadores existentes no Território.

Gráfico 08 - Relação de agricultores, famílias assentadas e pescadores por município



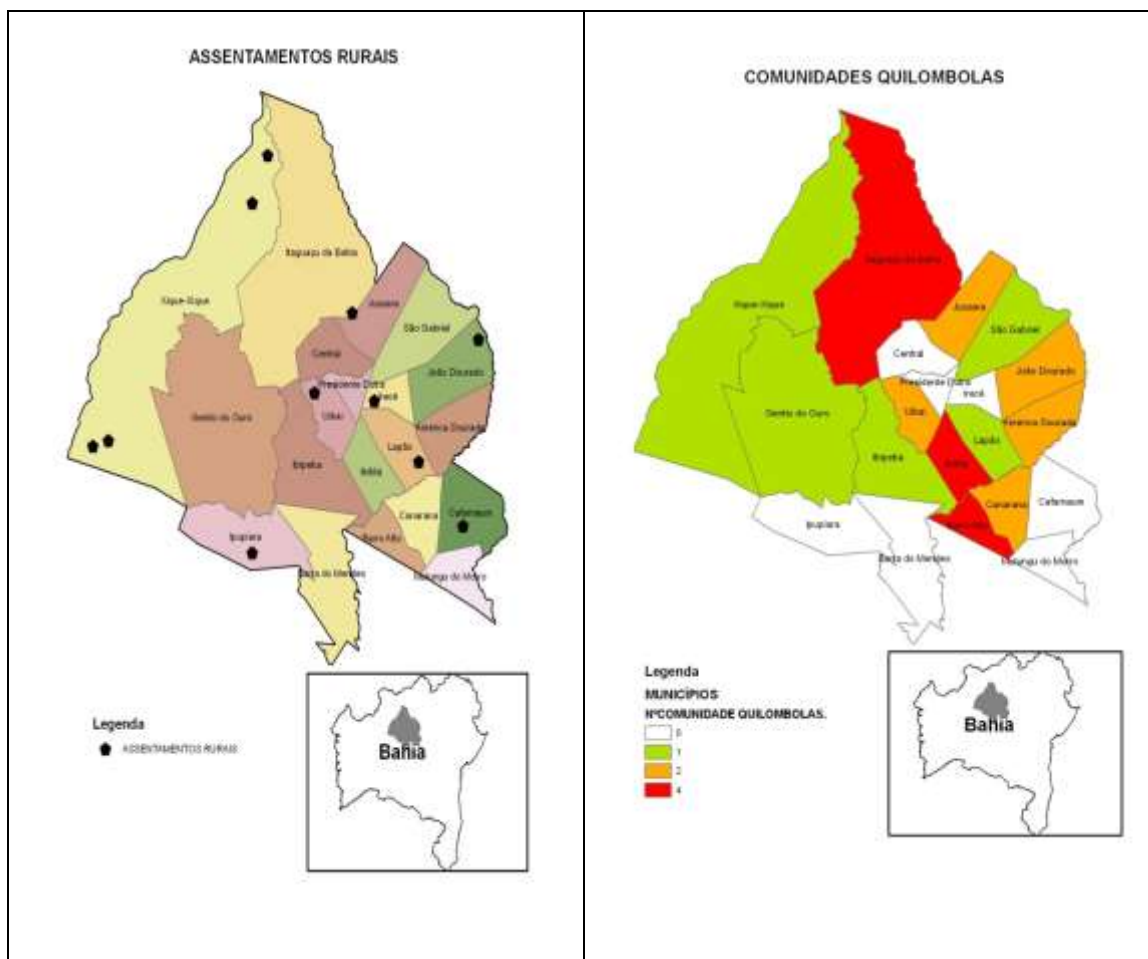
Fonte: SIT/SDT/2011.

Em relação aos grupos vulneráveis da população rural do Território destacam-se os quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores e os ribeirinhos, concentrados as margens dos rios Verde e Jacaré e que também vivem da pesca artesanal, sem acesso à infraestrutura produtiva e renda.

Quanto aos assentamentos, vale destacar a vulnerabilidade dos assentados da reforma

agrária, que em geral estão em áreas tendendo a desertificação e com pouca infraestrutura produtiva. Os municípios com maior concentração de assentamentos são: Jussara, São Gabriel, América Dourada, Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique, Uibaí, Ipupiara e Cafarnaum.

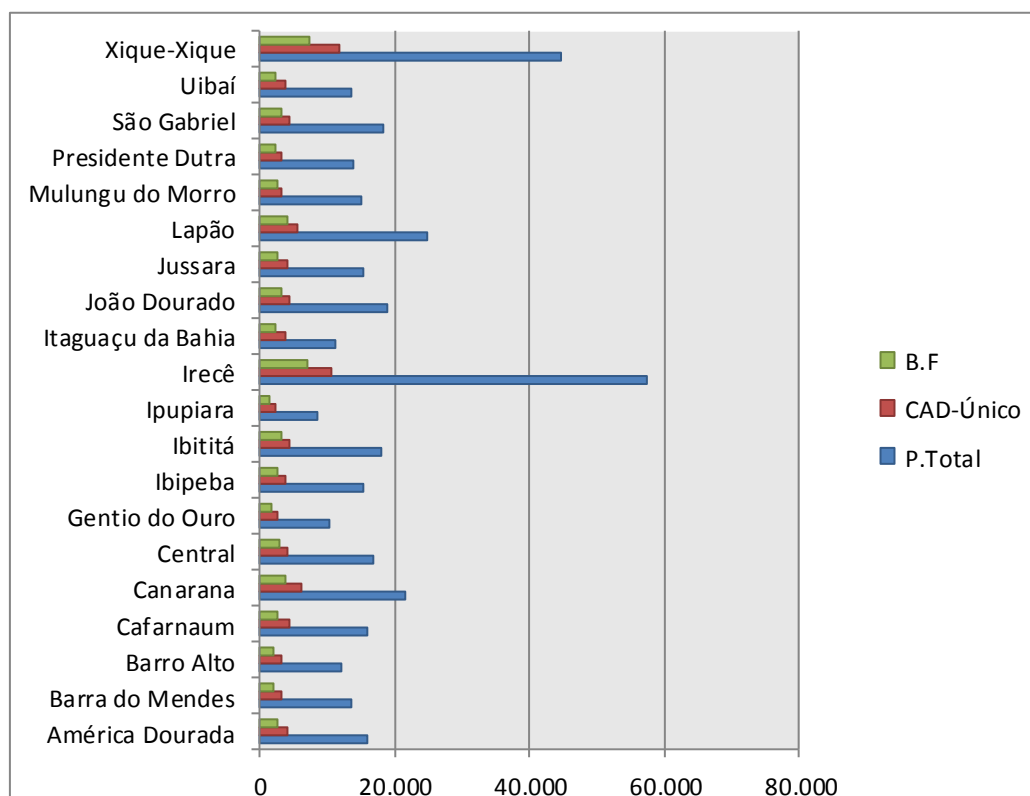
Figura 02 – Localização de Assentamentos e Comunidades Quilombolas



Fonte: Mapa de Oportunidades/SDT, 2011.

A população do Território Irecê, que vive abaixo da linha de pobreza corresponde a 5% do total da população, em extrema pobreza na Bahia (2.407.990 pessoas). Os dados também mostram que para o conjunto do Território, cerca de 43% estão classificados nessa situação e 28%, em extrema pobreza, ou seja, 112.223 pessoas.

Gráfico 09 - Relação entre população total e nº de pessoas CAD-Único/Bolsa Família



Fonte: MDS/2011

Quanto ao IDH-M do Território de Irecê, verifica-se o aumento de 0,509 para 0,607 ao se comparar sua evolução ao longo de 1991 e 2000, o que permite classificá-lo como de desenvolvimento médio, tal qual o índice geral do estado da Bahia. Dentre os indicadores utilizados para apurar tais índices, a queda da mortalidade infantil e o aumento da frequência escolar colaboraram para a mudança no IDH-M do Território. Contudo, os aspectos renda e alfabetização evidenciam as condições difíceis que a população do Território enfrenta: aproximadamente 24% desta é analfabeta e, em torno de 66%, sobrevivem com renda *per capita* de até ½ salário mínimo, o que representa quase 60% das famílias. (PTDRS, 2009)

Tabela 02 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no período de 2000-2010

Município	IDHM 2000	IDHM 2010	Ranking no Território
Irecê	0,592	0,691	1
Barra do Mendes	0,495	0,630	2
Uibaí	0,508	0,617	3
Ibipeba	0,485	0,616	4
Presidente Dutra	0,503	0,614	5
Barro Alto	0,473	0,607	6
Ibititá	0,485	0,602	7

Central	0,490	0,596	8
Lapão	0,522	0,596	9
João Dourado	0,520	0,593	10
São Gabriel	0,531	0,592	11
Ipupiara	0,488	0,590	12
Canarana	0,501	0,587	13
Xique-Xique	0,470	0,585	14
Cafarnaum	0,499	0,584	15
Jussara	0,470	0,571	16
Mulungu do Morro	0,407	0,566	17
Itaguaçu da Bahia	0,449	0,562	18
América Dourada	0,453	0,561	19
Gentio do Ouro	0,510	0,559	20

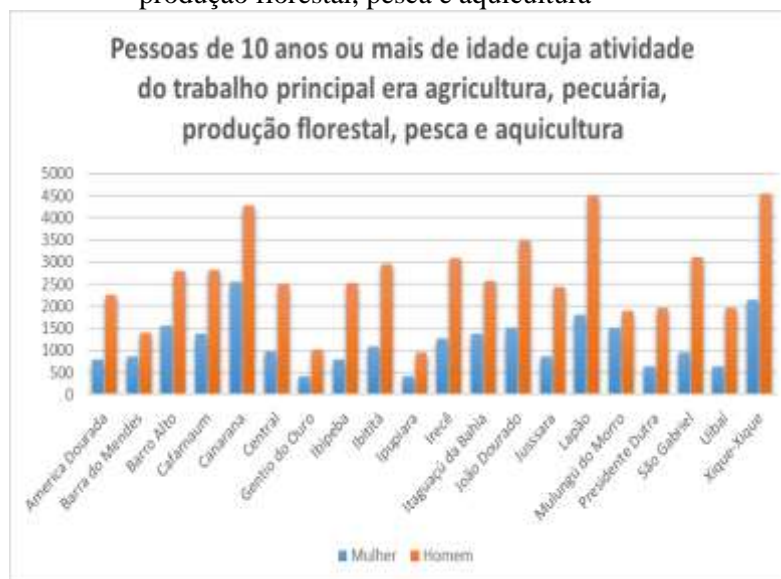
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 (Com dados dos Censos 2000 e 2010.)

Com relação as categorias trabalho e agropecuária no Território de Irecê, os dados secundários colhidos e descritos nos gráficos a seguir apontam o universo de trabalhadores no setor formal. O intuito de trazê-los é para relacionar com outros dados já disponíveis no trabalho e identificar as interações possíveis com a agricultura familiar.

Com relação às pessoas com mais de 10 anos que declararam como atividade principal a agricultura e pecuária (incluindo a produção florestal, pesca e aquicultura) pudemos observar (Gráfico 10) números diferentes entre homens e mulheres nos municípios do Território, onde a atuação das mulheres é menor do que a dos homens. O município de Lapão lidera o número de ocupações no setor, seguido de Xique-Xique e Canarana. Desses três, o último, é que possui uma relação menos desigual entre homens e mulheres. No oposto, os municípios com menor número de pessoas que declararam o trabalho principal nesse ramo estão Ipupiara e Gentio do Ouro. Vale ressaltar que os dois municípios são os mais distantes da cidade polo do Território.

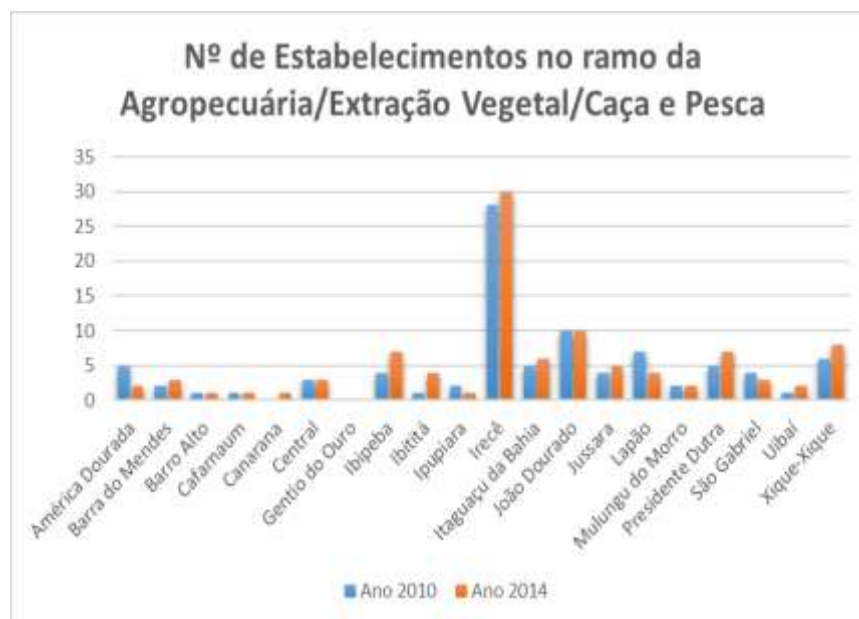
Com relação ao número de estabelecimentos formais no ramo da agropecuária (Gráfico 11), aqui mais interessante para interpretar o Território de Irecê, destacamos a cidade de Irecê com o maior número de empresas que se dedicam ao setor. Isso se dá em função do comércio e serviço do Território está localizado na cidade de Irecê. Chama atenção para esse dado o crescimento da cidade de João Dourado, que pelo processo de investimento nas irrigações vem aumentando o número de estabelecimentos no ramo.

Gráfico 10 – Nº de homens e mulheres com atividade principal é agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura



Fonte: IBGE, 2016 (Dados do Site com dados dos municípios. Adaptações do autor)

Gráfico 11 – Nº de estabelecimentos no ramo da agropecuária/extração vegetal/caça e pesca

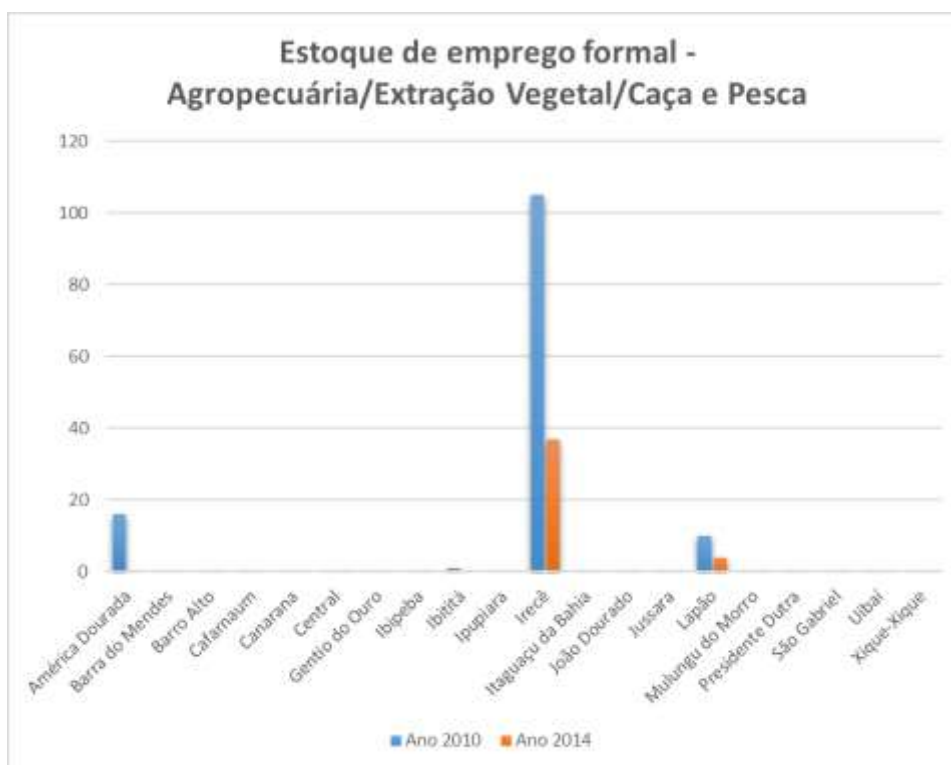


Fonte: SEI-BA, 2016 (Adaptações do autor)

Esses dados vão nos colocando diante da realidade do Território onde a agricultura familiar prevalece para mais de 40 mil estabelecimentos na agricultura familiar, se constituindo como a maioria das pessoas que se declaram na agropecuária nessa condição. Abaixo (Gráfico 12), podemos notar que o número de pessoas ocupadas na agropecuária com emprego formal é muito baixo, ficando o município de Irecê na liderança pelo fato de possuir empresas do setor. O número de estabelecimentos patronais é pequeno e a realidade do

Território é de ocupação na agricultura familiar onde, conforme apontado na discussão teórica desta pesquisa é formado pela mão de obra familiar e baixo assalariamento. A diferença entre homens e mulheres é relevante.

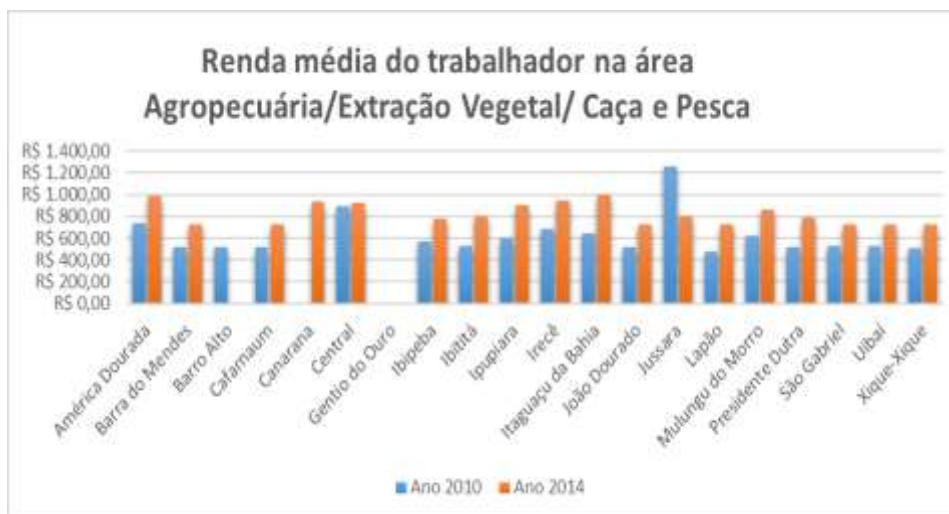
Gráfico 12 – Estoque de emprego formal na agropecuária/extração vegetal/caça e pesca



Fonte: SEI-BA, 2016 (Adaptações do autor)

A renda dos trabalhadores (Gráfico 13) que declaram atuar no setor da agropecuária é, para a maioria, inferior a um salário mínimo (R\$ 920,00 reais). Os dados de 2010 apontam o município de Jussara apresentando a maior faixa salarial no setor, seguido de Central e América Dourada. Isso pode ser explicado em função do funcionamento do Complexo Agroindustrial da Caprinovinocultura de Jussara que teve apoio de órgãos públicos estaduais e federais com incentivos para potencializar a cadeia produtiva. Porém ao comparar os dados deste município com o ano de 2014 é possível detectar que houve uma queda significativa do valor do salário. Neste ano, os municípios que apresentaram maior salário foi Itaguaçu da Bahia, Irecê e América Dourada.

Gráfico 13 – Renda Média do trabalhador na agropecuária/extração vegetal/caça e pesca



Fonte: SEI-BA, 2016 (Adaptações do autor)

No próximo tópico, faremos uma breve reflexão sobre a agricultura familiar do Território de Irecê, a partir do processo de modernização conservadora vivenciado em décadas anteriores, mas que refletiram na forma de organizar o trabalho e os modos de vida no interior das unidades produtivas familiares, com impacto significativo para os agricultores e agricultoras que residem nos municípios do Território.

3.3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A AGRICULTURA DO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Esta seção realiza um apanhado histórico das relações sociais no Território de Irecê a partir da agricultura familiar. Para introduzir o debate, fazemos um breve resgate da modernização conservadora da agricultura brasileira, como modelo predominante que impactou diretamente na vida dos agricultores e agricultoras, transformando as relações no campo e conseqüentemente do processo de trabalho familiar agrícola neste Território.

O traço brasileiro de concentração produtiva da terra resultou em um modelo produtivista, tecnicamente atrasado, predatório dos recursos naturais e parcialmente excludente. Nesse sentido, enfrentar o desafio de atenuar os impactos de todas as ordens que esse modelo produziu, aprofundando a poluição e a degradação ambiental, as questões de saúde pública que implicam o uso discriminado de agrotóxicos, esgotamentos dos solos,

produtividade baixa. Sobre a modernização conservadora na agricultura brasileira Wanderley expressa:

“No caso brasileiro, é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que caracterizam o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade de terra ainda constitui um elemento organizado da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura aqui é subordinado à dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária (WANDERLEY, 1990, p. 02).

É salutar afirmar que esta modernização não se implantou plenamente na agricultura brasileira, permanecendo restrita a certas regiões, a certos produtos e a fases do processo de produção, provocando mudanças profundas nas formas familiares de produção no campo, incluindo as relações no processo de trabalho familiar agrícola.

Segundo Ricardio (2011) nas décadas de 1960 e 1970, seguiu-se uma ampla metamorfose da estrutura agrícola brasileira. Desta vez, o processo instalado sobre a agricultura nacional estava amplamente centrado na tecnificação geral. Numa controversa discussão acerca do grau de atraso do modelo de produção agrícola do país, levantou-se uma série de medidas que resultou na modernização conservadora, seguindo os ditames da Revolução Verde. Assim, não se poderia construir um modelo teórico seguindo o reconhecimento da base produtiva agrícola familiar tradicional brasileira como elemento autossuficiente e não atrasado. Por isso, o modelo de modernização da estrutura agrícola ergueu-se sobre os alicerces de superação do modelo tradicional através da dinamização técnica da base produtiva. Toda a realidade social, produtiva e ambiental deveria estar preparada para a inserção dos equipamentos agrícolas modernos a exemplo dos tratores. Por isso, surgem possíveis projetos governamentais de desenvolvimento agrícola pautados na extensa mecanização, que inseriu um novo padrão técnico-produtivo sobre a agricultura distanciada das reais características de reprodução social e ambiental.

Segundo o autor, as problemáticas causadas pelo modelo de modernização agrícola, como o aumento da dependência tecnológica, o elevado nível de degradação ambiental, a ampliação da pobreza e da dependência financeira do agricultor e a generalização do desemprego rural, levaram à sua própria rejeição por parte dos produtores agrícolas de pequeno porte, tendo na discussão acerca das alternativas capazes de favorecer a retomada da valorização da produção agrícola familiar tradicional o direcionamento para alternativas de sobrevivência contrárias ao modelo.

O processo de modernização da agricultura brasileira é o movimento transformador da estrutura agrícola nacional baseado numa revolução de processos que instala um novo modelo centrado na tecnificação agrícola. Como estratégia principal, a modernização da agricultura deve ser alicerçada dentro das garantias de dependência financeira e integração com a indústria de bens de produção agrícolas (tratores e insumos), tornando-se o agricultor um consumidor extremamente subordinado.

Graziano da Silva (1999) ao discutir o processo de modernização da agricultura afirma que este reflete-se, antes de mais nada, no crescimento do seu consumo intermediário, que indica a crescente dependência da agricultura de compras de “insumos” de fora do setor ou mesmo intra setorial para a produção de suas mercadorias. O autor complementa:

“[...] ao promover a substituição de elementos produzidos internamente pelo complexo rural por compras extra setoriais (máquinas e insumos químicos) e intra-setoriais (sementes, mudas, reprodutores animais etc.), colabora para o desenvolvimento do mercado interno”. (Graziano Da Silva, 1999, p. 92 apud Ricardio, 2011, p. 23)

Segundo a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia, a Modernização e industrialização da agricultura se traduzem, sobretudo, em técnicas de plantio, mecanização e, mais recentemente, no uso intensivo de biotecnologias como, por exemplo, sementes e rebanhos melhorados geneticamente. Tudo isto provou grandes impactos ambientais tais como, desertificação dos solos, contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos. Tudo isto advindo do modelo assumido pelo governo de crescimento e aqui imposto através dos pacotes tecnológicos. (SEI, 2003, p. 15)

A implantação da modernização conservadora na década de 1970 e os conflitos resultantes permitem explicitar as novas relações complexas advindas da convergência da estrutura agrícola tradicional para os padrões técnicos de produção rural. A nova lógica técnica oportuniza a hegemonia duradora do capitalismo industrial sobre a agricultura familiar, que nos permite interpretar a própria existência da estrutura familiar de produção rural como apenas uma estrutura produtiva de reserva para a obtenção de mais lucro para os capitalistas.

A história da agricultura no Território de Irecê também pode ser explicada a partir das décadas de 60 e 70, momento em que os governos Federal e Estadual intervieram com a implantação de projetos oriundos dessa modernização da agricultura, conforme salientamos

anteriormente. O primeiro órgão instalado na região foi a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, que trouxe tratores para serem alugados pelos proprietários, bem como o fornecimento de créditos para a aquisição de equipamentos junto com a Superintendência do Vale do São Francisco SUVALE, que mais tarde transforma-se CODEVASF. Tais órgãos instituíram um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o crescimento da produção agrícola da região, plano esse denominado “Operação Irecê” pelo BNB S/A.” (DOURADO, 2003, p.41)

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se instala na região em 1959 e inicia seus trabalhos nos anos 1960 com a meta de modernizar a agricultura tradicional. Paralelamente dá-se a instalação de agências bancárias a partir de meados dos anos 1950 (Banco da Bahia, Banco do Brasil e pós Banco do Nordeste). O crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política de modernização agrícola do governo para estimular e acelerar o crescimento da região de Irecê, à semelhança de outras regiões do país. Contudo, o crédito agrícola na região foi praticamente exclusivo aos grandes e médios proprietários devido às exigências bancárias de garantia e documentação do imóvel e é claro pela negação da agricultura familiar. Só após o ano de 1976, com a participação do POLONORDESTE é que o acesso de uma parcela de pequenos produtores passa a obter créditos. (DOURADO, 2003)

Assim, o principal reflexo do período de implantação do modelo de modernização conservadora, que coincide com o período da ditadura militar brasileira, foi o atraso no processo de formação. Isto porque não se identifica nenhuma proposta de formação técnica ou social para o campo e especificamente para os pequenos agricultores familiares do Território de Irecê, que neste momento tem como centro administrativo e político a cidade de Morro do Chapéu. Segundo PTDRS (2009) este atraso contribuiu para preservação do modelo de produção dos agricultores familiares do Território, onde era pautada a diversificação, que preservava formas tradicionais de produção.

Com relação ao processo de trabalho podemos apontar que as relações de trabalho eram de base familiar e comunitária, ou seja, as famílias se ajudavam em forma de mutirões ou adjuntos. Além de praticar algumas técnicas de cultivo tradicionais. Esse modelo era baseado na subsistência e os principais produtos cultivados nas unidades produtivas eram feijão, milho, arroz, batata doce, abobora, maxixe, melancia, quiabo, andu, feijão de corda, gergelim, urucum, mamão, caju, mandioca, jerimum, melão cruá, banana, maracujá da caatinga, entre outros. Estas culturas eram cultivadas em pequenas quantidades de terra onde

as técnicas de plantio e colheita existentes eram predominantemente manuais. Na pecuária, a criação de pequenos animais também para a subsistência, originavam o leite e as carnes de porcos, ovinos, caprinos e bovinos. Os agricultores faziam o beneficiamento de alguns produtos, como o sabão de soda, a farinha, a rapadura, doces, requeijão, manteiga, queijo entre outros. A renda agrícola era oriunda dos rebanhos criados soltos e de forma coletiva, já que estes eram comercializados.

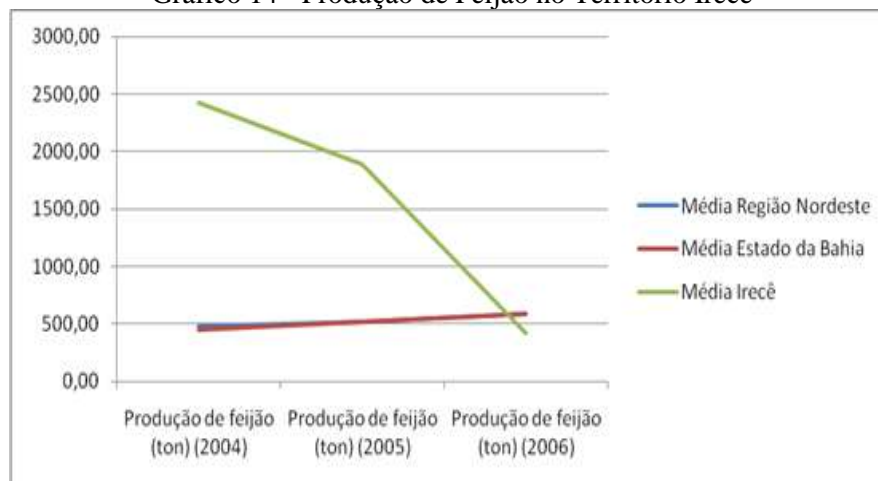
Com a introdução da modernização na região de Irecê, ocorreram mudanças nessa forma de conduzir o trabalho familiar e as relações comunitárias, bem como na forma de praticar a agricultura, já que a intensificação foi tão forte que nas décadas de 70 e 80 Irecê ficou reconhecida como a região do feijão, garantindo um aumento significativo na produção de milho, feijão e algodão do Estado. É neste período que a região recebe todo aparato químico e industrial trazidos pelos “pacotes” dos governos para o aumento da produção, isto devido ao plantio triconsorciado de feijão, milho e mamona em sistema de monocultivo.

Se a relação da produção era pautada em uma economia familiar e coletiva, isto foi se perdendo, com a substituição do trabalho coletivo pelos implementos agrícolas, bem como a exploração da terra. A relação de vida coletiva perdeu sentido, e assim, o modo de vida mais próximo do modo de vida camponês, foi sendo substituído gradativamente pelo modelo moderno, impulsionado pelos pacotes tecnológicos, novos equipamentos e inovações tecnológicas, além do uso de defensivos e agrotóxicos, que interferiu sobremaneira nas tradições e formas de vida, modificando as relações sociais no campo do Território.

Na década de 90 o Território de Irecê vai sentir as mudanças ocorridas na macro política, marcada pelo reflexo da reestruturação capitalista das décadas anteriores, avanço do neoliberalismo e retração do Estado. Nesse período ocorre o desmonte dos órgãos de assistência técnica e a redução do crédito para os agricultores. Soma-se a esse processo os impactos ambientais e as crises decorrentes de estiagens relacionadas às mudanças climáticas ocasionando uma crise no modelo de desenvolvimento fundado nas monoculturas do feijão, milho e mamona. Entre os principais problemas destacam-se o endividamento em massa dos agricultores, compactação dos solos, aumento de áreas desertificadas e perdas de safra das culturas tradicionais. Ao analisar PTDRS (2009) na qual é possível encontrar um diagnóstico desse momento específico detectamos que várias foram as tentativas dos agricultores, em particular os capitalizados com o “boom do feijão” de superar a crise, sendo uma delas o investimento na produção de olerícolas irrigadas, como cenoura, cebola e beterraba, nas margens do Rio São Francisco, que apesar de ter sido uma saída para parte dos agricultores

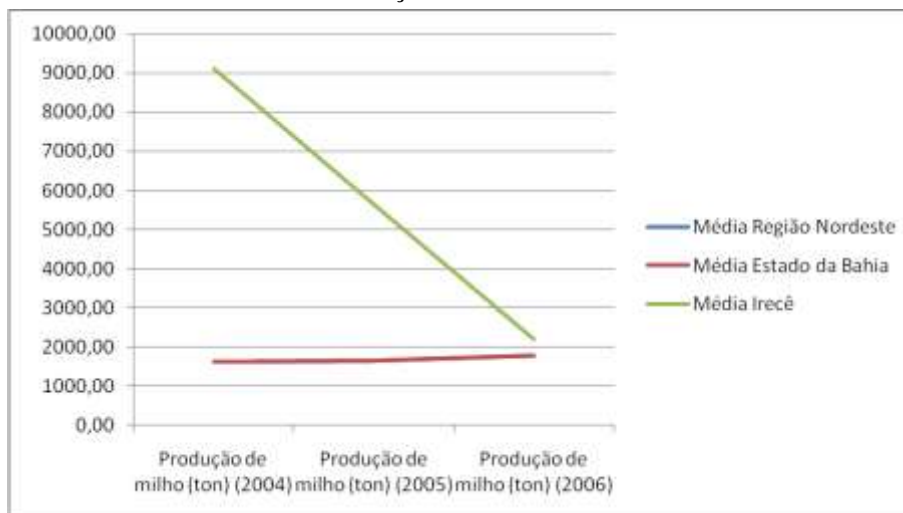
também foi realizado com a lógica da monocultura e dos pacotes tecnológicos, com uso indiscriminado de agrotóxicos e abuso da retirada de água dos lençóis freáticos. Para os agricultores familiares que não possuem capital para investir na irrigação restou a insistência nas culturas de sequeiro, que devido a intensificação dos processos de estiagem não produzem mais como nas três décadas precedentes. Abaixo dados sobre as duas principais culturas:

Gráfico 14 - Produção de Feijão no Território Irecê



Fonte: IBGE/PAM 2006

Gráfico 15 - Produção de Milho no Território Irecê



Fonte: IBGE/PAM 2006

Segundo dados do PTDRS (2009) do ponto de vista da base produtiva agrícola, predominam a produção de feijão, milho e mamona, acrescentando-se as culturas da mandioca, do sorgo, da cebola e do algodão. A cultura da mamona está presente em quase todo o Território, representando 57% da área colhida, 46% da produção e 48% do valor da produção dos respectivos totais territoriais. A farinha e os derivados da mandioca são

produtos importantes para o consumo familiar dos agricultores e na composição de sua renda, mas o território não tem maior expressão no estado no tocante à área colhida, produção e valor da produção. O sorgo vem sendo introduzido com uma produção expressiva, participando com 28% da área colhida, 32% da produção e 27% do valor da produção em relação ao estado. A cebola irrigada é desenvolvida nas margens do Rio São Francisco. Mesmo participando com 18% da área colhida, 20% da produção e 25% do valor da produção do estado, sofre frequentes crises em decorrência da instabilidade de preços e da concorrência de outros centros produtores do país. Quanto ao algodão, os municípios de Jussara e Itaguaçu da Bahia são responsáveis por 94% da produção e 93% do valor da produção do Território. (PTDRS, 2009).

Em relação à pecuária do estado, o rebanho bovino é pouco expressivo, com uma participação de 2,8% do total, criado de forma extensiva ou semiextensiva. Metade do plantel, 50,1%, localiza-se nos municípios de Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, destacando-se este último que, sozinho, representa 28% do total do rebanho do Território. Maior expressão têm os rebanhos ovino e caprino, no conjunto do estado: 4,6% e 5,9%, respectivamente, sendo que 42% dos totais territoriais concentram-se nos municípios de Central, Jussara e Xique-Xique.

Delgado e Lasa (2013) avançam na caracterização sumária do setor agropecuário do Território de Irecê com base no Censo Agropecuário (2006) propondo três variáveis principais de análise da agricultura familiar: os estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares (número e área); sua estratificação por grupos de área; e as condições dos produtores. Levando em consideração essa tipologia, os autores constataram os seguintes dados sobre o Território de Irecê:

Com relação aos extratos dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares (número e área) e sua estratificação por grupos de área. Levando em consideração essa tipologia, é possível constatar os seguintes dados sobre o Território: O Território apresenta um total de 44.815 estabelecimentos, com área de 1.207.817 ha. Desse total, 41.011 são estabelecimentos familiares (91,5%) que ocupam 45,5% da área total. Já os estabelecimentos da agricultura não familiar são apenas 3.804 (8,5% do total) em uma área de 657.266 ha, que representa 54% do total. Essa caracterização fundiária não foge à regra de concentração de terras presente em todo o estado da Bahia. A agricultura familiar é sempre maior em quantidade de estabelecimentos, mas a concentração de terras ainda permanece nas mãos de poucos, inclusive no Território de Irecê.

Tabela 03 - Estabelecimentos por grupo e área ocupada

Tipo de estabelecimento	Nº Estabelecimentos	Área ocupada	%
Agricultura Familiar	41.011	550.551 ha	45,5%
Agricultura não-familiar	3.804	657.266 ha	54,5%
Total	44.815	1.207.817 ha	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

Predomina também no Território o produtor que é proprietário de sua área de produção, independentemente do tamanho da propriedade. Dos 44.815 estabelecimentos rurais, cerca de 37.960 (84,7%) são de produtores proprietários. Já a estratificação dos estabelecimentos no território é a seguinte: 1) 124 estabelecimentos de produtores sem área (0,3% do total); 2) 30.254 estabelecimentos com até 10 ha de área (67,5%); 3) 472 estabelecimentos de 10 a 50 ha (24,8%); 4) 263 estabelecimentos de 50 a 100 ha (4,1%) e; 5) 234 estabelecimentos de 100 a 500 ha (2,8%).

Tabela 04– Estratificação dos Estabelecimentos rurais

Estratificação	Nº produtores	Percentual
Produtores sem área	124	0,3 %
Até 10 ha	30.254	67,5 %
10 a 50 ha	472	24,8 %
50 a 100 ha	263	4,1 %
100 a 500 ha	234	2,8 %
Total	31.347	100 %

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Com relação a base produtiva agrícola ainda permanece a produção de feijão, milho e mamona, acrescentando-se as culturas da mandioca, do sorgo, da cebola e do algodão. A cultura da mamona está presente em quase todo o Território, representando 57% da área colhida, 46% da produção e 48% do valor da produção dos respectivos totais territoriais. A farinha e os derivados da mandioca são produtos importantes para o consumo familiar dos agricultores e na composição de sua renda, mas o território não tem maior expressão no estado no tocante à área colhida, produção e valor da produção. O sorgo vem sendo introduzido com uma produção expressiva, participando com 28% da área colhida, 32% da produção e 27% do valor da produção em relação ao estado. A cebola irrigada é desenvolvida nas margens do Rio São Francisco. Mesmo participando com 18% da área colhida, 20% da produção e 25% do valor da produção do estado, sofre frequentes crises em decorrência da instabilidade de preços e da concorrência de outros centros produtores do país. Quanto ao algodão, os municípios de Jussara e Itaguaçu da Bahia são responsáveis por 94% da produção

e 93% do valor da produção do Território. Em relação à pecuária do estado, o rebanho bovino é pouco expressivo, com uma participação de 2,8% do total, criado de forma extensiva ou semiextensiva. Metade do plantel, 50,1%, localiza-se nos municípios de Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, destacando-se este último que, sozinho, representa 28% do total do rebanho do Território. Maior expressão têm os rebanhos ovino e caprino, no conjunto do estado: 4,6% e 5,9%, respectivamente, sendo que 42% dos totais territoriais concentram-se nos municípios de Central, Jussara e Xique-Xique.

Tabela 05- Produção agrícola no Território de Identidade de Irecê no ano de 2013

Produto	Quantidade Produzida (toneladas)	Ranking no Território
Tomate	461800,00	1
Aves	413755,00	2
Bovino	177952,00	3
Ovinos	152756,00	4
Caprinos	110095,00	5
Suínos	64110,00	6
Cebola	57200,00	7
Mandioca	16698,00	8
Leite (vaca)	14774,00	9
Banana	13849,00	10
Mamona	6246,00	11
Mel	3868,00	12
Manga	2778,00	13
Sisal	1362,00	14
Ovos	1060,00	15
Milho	1048,00	16
Maracujá	580,00	17
Feijão	149,00	18
Goiaba	72,00	19
Algodão	0,00	20

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Foi apontado pelo coletivo do Território, através de encontros e debates no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que as oportunidades para promover o desenvolvimento rural sustentável do território, conforme apontado no documento Mapa de Oportunidades (2011), consiste em aproveitar o potencial da agricultura familiar e das cadeias adaptadas às condições semiáridas, como as da caprinovinocultura, fruticultura, mandiocultura, mamona e biodiesel, apicultura, meliponicultura e piscicultura.

O Território apresenta também potencial para desenvolver sistemas produtivos agroflorestais ou agroecológicos. Atualmente, são mais de 500 agricultores inseridos na

transição agroecológica e produzindo em sistemas harmônicos com o meio ambiente. A proposta de Convivência com o Semiárido tem avançado e já é possível encontrar produções de fundo de quintais, policultivos e cultivos agroecológicos, bancos de sementes, hortas comunitárias e agricultores valorizando as frutas nativas para comercialização. Além disso, as cisternas e demais tecnologias sociais de captação de água da chuva para produção são experiências exitosas que se multiplicam no Território para garantir água para os agricultores e agricultoras produzirem e se reproduzirem enquanto categoria.

Apesar do avanço da proposta de Convivência com o Semiárido, as possibilidades dos agricultores na busca de outros tipos de renda são reduzidas, visto que a economia local é extremamente dependente da agropecuária. As maiores oportunidades de emprego são proporcionadas pelas ocupações temporárias na agricultura, de sequeiro ou irrigada com baixa remuneração. Isto provoca migrações de jovens e de pais de família para trabalharem no corte da cana no oeste do estado, e na colheita do café, em Minas Gerais e São Paulo.

Ganhou força também nos últimos anos uma discussão sobre estratégias de geração de renda através de atividades não agrícolas, já que o Território possui potencial para desenvolver o turismo de lazer, com cenários que contemplam cachoeiras, pinturas rupestres e outras belezas naturais e o turismo cultural, com as manifestações culturais que incluem grupos de reisado, cantadeiras de roda, cantadores de aboio, São Gonçalo, Pífano, vaquejadas, caretas, quadrilhas, trança fita e artistas da terra. Além dessas atividades, outro importante é o artesanato, principalmente os desenvolvidos com madeira, casca de coco, fibra de sisal, crochês, fuxico, sementes, folha de bananeira, retalhos, cipó e vários outros.

Os dados apresentados neste Capítulo dão conta das características do Território de Irecê e a agricultura familiar. Abaixo estão descritas a síntese da caracterização específica das Unidades Produtivas Familiares estudadas nesta pesquisa, ocasião em que teremos maiores detalhes da amostra da pesquisa.

4. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

A proposta nesse capítulo é caracterizar o processo de trabalho familiar do Território de Irecê, entendendo a necessidade de descrever os tópicos da pesquisa tendo como parâmetro e instrumento conceitual do Processo de Trabalho Familiar Agrícola segundo Weisheimer (2009), para identificar elementos que auxiliem na investida de caracteriza-lo, que são: 1) Encontrar-se subordinando ao modo de produção capitalista; 2) A relação de trabalho com base em obrigações familiares (reciprocidade) e não pelo assalariamento; 3) Objetiva a reprodução social da família e da unidade de produção familiar; 4) Apresenta variações conforme a composição e ciclo demográfico da família; 5) Apresenta uma divisão do trabalho por gênero e gerações e; 6) É meio objetivo de inserção das novas gerações no trabalho, possibilitando a transmissão do saber agrícola de geração a geração. Verificando esses aspectos, a partir da análise das UPF's para mensurar as condições materiais, as relações no interior das unidades produtivas familiares, concentrados nos objetivos do trabalho como contributivo para uma caracterização desse processo, apresentamos em duas partes os resultados dessa pesquisa. A primeira, contém a caracterização mais geral das unidades produtivas familiares, momento em que podemos identificar como os entrevistados/as vivem, constroem suas relações e reproduzem os modos de vida, tendo base a agricultura familiar. Na segunda parte apresentamos os resultados das categorias relacionadas ao processo de trabalho familiar agrícola. Por fim, apresentamos considerações sobre a análise das UPF's, a partir dos dados coletados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES DO TI

Para realizar a caracterização do Processo de Trabalho Familiar Agrícola do Território de Irecê, conforme modelo analítico descrito na metodologia deste trabalho utilizamos categorias que descrevem o modo de vida e produção no interior das unidades produtivas familiares. Nesse sentido, os temas revelam como os entrevistados/as e os seus pares organizam o trabalho a partir das características principais que os definem: *1) Características dos residentes na propriedade* (composição dessas famílias, grau de parentesco, divisão por sexo, divisão por idade); *2) Condições materiais das UPF's* (Condição legal do produtor, Área total, Forma de obtenção das terras, Forma de uso das terras, Modelo desenvolvido na

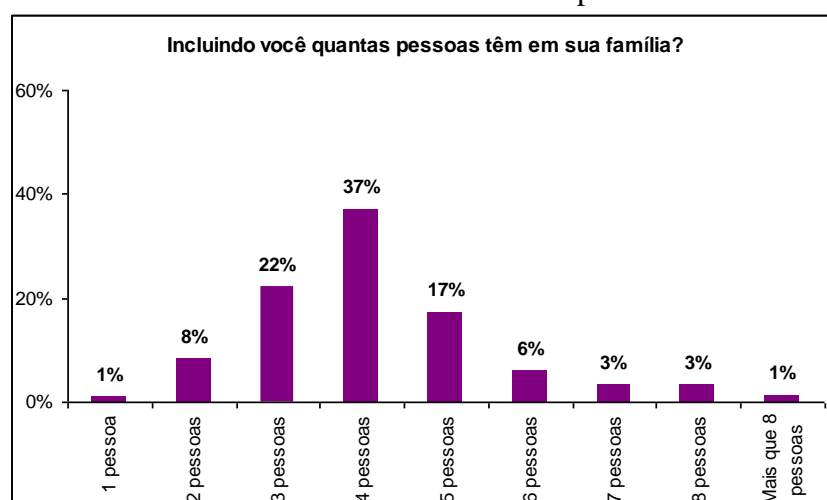
propriedade, Produtos produzidos na UPF, Destino das atividades produzidas na UPF, Benfeitorias disponíveis na UPF e Serviços disponíveis; 3) *Participação política dos residentes das UPF's* (Nível de participação dos residentes; Nível de participação dos jovens, Acesso a políticas públicas).

4.1.1 Características dos residentes na propriedade

Nessa investida para caracterizar o Processo de Trabalho Familiar Agrícola, tendo em vista que sua gênese é constituída pelos entes que as formam, apresentamos quantitativamente as características dos residentes na propriedade, utilizando as seguintes variáveis: 1) Composição dos residentes das UPF's; 2) Grau de parentesco; 3) Divisão por sexo, 4) Divisão por faixa etária; 5) Cruzamento sexo e faixa etária; 6) Nível de Escolaridade; e 7) Cruzamento escolaridade e sexo e; 8) Cruzamento escolaridade e faixa etária.

Com relação a composição (Gráfico 16), o maior percentual (37%) é para famílias com média de quatro componentes, contando com o entrevistado. Esse dado reforça uma nova configuração das famílias ocupadas na agricultura familiar desse Território, com redução do número de filhos, e, portanto, do número de residentes. Na sequência, como o segundo maior percentual estão as famílias com três componentes (22%), em seguida famílias com cinco pessoas (17%), as demais com duas (8%), seis (6%), sete e oito com 3% e as exceções extremas de famílias com apenas uma pessoa ou com mais de oito pessoas pontuou apenas 1%. Levando em consideração esses dados, observa-se em grande medida a família tradicional, formada por um ou dois filhos. Essa primeira característica descrita é fundamental para entendermos o funcionamento das unidades produtivas, visto que o trabalho se dá por bases familiares e é produzido prioritariamente pelos membros que residem nas UPF's.

Gráfico 16 - Número de residentes nas unidades produtivas familiares do TI



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Sobre o grau de parentesco dos residentes (Tabela 06), relacionado a UPF, verifica-se que está em grande medida é formada pelo casal e filhos (36,59%) são os filhos e 23,53% as filhas, seguido do cônjuge 28,02% familiar. Como tendência verificável entre os jovens residindo na casa dos pais ou formando sua unidade familiar. Aqui não apresentou a singularidade de jovens morando sozinhos. O que agrega a essas famílias são as presenças com pouca significância de pai com 1,69% e mãe com 1,99%, irmãos e avós com médias abaixo de 1% pouco representativo para a Unidade familiar.

Tabela 06 - Grau de Parentesco dos residentes nas UPF's

Parentesco	Total
Filho	36,59%
Cônjuge	28,02%
Filha	23,53%
Mãe	1,99%
Pai	1,69%
Irmão	0,70%
Irmã	0,40%
Avó	0,40%
Avô	0,30%
Outros	6,38%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa CNPQ/NEDET/MDA e NEAF/UFRB 2016

A divisão por sexo (Tabela 07) demonstra, diferente do equilíbrio numérico apresentado no perfil dos entrevistados (pag.), que a divisão com relação aos entes que habitam e formam as famílias, possui maior quantidade de homens (54%) do que de mulheres (45,14%), o que

representa mais fielmente a realidade do meio rural, com margem de diferenciação de aproximadamente 5%. Na pesquisa que utilizou método survey, conforme já descrito, não foram formuladas questões para outros gêneros, visto que essa discussão ainda é um tabu no campo. Nesse sentido, prevaleceu, por opção, a dicotomia entre homens e mulheres.

Tabela 07 – Divisão por sexo dos residentes nas UPF's

Sexo	Total
Masculino	54,86%
Feminino	45,14%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Discriminar as faixas etárias dos sujeitos do ponto de vista geracional é de suma importância para a análise em questão e contribui de modo fundamental, sobre a questão de sucessão, uma medida em que estratifica os sujeitos em faixa temporal de sua existência nesse Território.

Perseguindo esses aspectos, verifica-se (Tabela 08) que os períodos de dependência, de 0 a 10 anos com 19,87% e de 11 a 20, representam mais de 40% dos habitantes o que é bastante significativo e evidencia uma determinação tutelada. Ou seja, de dependentes. Seguindo uma escala geracional, que em grande medida são de adultos, com média de 28 anos o que é verificável nas faixas de 21 a 30 anos com um percentual de 17,99%, que são considerados entremeio de jovens e adultos e a faixa entre 31 e 40 anos com 13,43% que somados em faixa ou em números, representam a plenitude da atividade laboral.

A faixa etária entre 41 a 50 anos, apresenta um numérico menos expressivo de 7,52% que se eleva nas faixas de 51 a 60 anos 15,13% e acima de 60 anos 4,48% que ratificam a ideia de que o meio rural não é percebido como um lugar para viver, mas que as pessoas em seu vigor existencial, estão nesses espaços como lugar de ganhar a vida. Exceto, como já foi dito, o período de infância e adolescência, em que a pessoa não tem autonomia para escolher o lugar em que vive, especialmente nas condições precárias em que a convivência com o semiárido impõe.

Tabela 08 - Divisão por faixa etária dos residentes nas UPF's

Faixa Etária	Total
0 a 10 anos	19,87%
11 a 20 anos	21,58%

21 a 30 anos	17,99%
31 a 40 anos	13,43%
41 a 50 anos	7,52%
51 a 60 anos	15,13%
Acima de 60 anos	4,48%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Ainda pensando sobre os componentes das famílias Agrícolas nesse Território, articulando a questão sexo e faixa etária dos residentes, é possível discorrer (Tabela 09), que dos do Sexo masculino 64,32% são jovens e 35,68% são adultos. E os indivíduos do sexo feminino 61,57% são jovens e 38,43%

Tabela 09 - Estratificação faixa etária e sexo dos residentes das UPF's

Faixa Etária	Sexo	
	Masculino	Feminino
Jovem	64,32%	61,57%
Adulto	35,68%	38,43%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa CNPQ/NEDET/MDA e NEAF/UFRB 2016

Em linhas gerais, o nível de escolaridade dos residentes (Tabela 10) revela dados preocupantes no que diz respeito aos integrantes das UPF's. Um desses, é o percentual dos não escolarizados, com 11,29% do total de entrevistados/as, que revela a exclusão do campo e inviabiliza uma série de possibilidades e luta por autonomia desses sujeitos. Os maiores índices estão no ensino fundamental, em que 12,39% completaram e 35,86% não completaram a etapa, o que inviabiliza a continuidade dos estudos para atingir uma formação que possibilite aprimorar os conhecimentos formais. Para o nível médio, 19,28% informaram que os estudos estão completos e 14,59% incompletos. A formação técnica apresenta dados irrisórios de 0,90% completos e 2,20% incompletos, diante da importância e necessidade de qualificação técnica para prestar assessoria aos produtores, no sentido de uma educação contextualizada para fortalecer e reproduzir saberes importantes, consolidar práticas e experiências que fortaleçam a agricultura familiar. Da mesma maneira, os níveis superiores com 2,70% completos e 2,20% incompletos, além de 0,20% na Pós-Graduação mostraram-se inexpressivos. A descrição desses números indica uma série de problemas dignos de uma pesquisa específica para pormenorizar os fatores estruturais que levam a esses resultados pouco animadores.

Tabela 10 – Nível de escolaridade dos residentes nas UPF's

Grau de Escolaridade	Total
Não escolarizado	11,29%
Fundamental Incompleto	35,86%
Fundamental Completo	12,39%
Médio Incompleto	14,59%
Médio Completo	19,28%
Técnico Incompleto	0,60%
Técnico Completo	0,90%
Superior Incompleto	2,20%
Superior Completo	2,70%
Pós-Graduação	0,20%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Quando cruza-se sexo e escolaridades dos residentes (Tabela 11), as mulheres tem um melhor desempenho, com maior número nos melhores níveis escolares a exemplo do superior com 3,09% e Pós 0,22%, médio completo 24,28% e incompleto 14,79%, equivalem-se em número em fundamental completo de 12,92% e também tem bom desempenho quando aparece com a menor taxa entre os não alfabetizados 9,27%. Já os homens, levaram pequena vantagem entre as pessoas com fundamental completo com diferença de apenas 1% e apresenta 1,66% em nível técnico, onde não apresenta pontuação feminina.

Tabela 11 – Nível de escolaridade por sexo dos residentes nas UPF's

Escolaridade	Sexo	
	Masculino	Feminino
Não escolarizado	12,92%	9,27%
Fundamental Incompleto	38,75%	32,89%
Fundamental Completo	12,92%	11,92%
Médio Incompleto	14,39%	14,79%
Médio Completo	15,13%	24,28%
Técnico Incompleto	0,74%	0,44%
Técnico Completo	1,66%	0,00%
Superior Incompleto	1,29%	3,09%
Superior Completo	2,03%	3,09%
Pós-Graduação	0,18%	0,22%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Apresentamos mais um desdobramento que auxilia a percepção sobre escolaridade interseccionando a faixa etária, como forma de expressar essa faceta importante, que reflete índices do desenvolvimento humano no meio rural, como também a preparação para os mercados de trabalho. Os maiores acessos para jovens (34,77%) e adultos (38,01%) revelam uma baixa escolarização no fundamental incompleto. Somente 10,37% nas camadas jovem e

15,63% de adultos. No ensino médio os jovens têm 19,14% de inserção nas duas condições, completo e incompleto, já os adultos têm 19,41% completo e 7,01% que não completaram essa etapa. No que tange a formação técnica, que para a agricultura familiar tem importância significativa os jovens levam pequena vantagem de 1,28% completo e 0,96% não completo, enquanto que os adultos têm valor inexpressivo de 0,27 completos, que denunciam a baixa aderência no ensino profissionalizante. As camadas de nível superior completo, os jovens apresentaram 2,23% e adultos 3,50% e dos que não completaram 2,55% são jovens enquanto 1,62% são de adultos. Somente 0,54% de adultos obtiveram resultado em pós-graduação e os jovens não pontuaram.

Tabela 12 – Nível de escolaridade por faixa etária dos residentes nas UPF's

Escolaridade	Faixa Etária	
	Jovem	Adulto
Não escolarizado	9,57%	14,02%
Fundamental Incompleto	34,77%	38,01%
Fundamental Completo	10,37%	15,63%
Médio Incompleto	19,14%	7,01%
Médio Completo	19,14%	19,41%
Técnico Incompleto	0,96%	0,00%
Técnico Completo	1,28%	0,27%
Superior Incompleto	2,55%	1,62%
Superior Completo	2,23%	3,50%
Pós-Graduação	0,00%	0,54%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Diante desses dados colhidos na pesquisa, é possível afirmar que as UPF's são formadas por quatro pessoas com 37% e se pensarmos entre uma a quatro pessoas, chegaremos a grande maioria da composição das famílias das UPF's com 68%, que são formados de pai e mãe (casal) e 2 filhos (a) com leve preponderância masculina no caso dos filhos. O que conjuga a variação nas relações de trabalho, indicando que 40% estão em condição tutelada, já que ocupam as categorias de 0 a 11 como faixa etária dependente e de 11 a 20 anos, intermediários, de ponto de vista de que esses grupos não estão nas faixas de autonomia e independência. Podemos identificar também que os integrantes das famílias têm baixa escolaridade, das quais as mulheres ocupam melhor posição escolar, na maior parte com ensino fundamental incompleto com 35,86% e 12,39% completos. Somente 19,28% tem nível médio e o dado mais significativo é de 11,29% de não escolarizados.

Os dados colhidos demonstram ainda um caráter Afrodescendente, se conjugando três formas citadas para auto determinarem-se como pardos, morenos e negros. Constitui-se em

uma referência mais geral do aspecto racial nesse Território. Essa dimensão pouco abordada nesse Território, ainda é tratada com certas desconfianças diante de um processo de estigmas, pré-conceito, racismos velados e tabus, que implicam sobre essas autodeterminações.

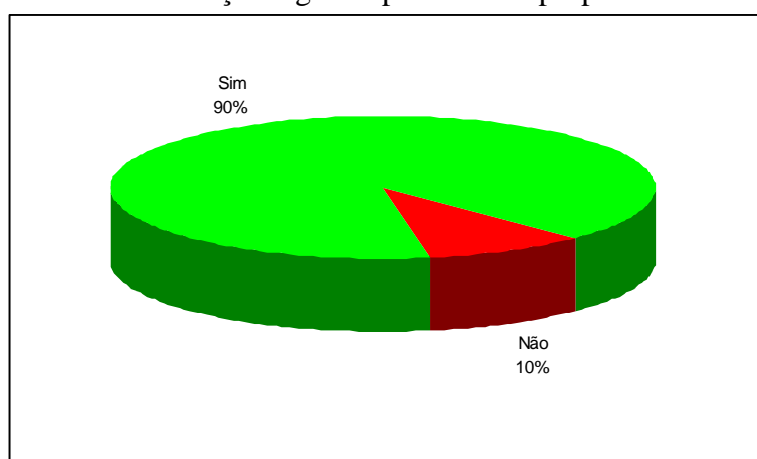
4.1.2 Condições materiais das Unidades Produtivas Familiares

No âmbito desta pesquisa, discutir as condições materiais das UPF's e dos residentes significa compreender em que medida as condições de reprodução do trabalho familiar agrícola são garantidas na UPF, principalmente no que diz respeito a garantia do processo produtivo na agricultura pelos membros das famílias e a sustentabilidade desse processo. Assim, para a categoria 2) Condições materiais das UPF's delineada como forma de caracterizar as UPF's elencamos as seguintes variáveis: 1) Condição legal do produtor; 2) Área total; 3) Forma de obtenção das terras; 4) Forma de uso das terras; 5) Modelo desenvolvido na propriedade; 6) Produtos produzidos na UPF; 7) Destino das atividades produzidas na UPF; 8) Benfeitorias disponíveis na UPF; e 9) Serviços disponíveis. Com os dados coletados junto aos 330 entrevistados podemos organizar um debate de como essas famílias vivem e reproduzem o processo de trabalho.

Para a primeira variável, 1) Condição legal do produtor, os dados apontam (Gráfico 17), que embora a primeira impressão seja identificar o alto grau de propriedade por parte dos agricultores/as familiares (90%) contra 10% que não possuem a propriedade das terras, denotando boas condições materiais do elemento principal para a sustentabilidade da agricultura familiar que é a terra.

Apesar do primeiro ponto tratado para relacionar as condições materiais das UPF's do Território apresentar um resultado satisfatório, é necessário identificar as desigualdades existentes nessa relação de propriedade da terra, e isso irá ocorrer mais adiante no trabalho, visto que essa resposta se não for associada a outras questões do tipo tamanho da propriedade, podemos cometer um falso entendimento sobre a questão fundiária, produzindo uma falsa identificação de boa divisão de terras, assunto que é difundido no Território sob o argumento da existência de uma reforma agrária natural.

Gráfico 17 – Condição legal do produtor da propriedade da Terra



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Seguindo ainda o debate do gráfico anterior trazemos a variável 7) Área total, onde é possível identificar o tamanho das terras em que já identificamos que 90% dos produtores tem a propriedade. Abaixo (Tabela 13), o que se evidencia é que 44,65% tem propriedades de até 10 tarefas, 21,38% entre 10 e 20 tarefas, somente 12,26% tem entre 20 e 30 tarefas. Com mais de 30 até 40 tarefas somam 5,66% dos entrevistados, entre 40 e 50 tarefas 6,29%, as extensões entre 50 e 60 tarefas estão nas mãos de 3,14%, entre 60 e 100 com 3,46% dos entrevistados, e, por fim acima de 100 tarefas são apenas 3,14%.

Como fora indicado anteriormente, esse quadro ajuda a desmistificar determinadas narrativas sustentadas pelo discurso de uma reforma agrária natural. O que está posto diante dos dados é que existe sim um grande percentual distributivo entre os pequenos proprietários. Aqui são agricultores com DAP, esses números não são capazes de identificar o latifúndio, devido ter como público agricultores familiares com até 4 módulos fiscais. Entretanto, a concentração fundiária que é a outra faceta não explicitada no recorte dado na tabela é que essa grande maioria proprietária da terra provavelmente estão enquadrados nos que possuem até 50 tarefas, que somados os percentuais de todas as frações equivalem a 90,24%.

Tabela 13 – Área total das UPF's

Qual é o tamanho da propriedade?	Total
Até 10 tarefas	44,65%
Mais que 10 até 20 tarefas	21,38%
Mais que 20 até 30 tarefas	12,26%
Mais que 30 até 40 tarefas	5,66%
Mais que 40 até 50 tarefas	6,29%
Mais que 50 até 60 tarefas	3,14%
Mais que 60 até 100 tarefas	3,46%
Acima de 100 tarefas	3,14%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Com relação à variável 3) Forma de obtenção das terras (Tabela 14) os dados apontam que herança é o maior percentual com 42,19%, seguido de compra de terceiros com 25,25%, compra de parentes 14,29% e herança e compra com 8,97%, que se trata de um aspecto em que a transferência parcial por herança e a compra de áreas de outros herdeiros da terra. Por último estão as formas de obtenção por doação com 5,32% e através de programas de reforma agrária com a propriedade da terra via assentamento, com 3,65%.

Tabela 14 – Forma de obtenção das terras das UPF's

Como foram obtidas as terras?	Total
Herança	42,19%
Compra de terceiros	25,25%
Compra de parentes	14,29%
Herança e compra	8,97%
Doação	5,32%
Assentamento	3,65%
Comodato	0,33%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A variável 4) Forma de uso das terras expressa na posse uma forma conservadora no sentido de que ter propriedade ainda é muito importante para os agricultores e agricultoras nesse Território, quando tratamos de condições materiais. De alguma maneira, o uso, a utilidade que se faz dela, deve ser razoável, uma vez que a propriedade da terra, extrapola a ideia sobre o uso. Mas certifica a identidade, a ética e sobre o lugar de onde se produzem os modos de vida.

Nesse sentido, abaixo (Tabela 15), reafirma essa forma de uso por parte dos agricultores do Território, já que a posse é o tipo mais expressivo de todas as categorias com 88,35% em seguida com parcerias que somam apenas 5,50% comodatários 2,27% e meeiro com 1,29%. O restante se pulveriza abaixo de 1%, o que torna em número pouco expressivo. Muito embora a negação, também informe bastante o que não há, o que não é.

Tabela 15 – Forma de uso das terras das UPF's

Qual a forma de uso da terra?	Total
Posse	88,35%
Parceria	5,50%
Comodatário	2,27%
Meeiro	1,29%
Arrendamento	0,97%

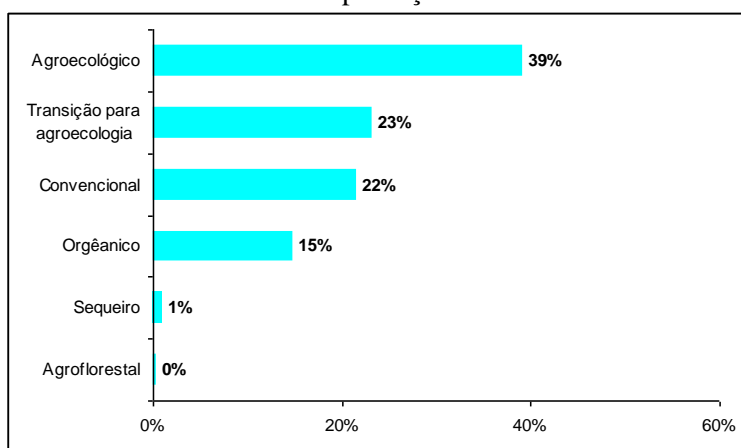
Em processo	0,65%
Chácara ou inquilino	0,32%
Assentamento coletivo	0,32%
Cedida	0,32%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Com relação ao modelo de produção, 5) Modelo desenvolvido na propriedade, os dados (Gráfico 18) revelam que 39% dos entrevistados afirmam produzir nos moldes da agroecologia. Apesar das experiências exitosas do Território de Irecê na agroecologia que acumulam mais de 20 anos de organização e luta para a transição de modelos, superando assim o modelo adotado na modernização conservadora, o dado chama atenção, por se mostrar alto em relação a proporção de agricultores e agricultores.

É possível que este resultado, que é satisfatório e animador, tenha sido produzido pela maneira como os agricultores familiares enxergam o tema. Para muitos, o simples fato de não usarem agrotóxicos e fertilizantes em suas lavouras já lhes garantem a prerrogativa, o entendimento de serem agricultores agroecológicos. De maneira que, não podendo mover o dado atribuído, aqui refuto esse dado em especial. Entretanto, a compreensão sobre a dimensão que o conceito mais abrangente de Agroecologia implica, impõe a necessidade de uma pesquisa mais apurada para afirmar categoricamente o que o dado aponta. Assim, seguindo os dados apurados, os entrevistados apontaram um processo de transição para Agroecologia com 23% como mais razoável questão, por entender que a resposta, implica uma consciência das diferenças entre os modelos questionados. Da mesma maneira com o convencional com 22%; O orgânico com 15% e o sequeiro com apenas 1%. A atividade Agroflorestal não alcançou nenhuma resposta. O fato da produção de sequeiro ter sido respondida por apenas 1% dos entrevistados já mostra uma realidade sendo modificada, já que o tri-consórcio milho, feijão e mamona em regime de sequeiro foram líderes de produção e adesão dos agricultores familiares do Território.

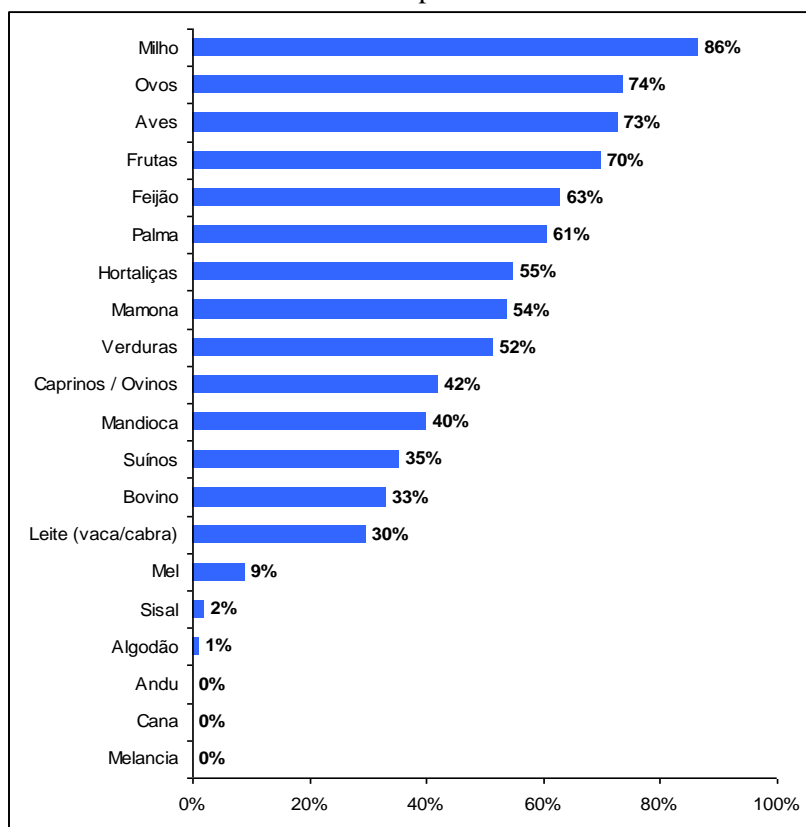
Gráfico 18 – Modelo de produção desenvolvido na UPF



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Para entender a diversidade de produtos produzidos no interior das UPF's os entrevistados/as foram questionados sobre a variável 5) Produtos produzidos na UPF. Foi possível observar que o Milho é produzido por 86% dos entrevistados/as, sendo, portanto, o produto mais presente. Em seguida os mais pontuados foram ovos (74%), aves (73%) e frutas (70%). O feijão aparece com 63% das UPF's produzindo e a mamona 54%. Das cadeias produtivas potenciais do Território Caprinos aparece com 42%, Mandioca 40% e Mel 9%.

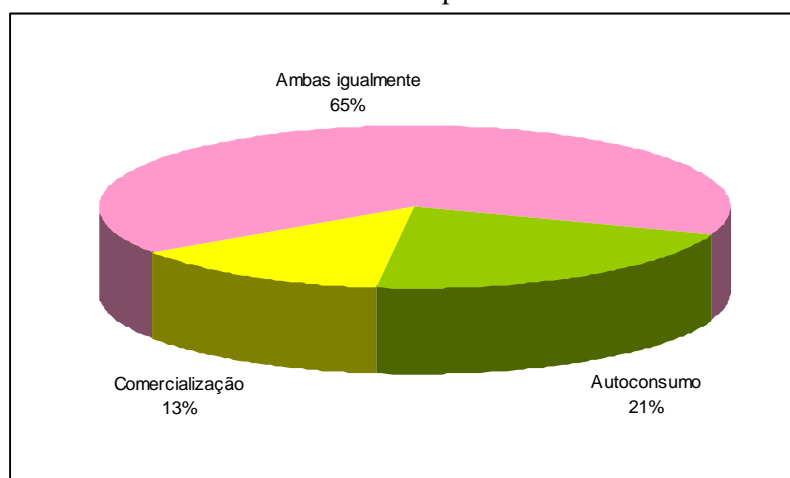
Gráfico 19 – Produtos produzidos nas UPF's



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Os produtos produzidos nas UPF's, conforme vimos no gráfico anterior são diversificados, já que as famílias produzem mais de um tipo de produto na mesma unidade produtiva. Esses produtos são destinados geralmente para autoconsumo e também comercialização, ocasião onde é formada a renda agrícola dessas unidades. A variável 6) Destino das atividades produzidas na UPF aponta (Gráfico 20), que os produtos são destinados de forma igualitária para consumo e comercialização para 65% dos entrevistados, atestando que a maior parte das famílias tanto utilizam os produtos resultantes do processo de trabalho familiar agrícola tanto para a subsistência como para obter renda. 21% dos entrevistados afirmaram utilizar só para o autoconsumo e 13% apenas para comercialização.

Gráfico 20 – Destino dos produtos das UPF's



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Para o processo produtivo no que diz respeito a realização do processo de trabalho é necessário que as famílias agricultoras tenham as condições e equipamentos para garantir a sustentabilidade. A variável 7) Benfeitorias disponíveis na UPF apresenta uma síntese do que os entrevistados/as afirmaram dispor. Abaixo (Tabela 16) podemos notar que o que se apresenta estruturalmente em maior escala é a cerca com 91,46% dos entrevistados/as afirmando possuir nas propriedades. Em segundo lugar a cisterna, barragem ou outra tecnologia social com 55,31%, dado importante para entende o acesso a água de produção no

Território, visto que por integrar o semiárido a água é elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho familiar agrícola. Mesmo com metade das famílias entrevistadas o fator água para produção deve ser aprofundado para que possamos compreender melhor a possibilidade de produção dos agricultores e agricultoras do Território. Ainda no quesito água os poços artesianos para o uso em irrigações foram apontados por 29,06% dos entrevistados, que complementa os dados referentes a equipamentos de irrigação, onde 24,68% afirmaram possuir. Outro Segmento implementado nas UPF's são os galinheiros, presentes em 58,70% e 14,69% de aviários nas propriedades dos entrevistados, atestando o alto índice de produção de ovos e aves identificados na variável diversidade de produtos. Apenas 26,09% tem equipamentos para plantio e colheita; em 14,02% das propriedades tem curral e/ou estábulo, e em 29,91% chiqueiros e pocilgas.

Tabela 16 – Benfeitorias disponíveis nas UPF's

Benfeitorias das UPF's	Sim	Não	Total geral
Aviário	14,69%	85,31%	100,00%
Paiol / Silo	7,79%	92,21%	100,00%
Cerca	91,46%	8,54%	100,00%
Chiqueiro / Pocilga	29,91%	70,09%	100,00%
Estufa	3,48%	96,52%	100,00%
Galinhheiro	58,70%	41,30%	100,00%
Curral / Estábulo	32,60%	67,40%	100,00%
Casa de Farinha	3,19%	96,81%	100,00%
Equipamentos para beneficiamento de produtos	14,02%	85,98%	100,00%
Equipamentos de irrigação	24,68%	75,32%	100,00%
Cisterna, barragem ou outra tecnologia social de captação de água	55,31%	44,69%	100,00%
Poço artesiano	29,06%	70,94%	100,00%
Equipamentos para colheita e plantio	26,02%	73,98%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A última variável para identificação das condições materiais dos agricultores e agricultoras familiares entrevistados na pesquisa referem-se aos serviços disponíveis nas UPF's. Esse quadro (Tabela 17) é representativo das condições materiais em que as famílias têm como estrutura. Dos acessos mais universalizados destacamos a Cisterna de consumo de água de chuva com 59,75%. Isso representa a dificuldade de acesso a água como um desafio público a ser enfrentado e que mesmo com o aumento do quantitativo de unidades no Território ainda não foi universalizado. Outro dado importante é 56,92% possuem energia. Infelizmente a constatação de que 99,67% não possuem rede de esgoto, 59,18% não possuem fossa séptica, 54,06% não possuem banheiro e 85,67% não possuem coleta de lixo periódica demonstra as dificuldades que as famílias enfrentam no meio rural e que precisa ser debatido

enquanto revelação das precárias condições materiais. Apesar de uma série de políticas públicas para contemplar a universalização de bens fundamentais como por exemplo energia e água, o que se apresenta ainda é um quadro de baixa infraestrutura e pobreza rural, que precisa ser enfrentado, inclusive na perspectiva da reprodução do trabalho familiar agrícola e da agricultura familiar enquanto categoria.

Tabela 17 – Serviços disponíveis nas UPF's

Serviços disponíveis nas UPF's	Sim	Não	Total geral
Cisterna de água	59,75%	40,25%	100,00%
Energia (elétrica/solar)	56,92%	43,08%	100,00%
Banheiro	45,94%	54,06%	100,00%
Coleta de lixo	14,01%	85,99%	100,00%
Rede de esgoto	0,33%	99,67%	100,00%
Fossa séptica	40,82%	59,18%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Em suma, pensando sobre as condições materiais dos agricultores e agricultoras desse Território é possível afirmar que 88,35% detém a posse de suas terras. Embora as áreas de 66,03% sejam de até 20 tarefas das quais até 10 tarefas somam 44,65% e entre 10 e 20 com 21,38% e apenas 3,14% têm mais de 100 tarefas, demonstrando que as terras são pequenas e, portanto, confirmando a concentração de terras do Território descrita no capítulo anterior. Apesar da existência de um discurso dominante de reforma agrária natural, conforme já citado em grande percentual essas terras foram obtidas por herança com 42,19% e se somados a compra de parentes com 14,29% somam mais da metade das propriedades (56,48%). Os entrevistados apontaram produzir de modo agroecológico (39%), dado que interpretamos que é pelo fato de não usarem agrotóxico e plantarem em sequeiro. As culturas mais produzidas foram milho com 86% seguido de aves e ovos com 73,5% e frutas com 70% de maneira que plantam para consumir e comercializar (65%). A respeito de equipamentos e infraestruturas disponíveis, a cisterna de água para consumo com 59,75% é a mais acessada e no que tange as benfeitorias 91,46% apontaram apenas cercas e galinheiros 58,70%. O conjunto dos dados apontam, principalmente em relação aos últimos (equipamentos e serviços) que as condições materiais dos agricultores são baixas para desenvolver o processo de trabalho familiar agrícola. Esses dados irão implicar em outros aspectos como a própria formação da renda agrícola das famílias e a sustentabilidade da UPF.

4.1.3 Participação e acesso a políticas públicas

A dimensão da participação e acesso a políticas públicas foi trazida para o trabalho enquanto categoria importante para caracterizar as unidades produtivas onde o processo de trabalho familiar acontece. Primeiro, pelo fato dessas relações nas UPF's serem de reciprocidade e a participação nos espaços coletivos serem indicadores importantes, bem como pelo fato de que o acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar explica como essas famílias se organizam no espaço com o apoio do poder público. Nesse sentido três variáveis foram trabalhadas. 1) Participação nas organizações coletivas; 2) Participação nas organizações por faixa etária e; 3) Políticas acessadas nas UPF's.

Do ponto de vista da organização social das comunidades no Território, a variável 1) Participação nas organizações coletivas (Tabela 18), a maior incidência de participação é verificada nas Associações de Agricultores e Produtores com 80,06% e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais com 54,40%, ainda 14,52% de Cooperativas de Produtores, Crédito ou Consumo e 11,44% em Partidos Políticos. Os números apresentados são muito relevantes para a vida social e política das comunidades onde as UPF's estão localizadas e, aparentemente, animadores. A grosso modo, é muito perceptível pouca participação juvenil e lideranças envelhecidas. Para isso, foi realizada uma estratificação por faixa etária do nível dessa participação, que apresentaremos na tabela subsequente.

Tabela 18 – Participação nas organizações coletivas

Organizações	Sim	Não	Total geral
Sind. de Trab. Rurais	54,40%	45,60%	100,00%
Assoc. de Agricultores / Produtores	80,06%	19,94%	100,00%
Assoc. de Quilombolas	9,21%	90,79%	100,00%
Assoc. de Mulheres	4,98%	95,02%	100,00%
Assoc. de Pescadores	1,33%	98,67%	100,00%
Assentamentos da Reforma Agrária	4,29%	95,71%	100,00%
Assoc. de Bairro	0,99%	99,01%	100,00%
Grupo de defesa do meio ambiente	2,64%	97,36%	100,00%
Partido Político	11,44%	88,56%	100,00%
Mov. Trab. Sem Terra	1,65%	98,35%	100,00%
Mov. Dos Atingidos por Barragens	0,00%	100,00%	100,00%
Coop. De produtores, crédito ou consumo	14,52%	85,48%	100,00%
Cons. Comunitário Municipal ou Regional	4,62%	95,38%	100,00%
Outro	0,61%	99,39%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A estratificação por faixa etária 2) Participação nas organizações por faixa etária, para identificar o nível de participação dos jovens e adultos nas organizações comunitárias é

importante para verificar as possibilidades de sucessão geracional em espaços de poder, elemento fundamental para a reprodução social. Esse quadro demonstra a baixa participação de jovens em organizações sociais. Abaixo (Tabela 19) os dados apontam que a participação dos jovens é baixa, onde apenas 5,47% participam em Associação Rural ou de Associação de Produtores, que foi o melhor desempenho de participação. Apenas 3,91% participam de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 0,66% em Associação e Mulheres e também Cooperativas e 0,33% em Associações de Quilombolas e Grupos de defesa do meio ambiente. As demais opções não foram pontuadas. Essa é uma questão problemática nas organizações sociais que visivelmente é aqui constatando quantitativamente. Do ponto de vista geracional as organizações estão envelhecidas e é perceptível a falta de renovação nos quadros e incentivo a participação dos jovens em ações coletivas.

Tabela 19 – Participação nas organizações coletivas

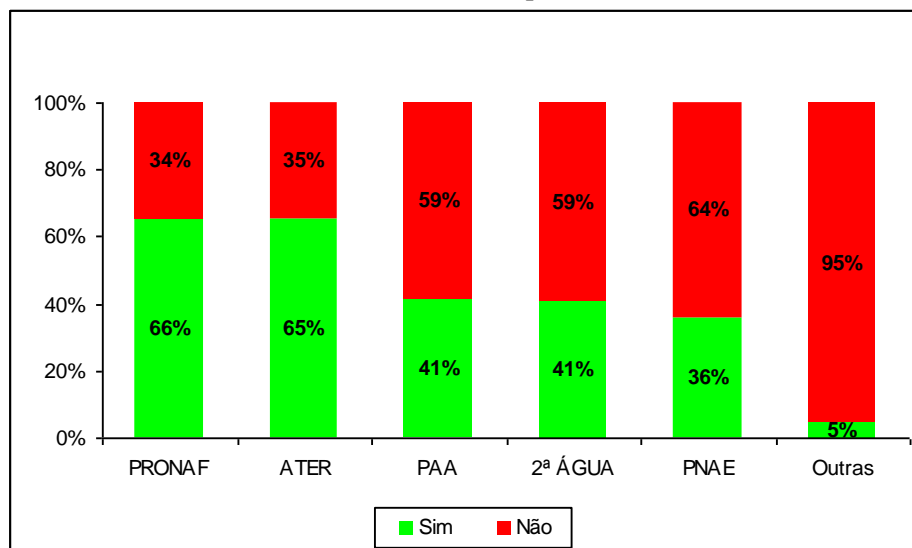
Organizações	Faixa Etária	
	Jovem	Adulto
Sind. de Trab. Rurais	3,91%	50,49%
Assoc. de Agricultores / Produtores	5,47%	74,60%
Assoc. de Quilombolas	0,33%	8,88%
Assoc. de Mulheres	0,66%	4,32%
Assoc. de Pescadores	0,00%	1,33%
Assentamentos da Reforma Agrária	0,00%	4,29%
Assoc. de Bairro	0,00%	0,99%
Grupo de defesa do meio ambiente	0,33%	2,31%
Partido Político	0,00%	11,44%
Mov. Trab. Sem Terra	0,00%	1,65%
Mov. Dos Atingidos por Barragens	0,00%	0,00%
Coop. De produtores, crédito ou consumo	0,66%	13,86%
Cons. Comunitário Municipal ou Regional	0,00%	4,62%
Outro	0,00%	0,61%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A última variável desenhada para caracterizar a participação política das famílias agricultoras 3) Políticas públicas acessadas tem o intuito de verificar o acesso a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Os dados apontam (Gráfico 21) que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a política mais acessada com 66% dos entrevistados. Como primeira política para investimentos específicos para a categoria dos agricultores familiares, leva uma imensa vantagem temporal, já que foi formulada em 1996, além de envolver o crédito que é um atrativo. Outra política acessada e mencionada na pesquisa foi a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como importante política acessada por 65% das famílias e de fundamental importância no que tange

a troca de conhecimento, a orientação de manejo, assessoria e acompanhamento das famílias no processo produtivo, comercialização, acesso a políticas públicas e participação.

Gráfico 21 – Políticas públicas acessadas nas UPF's



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Ainda aparecem as políticas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com 41% dos entrevistados acessando e em várias modalidades como compra direta e formação de estoque. O PAA tem sido uma importante política, na medida em que assimila a produção das unidades produtivas, sendo um mercado institucional certo para a comercialização dos produtos, um processo rotativo que tem produzido renda nas comunidades beneficiárias. Igualmente acessada por 41% dos entrevistados, 2ª Água, como o próprio nome já indica é a segunda etapa do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), que são as cisternas de produção (P1+2), importante política para garantir água para produção, inclusive foi apontada entre as benfeitorias das UPF's no tópico anterior. Por último, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi acessado por 36% dos entrevistados, que semelhante ao PAA é um mercado institucional que garante a compra dos produtos da agricultura familiar nos municípios pelas prefeituras através dos recursos do FNDE para alimentação escolar. O conjunto das políticas indicadas pelas famílias como as mais acessadas tem sido vetores para garantia da qualidade de vida, que contribuem para melhoria da segurança alimentar, renda e também vetor da estruturação produtiva local.

Portanto, do ponto e vista da participação política dos entrevistados/as com vistas à caracterização a participação em organizações sociais ficou evidente que a maior incidência é em Associações de Agricultores e Produtores que apresentou o expressivo percentual de 80%,

entretanto quando estratificado o percentual de Jovens, somente 5,46% o que preocupa essa relação organizacional e o empoderamento desses nos espaços de poder, que implicará no processo de sucessão geracional. Sobre o acesso a políticas públicas o PRONAF e a ATER são as políticas mais acessadas com 66% e 65% respectivamente.

4.2 PROCESSO DE TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA

Para realizar a caracterização específica dos elementos que apontam como o Processo de Trabalho Familiar Agrícola é desenvolvido no interior das unidades produtivas, principalmente os resultados deste trabalho e as possibilidades da sua reprodução conforme modelo analítico descrito na metodologia deste trabalho utilizamos categorias que descrevem esse nível de organização no âmbito das UPF's do Território de Irecê. Para tanto, definimos três categorias de análise: 1) *Desenvolvimento do Trabalho pelos membros da família* (Tempo de dedicação ao TFA; Tempo por sexo; Tempo por faixa etária); 2) *Renda Obtida do Trabalho Familiar Agrícola* (Renda da UPF, Renda Agrícola, Renda por sexo, Renda por faixa etária); 3) *Reprodução do Trabalho Familiar Agrícola* (Filhos que trabalham na UPF; Expectativa de sucessão da UPF).

4.2.1 Desenvolvimento do trabalho pelos membros da família

Para compreender o desenvolvimento do Processo de Trabalho Familiar Agrícola é imprescindível entender o tempo de dedicação dos membros da família ao trabalho nas UPF's. Desse modo, elencamos as variáveis 1) Tempo de dedicação ao TFA; 2) Tempo por sexo e; 3) Tempo por geração.

Neste tópico apresenta-se um resultado flexível das relações de trabalho, muito comum no âmbito do processo de trabalho familiar agrícola, primeiro pela própria especificidade deste, de ser realizado prioritariamente pelos membros da família e sem relações de assalariamento, além da pluriatividade, que são as outras atividades que geram trabalho e renda no meio rural. É bom lembrar que a divisão social do trabalho no campo, principalmente no semiárido, onde o período de chuva é concentrado em aproximadamente 3 meses do ano, é distribuída sazonalmente, de acordo com os processos de plantio, cuidado e

colheita, além das atividades escolares dos jovens, trabalhos domésticos entre outras atividades que fazem parte do dia-dia da família.

Mediante o resultado abaixo da variável 1) Tempo dedicado ao trabalho (Tabela 20) é perceptível que a rotina semanal para a maioria dos entrevistados (51,53%) é em tempo integral de seis dias, seguido de parciais entre 4 e 5 dias com 23,01% dos entrevistados, parciais entre 2 e 3 dias com 19,23% e uma pequena parcela que varia em 1 dia apenas de trabalho (3,07%) ou que respondeu não trabalhar (3,07%).

Tabela 20 – Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola

Quanto tempo você dedica ao trabalho na UPF?	Total
Tempo integral (6 dias)	51,53%
Parcial (4 a 5 dias)	23,01%
Parcial (2 a 3 dias)	19,33%
Parcial (1 dia)	3,07%
Não trabalha	3,07%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Esse resultado inicial aponta que existe a realização do trabalho agrícola. Para maior entendimento é necessário entender como esse trabalho é dividido entre os membros da família. A variável 2) Tempo dedicado ao trabalho por sexo (Tabela 21) demonstra que apesar há uma diferença entre o trabalho de homens e mulheres, marcado pelo histórico de masculinização do campo e de concentração do trabalho das mulheres na casa. Os dados demonstram que os homens têm mais tempo dedicado ao trabalho nas UPF's com 65,43% respondendo que dedicam tempo integral (6 dias) contra 37,80% das mulheres. Essa é uma realidade da divisão social que orientam as unidades produtivas e que, mesmo com maior participação das mulheres nos últimos anos, pelo incentivo das políticas públicas a maior incidência do trabalho agrícola ainda é dos homens. Os dados sobre o tempo parcial reforçam essa afirmativa, já que os percentuais das mulheres são maiores. Na dedicação parcial (4 a 5 dias) as mulheres representam 25% e os homens 20,99%, parcial (2 a 3 dias) as mulheres tem 26,83% e os homens 11,73%, parcial (1 dia) mulheres 5,49% e homens 0,62% e que não trabalham mulheres com 4,88% e homens 1,23%.

Tabela 21 – Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola por sexo

Quanto tempo você dedica ao trabalho na UPF?	Sexo	
	Masculino	Feminino
Tempo integral (6 dias)	65,43%	37,80%
Parcial (4 a 5 dias)	20,99%	25,00%

Parcial (2 a 3 dias)	11,73%	26,83%
Parcial (1 dia)	0,62%	5,49%
Não trabalha	1,23%	4,88%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

O tempo dedicado ao trabalho entre jovens e adultos também é um quadro importante para ser analisado, na medida em que a sucessão geracional depende intrinsecamente da inserção dos jovens nas atividades das UPF's, contribuindo para a reprodução social desse modo de vida. Pensando sobre esse argumento, o tempo integral (6 dias) dedicado dos adultos com 51,97% ainda é maior que a de jovens com 45,45% no que tange os entrevistados. A amostra condiz a realidade factual, visto que os jovens têm ainda a atividade escolar, ou trabalham em outras frentes, que explica o resultado. Quanto as parciais entre 4 e 5 dias o resultado se repete, ou seja, sendo o tempo integral dos jovens menor, o tempo parcial será maior que o dos adultos, nesse quesito há uma incidência maior de jovens 27,27% em mais que adultos com 22,70%, o mesmo configura-se com as parciais para 2 e 3 dias em que os jovens 22,73% tem um valor mais acentuado que os adultos com 19,08% encadeando uma lógica funcional de dedicação ao trabalho. Esses são os dados mais relevantes a serem dissertados da tabela abaixo.

Tabela 22 – Tempo dedicado ao trabalho familiar agrícola por geração

Quanto tempo você dedica ao trabalho na UPF?	Faixa Etária	
	Jovem	Adulto
Tempo integral (6 dias)	45,45%	51,97%
Parcial (4 a 5 dias)	27,27%	22,70%
Parcial (2 a 3 dias)	22,73%	19,08%
Parcial (1 dia)	4,55%	2,96%
Não trabalha	0,00%	3,29%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Desse modo, como síntese da participação no processo de trabalho familiar agrícola podemos concluir que ele é desenvolvido em maior parte em tempo integral e parcial (4 a 5 dias) que juntos somaram 74,54% dos entrevistados/as. Com relação a divisão no interior dessas unidades por sexo temos um resultado diferente tanto entre homens e mulheres, já que a pesquisa demonstrou que as mulheres participam mais de forma parcial. Os resultados dos jovens entrevistados demonstraram que esses participam em tempo integral e parcial (72,72%) semelhante ao tempo de trabalho desenvolvido pelos adultos (74,63%), indicando que para os entrevistados jovens o trabalho familiar agrícola é realizado por eles nas UPF's. O

conjunto dos dados atesta a existência do trabalho em bases familiares e responsável pela ocupação das famílias no meio rural do Território de Irecê.

4.2.2 Renda obtida nas UPF's

No processo de caracterização das UPF's descrevemos o destino da produção das UPF's entrevistadas e ficou perceptível que para mais de 65% o destino da produção é para consumo e comercialização, além dos que responderam que é somente para comercialização (13%). Além dos produtos comercializados que são a base da renda agrícola, as famílias no processo de pluriatividade participam de outras atividades que também geram renda para a sustentabilidade e qualidade de vida da unidade produtiva familiar. Para este trabalho, é de fundamental importância compreender a composição das rendas totais e das rendas oriundas da agricultura familiar, procurando relacionar com o processo de trabalho familiar agrícola e, de forma mais geral, entendendo que a renda é um dos quesitos para fortalecimento das condições materiais, elencamos seis variáveis. 1) Origem da renda; 2) Volume da renda total; 3) Volume da renda total por sexo; 4) Volume da renda total por geração; 5) Volume da renda agrícola total; 6) Volume da renda agrícola por sexo e; 7) Volume da renda agrícola por geração.

Sobre a origem dos rendimentos, variável 1) Origem da renda, é possível detectar que a maioria possui renda agrícola (92,71%) atestando o caráter produtivo das unidades. Também faz parte da composição das rendas das famílias o recurso do bolsa família, onde 66,98% dos entrevistados também possuem, seguro safra (50,62%), rendas eventuais ou sazonais de membros que trabalham fora na agricultura ou não (28,16%), aposentadoria (26,28%). Esse quadro é bastante interessante para demonstrar o baixo assalariamento na agricultura familiar das unidades produtivas que é uma realidade para o Território de Irecê, com apenas 14,79% em regime CLT ou contratos em órgãos e/ou com salário. Vale ressaltar que o assalariamento é geralmente fora da UPF, em trabalhos de membros da família, principalmente mulheres que demonstraram ter tempo parcial, sendo que 4,88% afirmou não trabalhar.

Tabela 23 – Origem das Rendas das UPF's

Origem da Renda	Sim	Não	Total geral
Renda Agrícola	92,71%	7,29%	100,00%
Artesanato	4,79%	95,21%	100,00%
Salários (Regime CLT ou contratos em órgãos)	14,47%	85,53%	100,00%
Bolsa Família	66,98%	33,02%	100,00%
Beneficiamento de produtos na UPF	19,00%	81,00%	100,00%
Aposentadoria	26,28%	73,72%	100,00%

Rendas eventuais ou sazonais (membros que trabalham fora na agricultura ou não)	28,16%	71,84%	100,00%
Seguro Agrícola ou similar	50,62%	49,38%	100,00%
Outras rendas relacionadas à Pluriatividade (pedreiro, pintor, microempreendedor, etc)	16,25%	83,75%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Com relação a variável 2) Volume da renda total, os valores abaixo (Tabela 24), que apresentam o valor do salário mínimo do ano de 2015 em algumas faixas como base, apontam que na faixa Até R\$ 394,00 temos 20,25% dos entrevistados, Mais que R\$ 394,00 até R\$ 788,00 temos 34,05% e exatamente R\$788,00 temos 7,36%, que pode estar relacionado, no caso deste último aos membros que são assalariados externo a UPF. Com Mais de R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00 temos 33,44% e Mais que 2.364,00 até R\$ 3.940,00 3,07% e por fim Acima de R\$ 3.940,00 1,84%. Sobre esses valores podemos afirmar que 61,66% tem até R\$ 788,00 (salário mínimo da época da entrevista de campo), demonstrando que a renda é baixa para as famílias que em sua grande maioria possuem até 4 pessoas na composição, conforme já vimos anteriormente. O dado mais razoável que aponta certo nível de sustentabilidade para algumas famílias e melhores condições materiais é o grupo de 33,44% dos entrevistados que ficou situado na faixa entre R\$ 788,00 e R\$ 2.364,00. O pequeno percentual de pessoas com renda total acima de R\$ 3.940,00 demonstra que poucas famílias agricultoras se enquadram em padrões de classe média.

Tabela 24 – Volume total das Rendas das UPF's

Qual o volume da renda total da família mensalmente?	Total
Até R\$ 394,00	20,25%
Mais que R\$ 394,00 até R\$ 788,00	34,05%
Exatamente R\$ 788,00	7,36%
Mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00	33,44%
Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00	3,07%
Acima de R\$ 3.940,00	1,84%
Total geral	100,00%

Renda Média **R\$ 996,01**

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

A diferença da renda total da família discriminada entre homens e mulheres, variável 3) Volume da renda total por sexo, que possuem Até R\$ 394,00 determinou maior incidência para as mulheres (26,67%) e homens (13,66%). Com Mais de R\$ 394,00 até R\$ 788,00 o percentual das mulheres também foi maior que os homens com 35,76% contra 32,30%. O que

representa que nas famílias com até um salário mínimo a renda é capitaneada em maior número por mulheres. Quando ultrapassa a casa de 1 a 3 salários, com mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00 a escala masculina aponta um número maior com 36,02% e as mulheres 30,91%. Quanto aos que recebem Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00, apresenta-se um número bem mais restrito e masculinizado de 5,59% contra 0,61% das mulheres e e Acima de R\$ 3.940,00, então essa escala reduz a 3,73% de homens contra 0,00% de mulheres. Ou seja, na composição da renda total até um salário mínimo tem uma participação feminina relevante no que tange a renda da família. E Até três salários, ainda há equivalências na participação e rentabilidade. Nas escalas em que as rendas ultrapassam a faixa Mais que R\$ 2.364,00 e acima R\$ 3.940,00, a renda passa a ter um caráter exclusivamente masculino, demonstrando uma diferença clara na composição do volume total das rendas entre homens e mulheres e ainda uma desigualdade de gênero no campo.

Tabela 25 – Volume total das Rendas das UPF's por sexo

Qual o volume da renda total da família mensalmente?	Sexo	
	Masculino	Feminino
Até R\$ 394,00	13,66%	26,67%
Mais que R\$ 394,00 até R\$ 788,00	32,30%	35,76%
Exatamente R\$ 788,00	8,70%	6,06%
Mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00	36,02%	30,91%
Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00	5,59%	0,61%
Acima de R\$ 3.940,00	3,73%	0,00%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Ainda tratando das rendas dos entrevistados/as que revelam a composição das rendas nas UPF's e comparando-as pelas faixas etárias, 4) Volume da renda por geração, denota-se que na faixa Até R\$ 394,00, os jovens acessam consideravelmente com 43,48% mais que os adultos com 18,48%. Nos estratos de 394,00 até 788,00, os adultos percebem um pouco mais 34,65% que os jovens com 26,09%; no que se refere ao montante que equivale um salário mínimo precisamente R\$ 788,00 o acesso foi muito baixo em ambos os grupos com 4,35% para jovens e 7,59% para adultos. Na faixa mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00 os adultos percebem 34,32% e os jovens 21,74%. Quando mensuramos a renda da faixa Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00, os jovens apresentam uma diferença entre os adultos, demonstrando que para essa faixa estão em maior percentual, jovens com 4,35% e adultos com 2,97%. Porém, na faixa acima de 3.940, o acesso fica restrito apenas aos adultos, mas um percentual muito baixo (1,98%) e jovens (0,00%).

Tabela 26 – Volume total das Rendas das UPF's por geração

Qual o volume da renda total da família mensalmente?	Faixa Etária	
	Jovem	Adulto
Até R\$ 394,00	43,48%	18,48%
Mais que R\$ 394,00 até R\$ 788,00	26,09%	34,65%
Exatamente R\$ 788,00	4,35%	7,59%
Mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00	21,74%	34,32%
Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00	4,35%	2,97%
Acima de R\$ 3.940,00	0,00%	1,98%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Com relação a variável 5) Volume da renda agrícola, sobre os resultados obtidos na última safra, que representa o resultado do trabalho familiar agrícola, os dados apontam que 57,19% possuem até R\$ 1.000,00, ou seja, um baixo volume de renda, já que a safra se refere ao ano. Somente 20,31% acumularam entre de R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00 e afunilando a faixa dos que possuem Mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 para o seletto grupo de 10,00%. Um grupo ainda menor de 6,88% dos entrevistados possuem renda agrícola entre R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00, seguido de 2,19% que possuem renda mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00 e 3,44% com renda agrícola acima de 20.000,00.

Tabela 26 – Volume total da renda agrícola

Qual o volume da renda agrícola na última safra?	Total
Até R\$ 1.000,00	57,19%
Mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00	20,31%
Mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00	10,00%
Mais que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00	6,88%
Mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	2,19%
Acima de R\$ 20.000,00	3,44%
Total geral	100,00%

Média **R\$ 2.451,56**

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

O detalhamento entre homens e mulheres, variável 6) Volume da renda agrícola por sexo, é relevante na medida em que posiciona do ponto de vista econômico o estrato social de ambos os sexos. No que se refere o volume de renda na faixa até R\$ 1.000,00 reais da renda agrícola total da última safra, as mulheres acessam em maior quantidade com 76,10% e os homens 38,51%. Já a faixa Mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00 o desempenho feminino cai para 13,84%, bem menor que os 26,71% dos homens. Demonstrando também um menor percentual para ambos os sexos. A medida que o volume de rendimento aumenta, o percentual de acessos diminui para as mulheres. No caso a mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00,

repete-se o menor acesso para as mulheres com apenas 5,03% contra 14,91% dos homens. Da mesma maneira com renda agrícola na faixa Mais que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00, as mulheres somam 4,40% e os homens 9,32%, Mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00 é um privilégio masculino de 4,35% dos entrevistados e acima de R\$ 20.000,00 6,63% de homens e somente 0,63% de mulheres.

Os resultados confirmam os dados da renda total, onde a renda agrícola segue o mesmo padrão de menores resultados para as mulheres do que para os homens. Ou seja, o resultado do trabalho familiar agrícola é desigual entre homens e mulheres das UPF's, já que houve a constatação de que extratos mais baixos predomina a renda agrícola das mulheres e, na medida que as faixas vão crescendo, cresce o acesso dos homens.

Tabela 27 – Volume da Renda agrícola por sexo

Qual o volume da renda agrícola na última safra?	Sexo	
	Masculino	Feminino
Até R\$ 1.000,00	38,51%	76,10%
Mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00	26,71%	13,84%
Mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00	14,91%	5,03%
Mais que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00	9,32%	4,40%
Mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	4,35%	0,00%
Acima de R\$ 20.000,00	6,21%	0,63%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Por fim, a variável 7) Volume da renda agrícola por geração, persegue a síntese dos resultados do trabalho familiar agrícola procurando compreender como a renda oriunda desse processo se dá pelas gerações que residem na UPF. Assim, foi possível detectar através da pesquisa que os rendimentos nas UPF's estratificados entre jovens e adultos apontam, um resultado semelhante ao da tabela anterior da estratificação por sexo. Na faixa Até R\$ 1.000,00 reais o acesso de jovens é grande com 82,61% dos entrevistados e 55,22% para adultos. Esse dado específico indica que a grande maioria dos jovens possuem renda baixa. Na faixa Mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00 os adultos acessam com 21,21% e jovens apenas 8,70%. Com Mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00 somente os adultos com 10,7%. Nos acessos com mais que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00 aparecem 8,70% de jovens e 6,73% de adultos. E ainda, Mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00 aponta um número restrito apenas de adultos (2,36%), assim como acima de R\$ 20.000,00 com 3,70% também de adultos. Assim como as mulheres, os jovens estão em desvantagem na obtenção das rendas do trabalho agrícola no interior das UPF's, fato que colabora para a discussão da sucessão geracional que veremos no próximo tópico.

Tabela 28– Volume da Renda agrícola por geração

Qual o volume da renda agrícola na última safra?	Faixa Etária	
	Jovem	Adulto
Até R\$ 1.000,00	82,61%	55,22%
Mais que R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00	8,70%	21,21%
Mais que R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00	0,00%	10,77%
Mais que R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00	8,70%	6,73%
Mais que R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00	0,00%	2,36%
Acima de R\$ 20.000,00	0,00%	3,70%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Portanto, ao interpretar o conjunto de dados sobre as rendas, principalmente sobre a renda agrícola percebemos que ela é produzida pelas famílias, visto que o dado aponta 92,71% dos entrevistados afirmando que esse tipo de renda está presente na composição da renda total. É perceptível que o Bolsa família compõe a renda de muitas famílias demonstrando a fragilidade do acesso a renda para os agricultores e agricultoras que ainda necessitam de programas de transferência (66,68%) e seguro safra (50,62%). Com relação a estratificação por sexo e por geração ficou claro que as mulheres e jovens possuem renda inferior a dos homens e adultos, já que esse público se destacou nas faixas mais baixas. Isso também ficou evidente na renda agrícola. A interpretação sobre condições materiais realizada no tópico 4.1.2 e da renda das famílias fortalece a percepção de que as condições de reprodução da agricultura familiar, de modo que possa garantir a sustentabilidade e qualidade de vida para os membros das famílias ainda é precária, necessitando de investimentos.

4.2.3 Sucessão geracional nas UPF's

Para realizar a caracterização do Processo de Trabalho Familiar Agrícola é preciso, portanto, entender as possibilidades da sua reprodução e por isso trazemos neste tópico os dados coletados sobre Sucessão geracional, a partir das variáveis 1) Filhos que trabalham na UPF, 2) Expectativa de sucessão da UPF) e 3) Sexo do sucessor.

Sobre a variável 1) Filhos que trabalham na UPF os dados (Tabela 29) apontam que dos filhos residentes nas UPF's entrevistadas pouco mais da metade dos filhos e filhas (50,91%) não trabalham na UPF. Dos que tem filhos trabalhando na UPF 27,44% tem apenas 1 filho, 15,85% com dois filhos e somente 2,44% com 3 filhos. Esse dado coaduna com a relação entre o número de filhos/as descritos na caracterização da composição das famílias, desse que

tem em sua grande maioria a composição com dois e três filhos. O que é condizente a correlação de força no trabalho disponível nos dados da tabela abaixo. Outro fator que precisa ser relacionado é o número de crianças na condição de filho/a ainda sem idade para auxiliar no trabalho agrícola.

Tabela 29 – Filhos que trabalham nas UPF's

Quantos filhos trabalham na UPF?	Total
Nenhum	50,91%
01 filho	27,44%
02 filhos	15,85%
03 filhos	2,44%
04 filhos	1,52%
05 filhos	1,52%
06 filhos	0,30%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Com relação a variável 2) Expectativa sobre a sucessão (Tabela 30) indica que 29,66% já definiu quem sucederá a UPF, Não sabe quem ficará, mas acreditam que um ficará (41,90%), Não sabe se alguém ficará (23,55%), Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade (3,67%). Sobre vender a propriedade 0,92% indicam que não é o plano, assim como arrendamento foi assinalado por 0,33%. Nesse sentido, há uma expectativa positiva por parte de 71,56% dos entrevistados/as, no outro extremo as expectativas negativas ficam para 28,44%.

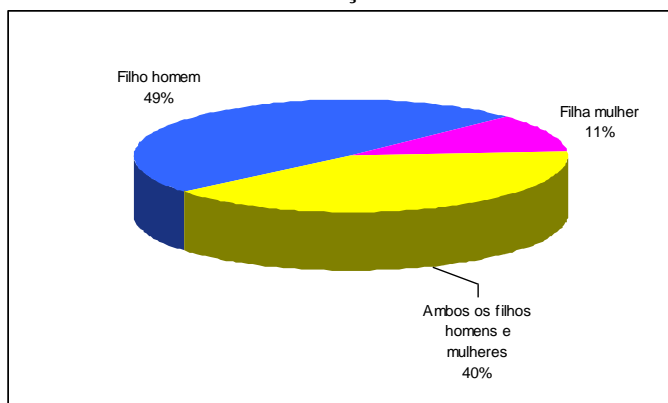
Tabela 30 – Expectativa sobre a sucessão nas UPF's

Qual a sua expectativa sobre a Sucessão na gestão da UPF?	Total
Já foi definido	29,66%
Não sabe quem ficará, mas um ficará	41,90%
Não sabe se alguém ficará	23,55%
Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade	3,67%
A propriedade será vendida	0,92%
A propriedade será arrendada	0,31%
Total geral	100,00%

Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Para finalizar os dados sobre sucessão geracional, a variável 3) Definição do sucessor/a indica como os entrevistados/as pensam sobre a definição. Do total de entrevistados/as 49% afirma que o filho será o sucessor, enquanto 40% entende que ambos os filhos (homens e mulheres). Apenas 11% indicou a filha como sucessora, indicando que a probabilidade das mulheres assumirem as UPF's no lugar dos pais é bem menor que a dos homens.

Gráfico 22 – Definição do sucessor/a da UPF



Fonte: Banco de Dados CNPQ/NEDET e NEAF/UFRB 2016

Os jovens integram as unidades produtivas e, em determinado momento, são integrados ao processo de trabalho. Conforme já discutimos neste trabalho a participação dos jovens no processo é condição para a reprodução da agricultura familiar, já que a sucessão geracional para a realização do trabalho agrícola deve acontecer. No Território de Irecê há uma discussão sobre o envelhecimento no campo e a baixa participação dos jovens na agricultura familiar.

Os dados trabalhados neste tópico puderam revelar que há uma pouca participação dos filhos/as que é condição para a sucessão geracional. Do outro lado, quem faz a gestão atualmente (71,56%) acredita que haverá sucessão, sendo que esta ocorrerá com maior incidência pelos filhos homens.

Este último gráfico encerra o conjunto de dados produzidos a partir da pesquisa de campo, com o intuito de caracterizar o processo de trabalho familiar agrícola no Território de Irecê tendo como base a análise das unidades produtivas familiares. Ao longo da descrição dos resultados pudemos realizar algumas interpretações na busca de revelar os objetivos geral e específicos da pesquisa em geral. Nesse sentido, a exposição dos resultados e apontamentos dessa pesquisa estão dispostos abaixo nas considerações finais, momento em que resgatamos o resultado do conjunto do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva adotada nesta pesquisa, bem como no decorrer dos capítulos deste trabalho, partiu do pressuposto de que, para explicar as formas familiares de produção, ou seja, a categoria teórica da agricultura familiar e sua sobrevivência na sociedade moderna é preciso entendê-la no processo geral de acumulação do capital, sua reestruturação contemporânea e as transformações ocorridas nos espaços rurais. O nosso objetivo foi realizar a caracterização do Processo de Trabalho Familiar Agrícola a partir dessa perspectiva, tendo como foco a contribuição desse processo para a reprodução social como um todo.

Os temas aqui abordados, tanto teóricos, quanto fruto de coleta empírica, dialogam com a proposta da pesquisa de realizar essa caracterização, a partir da análise das Unidades Produtivas Familiares do Território de Irecê. Procuramos ainda organizar o conjunto de dados secundários referentes ao Território com o intuito de revelar as características principais que possuem relação com o objeto da pesquisa.

A proposta desta pesquisa é caracterizar o processo de trabalho familiar agrícola do Território de Irecê, para isso tentamos perseguir setas indicadas pelas teorias no intuito de reconhecer o que é verossímil, assim como o que difere do comportamento desses sujeitos específicos, que tem suas características próprias, adaptações muito particulares por ocasião de suas determinações biológica, no que tange o clima, o bioma Caatinga e as questões históricas e políticas que fazem desse Território um ambiente a ser desbravado em vários aspectos.

Recuperando as memórias sobre este lugar, eminentemente agrícola e que possui número relevante de agricultores familiares para Estado da Bahia, com mais 44 mil produtores familiares, dos 665 mil estabelecimentos do gênero no estado. Estes contribuem para o dinamismo da economia baiana e são responsáveis pela produção de mais de 77% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Nada mais pertinente do que discutir e caracterizar por um viés que entendemos como ontológico do ser humano, o trabalho, pensando sobre as dinâmicas, as diferenças entre os sujeitos no âmbito da UPF e as condições materiais, como instrumentos que ajudam a organizar as formas como se desenrolam esses processos.

A partir do perfil dos entrevistados/as aqui traçado podemos considerar que os dados apontam para presença das mulheres nas unidades produtivas familiares, já que o resultado de forma geral apresentou paridade no número de homens e mulheres e o lugar de

reconhecimento dessas famílias é a zona rural, de uma grande maioria de afro descendentes, revelada através da auto identidade.

Sobre os aspectos que caracterizam o processo de trabalho familiar agrícola, a partir da análise do Território é possível afirmar que as UPF's são formadas por pequenas famílias que são constituídas em sua maioria pelo casal e de 1 a 3 filhos, fato que implica na variação das relações de trabalho. Pudemos identificar também que uma característica predominante é a baixa escolaridade no geral, sendo que as mulheres melhores resultados.

Das condições materiais dos agricultores e agricultoras chegamos à conclusão de que essas são baixas para desenvolver o processo de trabalho familiar agrícola. Essa constatação foi reforçada pelos dados referentes ao tamanho da terra, serviços, benfeitorias e renda agrícola, em que as famílias em sua maioria possuem poucos rendimentos oriundos da agricultura familiar e forte presença do bolsa família e seguro safra. Ainda sobre a caracterização foi importante o dado sobre a agroecologia para pensarmos num aprofundamento do tema, diante das implicações que a mudança de paradigma pode causar no Território.

Do ponto e vista da participação política foi possível concluir que esta se dá em sua maioria nas associações de produtores rurais e sindicatos, fato comum no Território. A participação dos jovens no processo que é condição para a reprodução da agricultura familiar e condição essencial para a sucessão geracional ainda é baixa. As famílias acessam algumas políticas públicas, sendo o PRONAF a mais acessada. Mesmo com esse resultado é perceptível que elas ainda necessitam de investimento público para de desenvolverem e se fortalecerem.

Nesse sentido, os resultados nos colocam diante da necessidade avaliar o ponto de partida desta pesquisa, onde uma das questões principais era o fato de como se definem as principais características do processo de trabalho familiar agrícola. Todas as hipóteses levantadas inicialmente foram confirmadas.

Portanto, ficou evidente diante dos resultados que as precárias condições materiais da agricultura familiar do Território em questão condicionam negativamente o processo de trabalho familiar, visto que este é desenvolvido, mas não garante a sustentabilidade da UPF e sua reprodução plena. Também é perceptível que a diminuição da quantidade de pessoas no âmbito das UPF's ao longo do tempo contribui para a redução do número de pessoas para realizar a divisão social do trabalho e que esse fato necessita de intervenção e estratégias para dirimir os problemas futuros. O trabalho realizado pelas mulheres e jovens garante as relações

de reciprocidade no interior das unidades produtivas familiares, mas a constatação de que a divisão das rendas ainda é desigual, que pode acarretar em desestímulo para esse público ter a agricultura familiar como categoria de trabalho interessante para os projetos de vida.

A sucessão geracional é um dos temas que necessitam de aprofundamento para colaborar para a construção de estratégias para o futuro do campo no Território de Irecê. A expectativa positiva que os entrevistados têm da sucessão, ainda que marcada pela masculinização, tem que se transformar em ações concretas. As famílias acreditam que haverá sucessão, mas as condições materiais identificadas vão na contramão dessa expectativa.

Desse modo, o que este trabalho pretendeu trazer à tona, com a caracterização desse processo, se deu num ambiente coletivo de construção de dados e informações que possam auxiliar no debate da agricultura familiar do Território de Irecê, para que este lugar de vida e trabalho possa se perpetuar para além dos processos produtivos que são fundamentais. Mas, a transmissão de muitos saberes que só existem nesse lugar. Daí a necessidade de mais pesquisas e investimentos que possibilitem a essas pessoas explorarem o que tem de maior potencial, para que a possibilidade e dignidade não se restrinja à busca pela cidade. Este trabalho não esgota o debate, mas traz elementos para reforça-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O saco de batatas**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. Revista Espaço Acadêmico, n. 89, 2008.

BACARENSE, Paulo Afonso. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Curitiba, IESDE, 2009.

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. Recentes transformações no rural baiano**. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 68).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mapa de Oportunidades para a superação da pobreza no Território de Irecê**. Relatório Técnico, 2011.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, jan./abr., 2004.

BUAINAIM, A. M, ROMEIRO, A. R, GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o novo mundo rural**. Sociologias no.10 Porto Alegre 2003.

BUAINAIN, Antonio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadori. Introdução: Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Org.). Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. Brasília: IICA, nov. 2008.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

FERREIRA, Paula Silva. **Educação e Sistemas Alternativos de Produção: Experiências Agroecológicas no Território De Identidade Irecê**. Monografia apresentada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Educacionais. Universidade do Estado da Bahia: Irecê, 2010.

LAMARCHE, Hugues. Por uma teoria da agricultura familiar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1981.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In. O Capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, V.16, n.44, São Paulo: USP, ago/2001.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

RICARDIO, L. **A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro**. En Cuad. Desarro. Rural, 2011, p. 231-249.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulação externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125

_____. TARTARUGA, Iván G. Peyré. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. FLASCO, 2005.

TEDESCO, João Carlos. **Contratualização e racionalidade familiar**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudal. **Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos e Sociedades e Agricultura, Rio de Janeiro, out/2003, 42-61.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu-MG, out, 1996.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. UFRGS: Porto Alegre, 2009.